

próprio imaginário, para diversos cenários, nos quais bravamente os “camponeses” lutaram, resistiram, criaram e recriaram formas de garantir as suas organizações sociais.

A Política Nacional de Formação da CONTAG considera a memória enquanto um potencial crítico--transformador. Dessa forma, a Rede de Educadores (as) Populares da ENFOC prioriza nas ações formativas abordagens de memória e identidade, valorizando a história individual e coletiva dos sujeitos do campo, permitindo que a história desses homens e mulheres evidencie suas formas de resistência e luta, revelando seus protagonismos como construtores da própria história.

A reedição desse livro só irá ampliar o seu uso, expandir o acesso à base sindical e garantir sua contínua contribuição aos cursos estaduais da ENFOC, nos Grupos de Estudos Sindicais – GES, nas rodas de leitura, nos Mutirões Sindicais e em todos os espaços que interessar mais conhecimento e melhor compreensão do processo de autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão.

Ana Maria Menezes Rodrigues, advogada, educadora popular e assessora jurídica da FETAEMA



# AUTONOMIA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS CAMPONESES NO MARANHÃO

AUTONOMIA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DOS CAMPONESES NO MARANHÃO

ALFREDO WAGNER

Edições  
PNCISA

3ª Edição

São imensuráveis as contribuições que o livro Autonomia e Mobilização Política dos Camponeses no Maranhão tem oferecido aos processos formativos vivenciados pela Escola Nacional de Formação da CONTAG - ENFOC no Maranhão.

A imprescindibilidade de seu uso, nos diversos espaços de formação política e de base, reside, exatamente, na sua capacidade de garantir uma descrição autêntica e legítima da história vivida e sentida pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Maranhão para garantir a constituição de suas organizações sociais.

É fundamental trazer à luz da memória social, de forma legítima, fatos registrados na história que são relevantes para essa categoria, no contexto de sua organização e pautas reivindicatórias, que não podem ser negados, considerando a própria natureza da forma de descrição, as bases de consulta e pesquisas utilizadas para o alcance desses resultados.

O resgate histórico da luta da classe trabalhadora no Maranhão, com informações que de fato consigam retratar a história vivida, sentida e sonhada ainda é uma carência, principalmente para a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, daí a pertinência desse material e da forma de abordagem feita pelo Professor Alfredo Wagner, o qual consegue a partir da organização cronológica dos fatos e de uma linguagem luminosa, transportar o leitor, a partir do

# Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão



**Alfredo Wagner Berno de Almeida**





©Alfredo Wagner, 2015

**Editor**

Alfredo Wagner Berno de Almeida  
UEA, pesquisador CNPq

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Stefany Coelho

**Fotografias**

Leonardo Carneiro

Tati

Murilo Santos

---

A447a Almeida, Alfredo Wagner Berno de

Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão /

Alfredo Wagner Berno de Almeida – Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

180 p. : il.

ISBN 978-85-99274-30-9

1. Camponeses. 2. Conflitos sociais. 3. Maranhão. I. Título

CDU 316.48

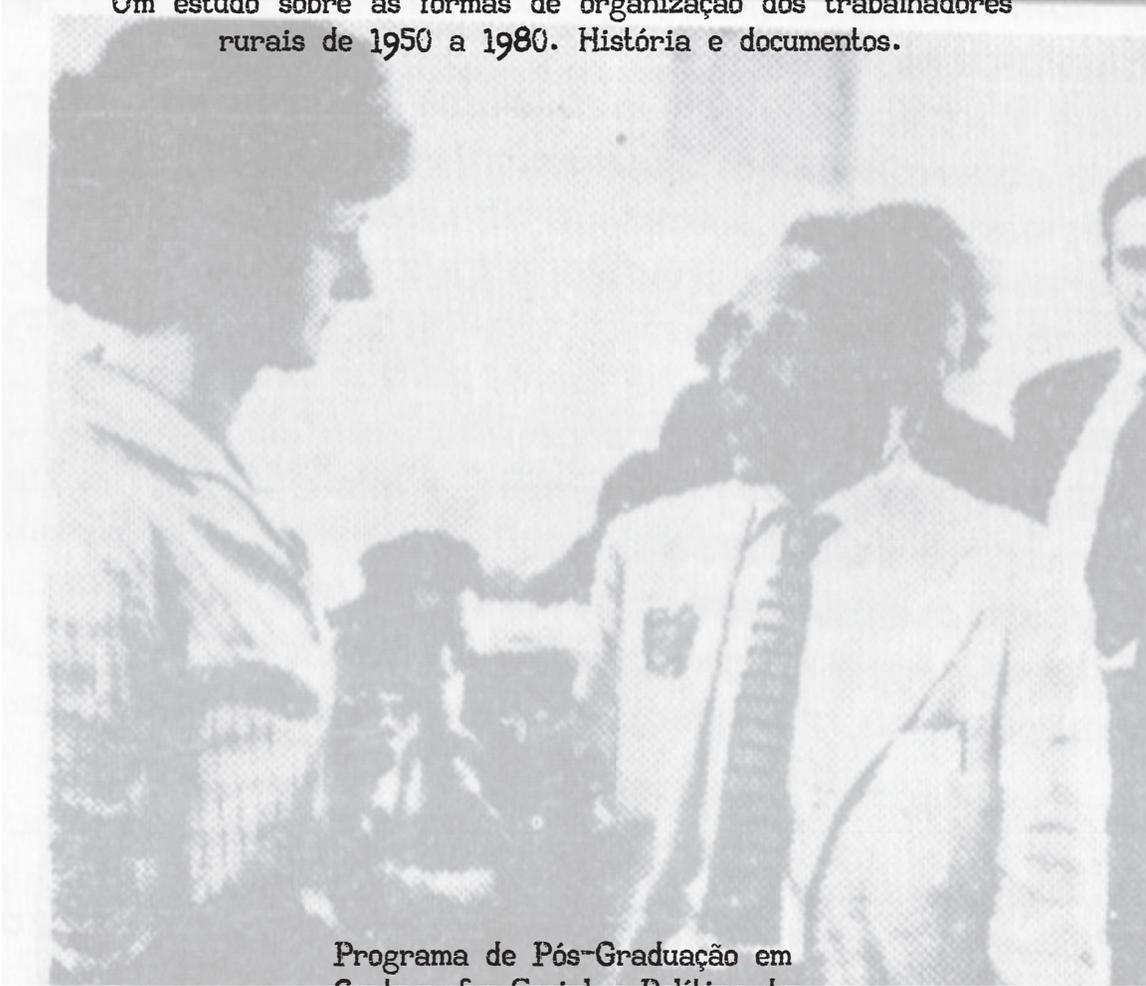
---

**Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)**

UEA - Edifício Professor  
Samuel Benchimol  
Rua Leonardo Malcher, 1728  
Centro  
Cep.: 69.010-170  
Manaus, AM

E-mails:  
pncaa.uea@gmail.com  
pnlsa.ufam@yahoo.com.br  
www.novacartografiasocial.com  
Fone: (92) 3232-8423 / 3878-4412

Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão.  
Um estudo sobre as formas de organização dos trabalhadores  
rurais de 1950 a 1980. História e documentos.



Programa de Pós-Graduação em  
Cartografia Social e Política da  
Amazônia-UEMA.

São Luis, 2015

---

**PROJETO NOVA  
CARTOGRAFIA SOCIAL  
DA AMAZÔNIA**

UEA  
PPGAS/UFAM  
FUND. FORD

**GRUPO DE PESQUISA CNPQ**

Laboratório Nova Cartografia Social. Processos de Territorialização, identidades coletivas e movimentos sociais. /CNPQ

**CONSELHO EDITORIAL**

Rosa Elisabeth Acevedo Marin  
UFPA/NAER

Henri Acselrad  
IPPUR/UFRJ

João Pacheco de Oliveira  
MN/UFRJ

Aurélio Viana  
FUND. FORD

Luiz Antonio de Castro Santos  
UERJ

José Sergio Leite Lopes  
MN/UFRJ

Alfredo Wagner Berno de Almeida  
UEA

---

## SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	19
AS COMISSÕES PRÓ-REFORMA AGRÁRIA.....	21
AS ASSOCIAÇÕES DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS.....	25
A Associação de Defesa dos Lavradores e Agricultores do 3º Distrito de Caxias.....	25
A fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão e seu movimento expansionista.....	29
A Assembléia Geral da A.T.A.M. e o apoio de outras categorias e trabalhadores. A Conferência Agrária do Maranhão.....	42
A A.T.A.M. e os apelos às autoridades federais.....	55
O I Congresso dos Trabalhadores Maranhenses.....	60
A IGREJA CATÓLICA E SUAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO.....	67
A CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO RURAL: OS SINDICA- TOS DOS PRODUTORES AUTÔNOMOS.....	79
Os “Sindicatos dos Padres”.....	81
Os Sindicatos da ULTAB.....	84
OS “SINDICATOS CLANDESTINOS”.....	95
OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS.....	101
RELATÓRIO DA CONTAG. OFÍCIO Nº AJ-2178-1979.....	121
As “Secas” do Nordeste e o Maranhão.....	133
POSFÁCIO.....	151
Helciane de Fátima Abreu Araujo	



# Prefácio

Minha experiência como palestrante, a partir de 2009, nos cursos de formação política realizados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), e as discussões abertas, no âmbito das atividades de pretensão pedagógica do Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA), com líderes sindicais e de movimentos sociais, desde 2005, levaram-me a apreciar a pertinência da segunda edição deste livro<sup>1</sup> intitulado **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. A utilização de suas interpretações e das informações que contém, por um público discente amplo e não-necessariamente acadêmico, três décadas e meia após sua primeira edição, e a publicação de longos excertos dele pela literatura sindical animaram-me a tanto. Não foi propriamente uma ideia original, entretanto. As sugestões primeiras vieram de pessoas com responsabilidade direta nestes referidos cursos de formação política, que congregam a cada ano mais de duas centenas de delegados sindicais da FETAEMA, e nos cursos relativos às formas de participação e consulta, privilegiando a discussão da Convenção 169-OIT, realizados no âmbito do mencionado PNCSA, que alcançaram até 2014 quase tres centenas de “comunidades” denominadas “tradicionais”. Refiro-me especificamente à advogada Ana Maria Menezes Rodrigues, da “Assessoria de Formação e Organização Sindical” da FETAEMA, e à socióloga Helciane de Fátima Abreu Araújo, professora do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA-UEMA), e pesquisadora do PNCSA, que regularmente ministra disciplinas em ambos estes

---

1 A primeira versão deste livro fez parte da pesquisa intitulada “Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense”, atividade desenvolvida no âmbito de uma entidade confessional, que se propõe a um trabalho educativo junto a trabalhadores rurais, a Comissão Pastoral da Terra – Maranhão. Esta pesquisa foi desenvolvida de dezembro de 1978 a maio de 1981, período em que a referida entidade foi coordenada respectivamente pelos padres Victor Asselin, até princípios de 1980, e Xavier Gilles de Maupeau D’Ableiges desta data até o final dos anos 80. Integraram a chamada “Equipe de pesquisa da CPT”, no decorrer destes trabalhos, e elaboraram os resultados finais: Bárbara Ann English, Maristela de Paula Andrade, José Murilo Moraes dos Santos e Ignez Oltromari. A consultoria foi realizada por Alfredo Wagner e Manuel Andrés Matto.

curso. A professora é autora de um citadíssimo livro, que aborda a trajetória política do líder Manoel da Conceição dos Santos, intitulado **Memória, mediação e campesinato: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense**. Poderia citar ainda como ministrantes recentes destes cursos do PNCSA um elenco de “professores” com os quais tenho interagido diretamente e que muito tem contribuído nos debates, quais sejam: Danilo Serejo, Sheilla Borges Dourado, Isabela Sales, Daniel Viegas, Helen Ubinger e Glademir S. dos Santos. O pano de fundo das sugestões que me foram feitas é que se trata de um texto “atual”, que possibilita reflexões sobre os impasses nas formas organizativas e nas “artes de resistência” (Scott, 2008), tais como vividos hoje pelos movimentos sociais.

A noção de atualidade de um texto, neste caso, reflete discursos e ações de prolongamento da história no presente. Denota práticas de pertencimento à sua própria atualidade, ao formular a questão a partir das relações sociais de circunstância entre “estudantes” e um grupo de “professores”, do qual passei a fazer parte. A “politização” destas relações faculta uma visão crítica do próprio presente. Aliás, atualidade e presente são sinônimos, apresentam a mesma definição correspondente e expressam a irrupção do “novo”. A maior “novidade” dos cursos de que tenho participado, sobretudo no âmbito do PNCSA, é que permitem refletir criticamente sobre suas próprias condições pedagógicas, bem como sobre a “substância” dos materiais utilizados. Abrem as portas para exercícios reflexivos. O conceito de autonomia, nesta ordem, consiste num instrumento de pensamento ideal, que nos possibilita refletir livre e desembaçadamente, comportando atos desprendidos e independentes, que não estão sujeitos aos desígnios de mediadores e reafirmam direitos políticos, étnicos e territoriais. O peso deste pensamento crítico, que caracteriza a atualidade como contingente e que repensa a história, é que me leva a republicar este texto, numa circunstância bem definida, que vivemos como de aparente “continuidade”, mas que contrariamente produz condições de possibilidade para que possamos refletir sobre “descontinuidades” ou rupturas. Republicar, nesta ordem, não é repetir, nem tampouco pretender estabelecer uma linearidade entre o ontem e o hoje. Não! É um tipo de ruptura com a história canônica da participação política. Os leitores não são os mesmos e as condições de leitura são outras, conhecendo as pressões de um tempo em que se briga contra a “despolitização” e contra a perda da inspiração mobilizadora pelos partidos políticos e pelas entidades de representação. Tanto mais que se verifica uma tendência destes centros de poder de monopolizar a definição de “politização”, institucionalizando-a tão rigidamente, que não deixa brechas para a expressão de uma possível autonomia. Ora, os efeitos desta rigidez podem consistir num obstáculo ao entendimento das transformações

pelas quais passam os padrões de relação política de uma dada sociedade<sup>2</sup>. Corre-se o risco de cristalizar noções, incidindo numa monossímia ou na afirmação de um único significado, e perder o sentido de possíveis mudanças. Do prisma antropológico importa relativizar este controle e propiciar condições de possibilidades para a emergência de uma pluralidade de significados, correspondente à própria diversidade das forças sociais em luta. Em verdade trata-se de um “processo de politização”, que ao mesmo tempo traduz movimento e pluralidade, constituindo-se num instrumento analítico com potencial para compreender as mais diversas modalidades de mobilização política e as formas de ação coletiva. Elas variam no tempo e apresentam especificidades consoante diferentes momentos históricos. Recorde-se, com James Scott, que até muito recentemente grande parte da vida política ativa de povos e grupos sociais dominados raramente era reconhecida como “política”, classificada que foi ou ainda o é como “pré-política” ou como “primitiva”. A dimensão atual deste argumento permite-me recolocar este livro nas polêmicas que hoje dividem o mundo político.

Note-se que, desde junho de 2013, após semanas de intensas mobilizações populares em ruas e praças de centenas de cidades brasileiras, foram ampliadas as discussões sobre participação política e consulta prévia. Embora difusas e não colocando imediatamente em questão o poder do Estado, tais mobilizações, em virtude de sua autonomia e imprevisibilidade, da heterogeneidade de sua composição social e da dispersão de suas reivindicações apontam não somente para novos significados de “política”, mas principalmente para novas formas organizativas e novos padrões de relação política. A insistência do termo “novo” é por conta de nossa insuficiência teórica e das dificuldades de interpretar fenômenos contingentes e coetâneos de nossa tentativa de explicá-los. Analiticamente pode-se dizer que as mobilizações atuais conjugam reivindicações econômicas com afirmações identitárias e princípios éticos, sinalizando para a incorporação de ações diretas e práticas coletivas não previstas nos dispositivos da legislação eleitoral e das ações partidárias, bem como para formas de representatividade diferenciadas e colegiadas, igualmente não previstas. De meu ponto de vista elas são perpassadas por um forte sentimento de autonomia, que caracteriza reivindicações colocadas cada vez com maior vigor pela sua força mobilizatória e pela sua persistência e intensidade. A noção de autonomia, que tem conhecido expressivas alterações no seu significado, em diferentes momentos históricos, está colocada hoje como tema e problema na vida social e encontra-se inscrita num amplo debate aberto sobre a chamada “reforma política”, que envolve movimentos sociais, entidades sindicais, partidos e demais forças da “sociedade civil”. A palavra problema, como acentua Borges<sup>3</sup>, “puede ser una insi-

---

2 Consulte-se PUDAL, Bernard - *Un monde défait* Bróissieux. Éditions du Croquant, 2009

3 Vide: BORGES, Jorge Luis - “Las alarmas del doctor Américo Castro” in: *Otras Inquisiciones*. Buenos Aires. Emecê Editores S.A., 2005 pp.47- 54.

diosa petición de princípio”(Borges, 2005:47). Falar do “problema da autonomia” é postular que a autonomia é um problema. Sim, resta saber para quem e aqui me encontro para discutir possibilidades organizativas e de representatividade diferenciada, valendo-me da noção de “processo de politização” e retomando a análise concreta de uma situação concreta, através da reedição de um livro publicado trinta e cinco anos atrás, sobre a passagem de associações voluntárias, de cunho mutualista, para sindicatos organizados a partir da base econômica e institucionalizados, como passo a seguir a explicar.

Reitero, antes de mais nada, que republicar não significa repetir. Esta crítica à repetição, inspirada em Hobsbawm, quando disserta sobre a “invenção das tradições”, é o ponto que preside esta iniciativa de reeditar um livro que inclusive já teve duas impressões. Uma primeira com erros grossos de tipografia, abortada logo após sua impressão, obrigando a equipe à época a se esmerar para rever, corrigir, aparar arestas e reimprimir. Tudo numa pequena gráfica, com parca iluminação, no andar térreo de um prédio assobradado da Praia Grande, na capital São Luis, cujas fôrmas com tipos, caracteres e imagens a serem impressas já se mostravam assaz desgastadas pelos atritos no momento da impressão. As peças de metal fundidas, cujo relevo imprimia letras, desenhos e sinais, encontravam-se “dentadas” ou corroídas pela ação do tempo e sem a força original para bem imprimir. As imagens enevoadas, como se estivessem fora de foco, evidenciavam as marcas inexoráveis do tempo.



A precariedade destas condições gráficas equivalia à escassez dos recursos disponíveis e à disposição nossa de uma escolha inspirada na “imprensa alternativa”, numa quadra ditatorial extremamente repressiva. Isto foi determinante para se efetuar a segunda impressão neste mesmo local, buscando-se superar, todavia, as condições mais flagrantemente adversas. Os limites nas operações de impressão não refletiram, todavia, de maneira direta, na circulação. Afinal, se tratava de uma produção considerada tributária de disciplinas militantes e o caráter semiartesanal, face aos bens simbólicos de grandes editoras, exprimia certa resistência própria às lutas pela liberdade de expressão.

A adoção do texto, mais de trinta anos depois, em cursos de formação política sinaliza sua atualidade, sem que ele tenha se convertido num “manual”. Ao contrário ele nutre polêmicas e interpretações controversas. Os seus argumentos sobrevivem, em exemplares amarelecidos e com páginas descoladas, que podem ser encontrados em “sebos”, ou em cópias xerográficas com muitos sublinhados, rabiscos e anotações, utilizadas abundantemente em cursos informais, promovidos por associações voluntárias, e em delegacias sindicais de diferentes municípios. No mercado de livros de segunda-mão não são textos frequentemente encontráveis. Ainda assim, depois que anunciei que iria republicá-lo, pelo menos dois alunos localizaram exemplares em “sebos”. E foi só.

Estas práticas de busca e de manuseio e as relações sociais de que elas fazem parte é que me levaram também a considerar oportuna a presente edição. Há uma contingência histórica que nos leva a re-interpretar as formas organizativas, os conceitos e os esquemas interpretativos, propiciando debates aprofundados que mais e mais conduzem ao maior interesse pelas realidades localizadas e por processos reais, por vezes confundidos com o empirismo de experiências “exemplares”. As condições de possibilidades de uma ruptura com a perda da inspiração mobilizadora, que marca atualmente partidos políticos e entidades de representação, apontam para um pensamento crítico e para o combate à “despolitização”, que parece ter diluído as formas de luta em mecanismos burocráticos. Nesta perspectiva crítica é que a presente edição se inscreve.

Numa reunião com a advogada Ana e a professora Helciane, em 20 de agosto de 2014, na sede da FETAEMA, busquei expor tais argumentos, que mantém a atualidade do texto, e o meu propósito de proceder a esta reedição. A própria releitura que empreendi me surpreendeu em vários momentos, pela densidade das descrições e pelos pormenores das ocorrências de conflito. O fundamento militante das fontes, relativo à imprensa periódica partidária ou confessional, não consistiu num obstáculo à compreensão sociológica. O livro conserva, deste modo, uma característica vívida e de extrema dinamicidade, que possibilita o entendimento de porque as categorias de classificação se transformam, são modificadas e designam pessoas e coisas de modo diverso no tempo. Estas modificações permitem perceber as ca-

tegorias como em movimento, desdizendo os que insistem em sua cristalização. Talvez isto explique a circulação do texto também no ambiente acadêmico e sua citação como referencia bibliográfica de trabalhos universitários, que concernem a outras realidades empíricas e a outros planos de debate. A reedição pode ser vista, neste sentido, também como uma extensão de minha prática docente no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazonia, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Retomo o argumento de que a aparente continuidade com o presente mostra-se descontínua. Mencionando o final da “apresentação” da primeira edição, em 1981, alertei os leitores sobre as limitações do texto e suas possibilidades de desdobramentos, nos seguintes termos:

“Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa sobre movimentos camponeses, que impõem a história oral como um próximo passo necessário e desejável.”

O esforço de pesquisa estava concentrado então em fontes documentais e arquivísticas, tendo como contexto as discussões relativas a situações concretas e aos próprios trabalhos de campo, que realizei desde julho de 1972. Daí a necessidade de frisar desdobramentos sistemáticos com técnicas de história de vida para aprimorar a descrição das trajetórias militantes. Para meu contentamento, nas duas últimas décadas, podem ser registrados desdobramentos deste “próximo passo” através de mais de duas dezenas e meia de monografias de especialização, de dissertações e de teses, focalizando a própria representação de suas histórias de vida por agentes sociais responsáveis pela dinâmica destes movimentos sociais e seus efeitos sobre a vida social. Com desdobramentos inusitados e muitas vezes imprevisíveis, nestas décadas subsequentes, este trabalho prosseguiu em projetos coletivos, que focalizam trajetórias políticas de lideranças e militantes, bem como com pesquisas sobre as transformações pelas quais estão passando as formas organizativas dos chamados “trabalhadores rurais”. Sem pretender resenhá-los ou resgatar a exaustiva lista de referencias bibliográficas, limitar-me-ei a mencionar a dissertação de Helciane Araújo, focalizando a trajetória política de inúmeros líderes tais como: Manoel da Conceição, Luis Vila Nova e Sibá Pereira; a dissertação de Cynthia Carvalho Martins, destacando Hildo Lopes e Maria Aláides; a tese e demais trabalhos de Patrícia Portela sobre lideranças como o Sr. Domingos Ribeiro, de Canelatiua, e líderes do MABE (Movimento dos Atingidos pela Base de Foguetes de Alcântara), além de dois projetos coletivos de pesquisadores do PNCSA e do PPGCSPA, abordando a trajetória política das seguintes lideranças: Dona Maria Ádelina, de Lima Campos; Dona Maria Querubina, de Imperatriz; Dona Nice Machado Aires, de Penalva; Ednaldo Padilha, de Cajari; Ivo Fonseca, de Mirinzal, e Sr. Leonardo dos Anjos, de Alcântara. Tais lideranças, não obstante filiadas a sindicatos, passaram a se afirmar politicamente com formas organizativas próprias e com identidades coletivas intrínsecas às suas condições reais de existência: quilombolas e quebradeiras de

côco babaçu, juntamente com seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, pescadores e demais posições classificadas como “povos e comunidades tradicionais”. Desde pelo menos 1984, com o final da ditadura, passaram a travar lutas específicas, defendendo seus direitos territoriais, seu modo de ser e fazer, assim como suas modalidades de autorepresentação. Agentes sociais, que lutaram pela fundação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e se empenham em mantê-los, são os mesmos que, a partir do final de 1984, fundaram o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Coordenação Nacional Quilombola (CONAQ), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), o Movimento dos Ribeirinhos (MORA), o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) e dezenas de outros movimentos<sup>4</sup>. Os exemplos de Chico Mendes (CNS), Dona Dada (MIQCB), Srs Inácio, Bié e Ivo Fonseca (CONAQ) bem ilustram esta assertiva.

As trajetórias políticas de todos estes agentes sociais convergem para formas organizativas plurais e para uma indissociação entre reivindicações econômicas e lutas identitárias, recolocando criticamente a própria noção de participação política e redefinindo as práticas, que caracterizam as formas organizativas correspondentes e suas respectivas relações políticas.

A dinâmica das lutas e a resistência às tentativas de usurpação dos direitos territoriais, a despeito de uma trajetória ascendente tem revelado um quadro trágico. Afinal o Maranhão, não obstante quase 70 anos de lutas e conflitos sociais, mantém-se com os mais elevados índices de concentração fundiária do País e os maiores números de ocorrência de trabalho escravo e de casos de violência, evidenciando a “reforma agrária” como uma das “doce trágicas ilusões”, de que nos fala T. Eagleton.

Quando leciono, seja em cursos na FETAEMA, ou para quebradeira de côco babaçu, seja no âmbito das atividades do PNCSA, porto comigo lições de pesquisa destes inúmeros pesquisadores, que tem estudado estas formas organizativas no Maranhão, no Pará e em toda a região amazônica, mantendo uma ação vívida e sistemática, cuja produção tem confluído nos últimos anos para o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da UEMA, criado em 2012 e que neste ano se 2015 já vai para sua terceira turma.

Esta confluência é um fator de motivação, que propicia o aprofundamento de questões. Tenho me esforçado para recuperar dados do meu trabalho de pesquisa

---

4 Para um aprofundamento consulte-se: Almeida, A.W.B.de – “Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. Campinas. *Revista da ABRA* n.1. 1990. Uma versão ampliada e atualizada foi publicada no CESE Debate. N.3. Ano IV. Salvador, maio de 1994.

que realizei na Baixada Maranhense, desde julho de 1972. São muitas horas de entrevistas com líderes de “foreiros” e “posseiros”, principalmente com “Calango”, Pedro Silva, que foi presidente do STR de Bequimão e membro da FETAEMA. Parte destes dados foram reavivados recentemente, tanto na publicação do livro inédito de Jeronimo de Viveiros intitulado **História Social, Econômica e Política de Pinheiro**, em 2004, quanto em oficinas de mapas do projeto Nova Cartografia Social da Amazonia. A reedição deste livro ocorre, portanto, numa circunstância de múltiplas retomadas da memória política coletiva. O debate em torno da memória política tornou-se também um ponto central da agenda governamental com a ação da “Comissão da Verdade”. Estão sendo resgatadas histórias e versões sobre práticas genocidas, atrocidades, torturas e atos brutais como os sofridos pelo líder da ATAM, Augusto José do Nascimento, preso e torturado em 1964, internado como “louco” num manicômio; como a amputação da perna direita de Manoel da Conceição Santos, presidente do SPA de Pindaré-Mirim, em 1968; como a “loucura” após ser torturada no caso de Dona M. que militou juntamente com Manoel da Conceição; como os casos de arbitrariedade contra o Sr. Antônio Lisboa e de D. Maria de Lourdes Clementino de Souza. Ambos tiveram que passar anos escondidos, mudando de uma cidade para outra, fugindo da repressão, alterando suas atividades produtivas e toda a estrutura familiar. O senhor Antônio Lisboa hoje ele reside em Teresina (PI) e ela na cidade de Barra do Corda (MA). Acrescente-se a estes episódios mais de um milhar de assassinatos e de violências em tudo bárbaras, inclusive na recente eleição de 2014, com ocorrências horripilantes como o sequestro seguido da decapitação de Martinho Aires, 22 anos, filho de uma liderança quilombola de Penalva, Dona Nice Machado Aires, com a inscrição “Bonde dos 40” tatuada à faca nas suas costas, querendo sugerir um acerto de conta de traficantes de drogas. Percebe-se que os atos de violência são deliberados e manipulam os estigmas, como se fosse legítimo assassinar cruelmente os “loucos”, os “viciados” e os “drogados”, como se contra eles se justificassem as atrocidades quaisquer que sejam.

Para a composição final da presente edição procedi a achegas e à explicitação de referências teóricas, bem como a correções de descuidos formais. Procedi também a pequenos reparos e correções sem alterar o texto ou sua ordem de exposição. Fotos do acervo da FETAEMA me foram gentilmente cedidas e utilizei-as inclusive na capa, compondo com as fotografias da primeira edição. Inseri ainda ao final do livro o artigo “As secas do Nordeste e o Maranhão”, que foi elaborado no mesmo período e publicado num folheto da CPT, em 1981, registrando as estratégias empresariais na apropriação de terras públicas da Pré-Amazônia Maranhense, com base na ação da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO).

Utilizei o termo “lavrador”, quando esta é a designação adotada nos materiais compulsados, de igual modo procedi com as expressões “trabalhador agrícola”, “produtor autônomo” e com “trabalhador rural”. Todos estas quatro expressões e termos designam associações e sindicatos e se referem a experiências localizadas. Já

os usos sociais do termo “camponês” foram registrados consoante dois significados. O primeiro como designação política adotada na documentação partidária e militante, referida de maneira genérica a diferentes situações sociais e a processos gerais de transformação social. Uma variante desta vertente seriam as exemplificações ou casos em que há referência específica a um conjunto de situações empiricamente determinadas. Aqui cabe ressaltar o exemplo das Ligas Camponesas, que trazem o termo para a própria denominação do movimento, visando contrastar com a situação sindical, em que não existe a denominação de “sindicato camponês”. O segundo significado remete a um instrumento analítico, ou seja, como conceito tomado à literatura teórica, interpretativa de “revoluções” e demais transformações a partir do campo, cuja finalidade é fundamentar os esquemas interpretativos de situações empiricamente observadas e suas implicações. A análise destas situações e suas formas organizativas, que transcendem às diferenciações econômicas internas ao campesinato, pontuam que as distinções (ricos, medios e pobres) variam historicamente, como sugere Wolf, e podem ser transitivas. Elas tem como pano de fundo teórico o conceito de campones. A relativização da diferenciação econômica interna aos trabalhadores rurais, característica de sua organização sindical, e a indissociação entre reivindicações econômicas e identitárias, que os “novos movimentos sociais” incluem em suas pautas políticas, demonstram um campo singular de distinções e contrastes que, no presente, não significam contradições. Daí, talvez um outro fator de “atualidade” deste livro ora prefaciado. Tais relativizações e a relativização do próprio ato de relativizar nos devolvem à teoria e à sua relação com os atos e alocações dos agentes sociais, cujas formas organizativas elegemos como objeto de reflexão. É desde lugar que procedo a esta reedição.





# APRESENTAÇÃO

Neste trabalho pretende-se tão somente desenvolver algumas questões elementares em torno do significado das formas organizativas e de representação dos trabalhadores rurais no Maranhão a partir do início da década de 1950-60.

Persiste a suposição, na literatura teórica comentada criticamente por E. Wolf, Hamza Alavi e Hobsbawm, de que os camponeses não podem ter suas próprias lideranças nem formas autônomas de mobilização política. A tutela e a subordinação política a outras unidades sociais seria uma constante, sobretudo a partir da experiência histórica, que registrava a conhecida estratégia de transformação social, que implicava numa aliança operário-camponesa. “Classe”, “camada”, “segmento” ou “grupo social”, não importa a abordagem sobre os camponeses e suas distinções, eles seriam sempre uma posição subordinada. Pretende-se dialogar criticamente, em procedendo à reconstituição histórica de uma situação concreta, com todos os aspectos abrangíveis por esta interpretação senso-comum na produção intelectual e científica e no campo político.

Há visíveis deficiências de execução nesta pesquisa e a ordem de exposição está por demais marcada pela preocupação cronológica, evitando perder a sequência de fatos e seus efeitos pertinentes, numa discutível perspectiva pedagógica. Não obstante estas limitações e condicionantes, este trabalho consiste num precioso documento para reflexão e debate sobre a dinâmica das formas organizativas e sobre o significado da sindicalização entre os trabalhadores rurais e suas respectivas práticas tanto em períodos democráticos, quanto em situações de regime ditatorial.

Documenta-se eventos que a memória social não guardou devidamente e se reproduz copiosos materiais considerados relevantes ao entendimento da questão agrária no Maranhão. Os anos setenta foram tratados de maneira breve, talvez incompleta.

O levantamento e consulta de periódicos com circulação restrita e com sua distribuição condicionada pela ação repressiva do período ditatorial preenche uma lacuna da história política regional e o tom descritivo do texto é no sentido de fixar eventos e suscitar uma recuperação de certas experiências de passado recente. Nesta ordem, consiste numa abordagem inicial da história das lutas camponesas no Maranhão e sucede a outro texto produzido entre novembro de 1974 e fevereiro de 1975 intitulado **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo**, elaborado em co-autoria com a antropóloga Laís Mourão<sup>5</sup>.

O presente texto foi elaborado basicamente com apoio em dados extraídos de inúmeros periódicos, cujas coleções encontram-se na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Nesta última foi consultada a coleção do jornal **Terra Livre** publicado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) entre 1954 e 1964. Em São Luís foram examinados os seguintes periódicos de circulação regional:

i) **Tribuna do Povo**, que circulou entre 1948 e 1960, sob a chancela do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo como diretora responsável uma militante histórica, a médica Dra. Maria José de Aragão. Deste periódico foram consultadas as coleções dos seguintes anos: 1953, 1954, 1955, 1958 e 1959.

ii) **O Jornal do Maranhão, Semanário de Orientação Católica**, publicado pela Arquidiocese de São Luís, foi consultado de 1957 e 1962.

iii) **O Jornal do Povo**, fundado em São Luís em abril de 1950 e tendo como diretor responsável um conhecido militante do PTB, o jornalista Neiva Moreira, foi consultado entre 1957 e 1964.

iv) O periódico **A Tarde**, que tinha como diretor responsável Vitorino Freire, mandatário do PSD, foi consultado nos anos de 1956 e 1957.

v) Consultas eventuais para aclarar alguns pontos e complementar informações foram feitas nas coleções de **O Imparcial** e do **Jornal Pequeno**, que circulavam em São Luís, de **O Progresso**, que circulava em Imperatriz-MA, e do **Jornal do Brasil**, editado no Rio de Janeiro, com circulação nacional, mas sempre com copiosas matérias sobre o Maranhão, terra natal da família de sua proprietária.

Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa sobre movimentos camponeses, que impõem a história oral como um próximo passo necessário e desejável.

---

5 Publicado in **Pesquisa Antropológica** nº 9,10. Brasília. UnB. 1976

# AS COMISSÕES PRÓ-REFORMA AGRÁRIA

O movimento sindical dos trabalhadores rurais no Estado do Maranhão se desenvolveu fundamentalmente a partir das resoluções aprovadas na **II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas** realizada em São Paulo no mês de setembro de 1954.

Os 308 trabalhadores rurais presentes à Conferência, representando os lavradores de diversas regiões do país, deliberaram lançar uma gigantesca campanha de assinaturas reivindicando ao Congresso Nacional uma **reforma agrária democrática** com a entrega dos títulos de propriedade da terra aos que nela trabalham e com a extinção dos latifúndios. As designações de “trabalhadores agrícolas” e “lavradores”, funcionam sinonimamente e concernem a uma expressão político-organizativa e de sentido abrangente, adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), para nomear as associações de pequenos proprietários rurais, posseiros, agregados, moradores, assalariados e “parceiros”, “rendeiros”, “foreiros” e “meeiros” de diferentes condições. Para realizar a coleta, difundir os resultados da Conferência e organizar um amplo debate em torno da questão agrária foram criadas diversas “comissões” regionais. Estas “comissões” eram integradas por representantes de distintas categorias profissionais de trabalhadores e também por profissionais liberais, como advogados e agrônomos, além de clérigos e estudantes.

No Maranhão, a adoção desta resolução da II Conferência, levou à criação, em fins de 1954, da **Comissão Estadual de Reforma Agrária**. Os membros desta Comissão a partir da capital São Luís percorreram o interior do Estado, principalmente os vales dos Rios Itapecuru e Mearim, formando outras agremiações semelhantes em diversas sedes de municípios. As “comissões” estavam articuladas com a “campanha nacional” por cinco milhões de assinaturas pela **reforma agrária**.

Em maio de 1955, na cidade de Caxias, com a presença de elevado número de

trabalhadores, foi fundada, em assembléia geral, a **Comissão Central do Município de Caxias Pró-Reforma Agrária**. Compunham a comissão efetiva, eleita na própria reunião, não apenas “trabalhadores agrícolas e lavradores” mas, notadamente, ferroviários, estivadores e “artistas”, esta última designação compreendia artesãos, ferreiros, carpinteiros, sapateiros e pintores. A luta pela reforma agrária não se apresentava, portanto, como uma luta exclusiva dos denominados “trabalhadores agrícolas”, mas sim como uma reivindicação básica do conjunto das classes trabalhadoras.

As “comissões” maranhenses agrupavam inúmeros advogados e estudantes constituindo-se em núcleos de intensa discussão, que visavam possibilitar uma troca de idéias entre os trabalhadores sobre seus próprios problemas à luz da palavra-de-ordem de uma reforma agrária democrática. Estimulava-se a que se organizassem segundo os locais de trabalho ou moradia para que unidos e com base pudessem remover as denominadas “barreiras”, que asseguravam o monopólio da terra aos latifundiários. Inúmeras assembléias e reuniões menores foram realizadas em vários “setores” e “distritos” ou unidades político administrativas no interior dos municípios de Caxias, de Codó, de Coroatá e outras localidades do vale do Itapecuru. A base desta modalidade de organização política estava atrelada às divisões políticas-administrativa, porquanto visava uma institucionalização generalizada. As manifestações organizadas por estas “comissões” se estenderam também à região do Vale do Mearim.



**Expulsos das terras e incendiadas suas propriedades, os lavradores se abrigarão sob as árvores, aumentando a miséria no país**





# AS ASSOCIAÇÕES DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS

O trabalho de difusão e propaganda da bandeira de luta pela **reforma agrária democrática**, desenvolvido pelas “comissões”, teve como desdobramento imediato o incentivo à fundação de associações profissionais de vários tipos, em que se uniam os arrendatários, os meeiros, os parceiros, os foreiros, os posseiros, os pequenos proprietários, os moradores e os agregados.

Neste aspecto combinava-se perfeitamente com uma outra resolução da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, que tratava da criação de uma entidade de âmbito nacional, para conduzir as reivindicações dos trabalhadores rurais: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Esta entidade, já prevista, quando da realização da I Conferência em setembro de 1953<sup>6</sup>, que coordenaria o movimento dos “trabalhadores agrícolas” em várias regiões fortalecendo e combinando, a um nível mais amplo, as suas formas locais de organização e luta. A principal reivindicação encaminhada por esta entidade era mesmo a da **reforma agrária democrática**, através da distribuição das terras dos latifúndios aos “trabalhadores agrícolas” e aos “lavradores” sem terra ou proprietários de terras insuficientes face à dimensão de seu grupo familiar.

## A Associação de defesa dos lavradores e agricultores do 3º distrito de Caxias.

Dois meses após instalada a Comissão em Caxias e terem sido feitos encontros, debatendo os problemas agrícolas, foi criada, no mesmo município, a Associação de Defesa dos Lavradores e Agricultores do 3º Distrito de Caxias. Fundada em 24 de junho de 1955 no povoado chamado Poção, a Associação teve como marco de

---

6 As resoluções finais da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas foram divulgadas em São Luís pelo periódico *Tribuna do Povo*, de 19 de dezembro de 1953 pp. 4, 5.

criação uma assembléia dos lavradores do lugar, em que foi discutido como exigir das autoridades providências para a retirada do gado de suas roças.

Os conflitos gerados pela devastação das roças dos “lavradores” daquele “setor” ou “distrito” pelo gado dos grandes fazendeiros vizinhos tinham se agravado. Os “lavradores” mencionados eram pequenos proprietários e foreiros e haviam feito um acordo com os fazendeiros, separando a zona de criação e pastagem da zona da lavoura. Os fazendeiros, porém, não respeitaram os termos de compromisso que haviam firmado. Na invernação, quando escasseavam as pastagens, soltaram o gado na área destinada aos plantios. Os “lavradores” passaram então a se organizar para defender os seus roçados. A Associação foi criada no bôjo desta luta. Em agosto de 1955 Francisco Gonçalves de Souza, lavrador, que fora eleito Presidente da Associação, encaminhou um ofício aos vereadores da Câmara Municipal de Caxias, reivindicando uma solução imediata, a saber:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caxias e demais representantes do povo.

Pela presente vimos trazer ao conhecimento de todos vós o que passamos a relatar. Há anos que as nossas lavouras vem sendo devastadas por gados de propriedade de criadores deste lugar e de outros aqui próximos, sem nem uma providência por parte dos mesmos.

No dia 18 de julho pp/, coletivamente tocados pelo auge de desesperos já reinantes entre nós, apelamos para S. Excia., o senhor Prefeito, no sentido de conseguir a solução que desejamos para esta situação, foi assim que no dia 24 de julho pp/ em consequência do apêlo, foi enviada a este lugar uma comissão presidida por um representante de S. Excia., o senhor Prefeito Municipal, com a finalidade de entrar em acordo com os senhores criadores para que fossem retirados os gados roceiros para outra localidade.

Na data que estamos fazendo esta comunicação a Vs. Excias. já são decorridos 31 dias que aqui esteve a já referida Comissão e foi feito o acordo com os senhores criadores os quais se prontificaram a cumprí-lo, entretanto, até esta data nada foi feito.

Decepcionados pela falta de cumprimento do acordo com o senhor Prefeito, em nome da nossa Associação, em data de 21 do corrente comunicamos ao senhor Prefeito tal desobediência, e mais que diante dos estragos que até então vem os gados fazendo, pedimos mais uma vez as mais rápidas e enérgicas providências na retirada dos gados, e que por parte dele aguardamos uma solução a fim de que não sejamos obrigados a cometer soluções desagradáveis como já se tem verificado.

Ao fazermos esta comunicação dos acontecimentos do caso em apreço até esta data, rogamos a todos vós, que na qualidade digna de legítimos representantes do povo, tudo façam ao vosso alcance com o fim de ser feita retirada dos gados que ora devastam a riqueza que possuímos, conquistada com o suor dos nossos rostos as nossas lavouras, se assim nos dirigimos a Vs. Excias., e para que não nos vejamos obrigados a resolver tal situação à nossa maneira, e venha esta ser do desgosto de pessoas menos sentimental. Na certeza de sermos socorridos, aguardamos rápidas providências.

Poção, 25 de agosto de 1955.

Pela Associação de Defesa dos Lavradores do 3º Distrito do Município de Caxias.

Ass: Francisco Gonçalves de Souza – Presidente”<sup>7</sup>

Passaram-se meses e a Câmara Municipal pouco ou nada resolveu. Em virtude disto os “lavradores” prepararam eles próprios, à sua “maneira”, os esquemas de defesa para evitar maiores estragados às suas roças. Confeccionaram armadilhas para inutilizar as reses que se aproximassem dos roçados; montaram um sistema de espreita e vigia valendo-se, inclusive, dos meninos e das mulheres e mantiveram-se atentos com seus facões, pataxos e espingardas de caça.

Ao mesmo tempo, através da Associação, os “lavradores” persistiam em encaminhar os casos de invasão de roças pelo gado aos órgãos competentes do judiciário na expectativa de que os juízes e as autoridades estaduais se pronunciassem.

Devidamente registrada em cartório e dispondo de um advogado como assessor, a Associação funcionava como emprestando aos lavradores uma condição absolutamente legal de recorrer à justiça. Consideravam-se agindo dentro de seus direitos legalmente reconhecidos. Exerciam as garantias inerentes e seus direitos de cidadãos por meio da consultoria jurídica de sua entidade de representação formal. Com o processo em andamento na justiça estava em pauta uma redefinição da posição política dos ‘trabalhadores agrícolas’. Até então só tinham acesso aos dispositivos legais por intermédio dos detentores do poder a nível municipal ou das “oligarquias”, como sugerem alguns estudiosos<sup>8</sup>. Ao mobilizar efetivamente os “lavradores”, em defesa de seus interesses econômicos, e ao assegurar um desdobramento do conflito ao nível dos aspectos jurídicos a Associação deslocava os mediadores históricos e tradicionais, que até então se arvoravam em seus porta-vozes.

---

7 Reproduzido pelo periódico *Tribuna do Povo*, n. 248. São Luís, 24 de Setembro de 1955.

8 Vide LEAL, Victor Nunes – *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª edição, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1975.

As “oligarquias”, através de mandatários políticos, se valiam da impossibilidade dos “lavradores” terem suas formas próprias de representação, pelo rígido enquadramento político a que estavam sujeitos, para se colocarem como seus porta-vozes. A usurpação estava presente no próprio ato de assumirem por autoridade própria tal delegação.

Torna-se, portanto, impossível separar, no movimento de lutas e conflitos que geram a Associação, as “lutas políticas” das “lutas econômicas”, estando estes planos fundidos nos próprios meios de enfrentamento dos problemas cotidianos. Agrupar os “lavradores” de forma autônoma, por si só, significava uma ruptura com o severo enquadramento político urdido pelas “oligarquias” e uma ameaça à manutenção do monopólio da terra desfrutado por elas.

Contrapondo-se às formas tradicionais de imobilização e enquadramento político a Associação de Defesa dos Lavradores e Agricultores do 3º Distrito de Caxias ao organizar e conduzir as reivindicações dos seus associados tornou-se logo conhecida por todo o Vale do Rio Itaperucu. Numa ação visando difundir o movimento alguns de seus filiados percorreram os povoados vizinhos a Poção, narrando as dificuldades enfrentadas pela Associação e conclamando os demais “lavradores” que, inclusive, enfrentavam problemas semelhantes, a se mobilizarem também. Em Maria Preta e Coitézinho houve intensa mobilização e várias “agências” da Associação começaram a ser criadas. As “agências” eram núcleos situados nos próprios “setores” ou distritos onde os “lavradores” tinham morada habitual e cultivavam seus roçados. Ali os “lavradores” se reuniam, pagavam suas mensalidades, recebiam carteiras de associados e decidiam sobre os desdobramentos das reivindicações e lutas locais. Os “lavradores” vinculados a cada “agência” elegiam um representante, que mantinha contato permanente com a diretoria na sede da Associação. O enfrentamento de questões semelhantes por “lavradores” em diferentes locais do distrito facilitou a propagação destas “agências” e também a criação de outras associações em outros distritos.

## A FUNDAÇÃO DA A.T.A.M. E SEU MOVIMENTO EXPANSIONISTA

Além dos casos de invasão da roça pelo gado muitos outros conflitos mobilizavam os “trabalhadores agrícolas e lavradores” desta região do Maranhão na primeira metade dos anos 50. Eram frequentes as práticas de adulteração de documentos em cartórios de Codó, Timon, Rosário e Itapecuru, assim como, o roubo de escrituras registradas. Os que assim agiam pretendiam se apossar fraudulentamente das terras em que os pequenos proprietários trabalhavam e tinham seus “sítios”. Os “lavradores” os chamavam de “grileiros” ou “ladrões de terras” e eram estreitas suas relações com os cartórios.

As disputas devido às ações de demarcação das terras eram igualmente frequentes, porque as autoridades municipais sempre favoreciam os seus correligionários políticos.

Os foreiros, por sua vez, se rebelavam contra os regulamentos impostos pelos “donos das fazendas”, que proibiam a comercialização da amêndoa do babaçu fora dos limites de suas propriedades e em outras “barracas” ou “bodegas” que não às suas. Havia conflitos em torno da elevação do preço do aforamento e do preço da “renda” pelos grandes fazendeiros.

Durante todo o ano de 1954 e no decorrer de 1955 persistiam agravadas estas questões que envolviam foreiros e grandes proprietários e “grileiros” e pequenos proprietários. Os “grileiros” funcionavam por vezes como comerciantes de terras e tão logo se apropriavam ilegalmente delas repassavam-nas aos grandes proprietários, propiciando uma ampliação dos latifúndios.

No povoado de São Leopoldo à margem esquerda do Rio Itapecuru, entre Cachimbos e Pirapemas, famílias de lavradores foram despejadas por pistoleiros armados de rifles, que arrasaram suas casas. No lugar Santa Rosa, no Município de Rosário, 100 (cem) famílias compostas de filhos e netos dos escravos do Barão Joaquim Raimundo Nunes Belford, que foram contemplados como herdeiros da terra, lutavam contra um “grileiro” que se dizendo proprietário das terras queria demarcá-las e a todos expulsar. Em Vargem Grande, na Vila de Manga, um grande proprietário denominado “major” Horácio proibia que se vendesse o côco babaçu em outras “barracas” que não as de sua propriedade, e pagava pelo “frasco” de côco apenas dez cruzeiros, enquanto que nas vizinhanças o preço alcançava quinze cruzeiros. Cerca de 500 famílias de lavradores do Riacho do Saco, município de Codó, limite com Caxias, cujas terras abrangiam os povoados de Centro do Meio, Boa Hora, São Luís, Barra e Esperança encontravam-se diante do seguinte dilema: ou reconheciam o “grileiro” como proprietário, passando a trabalhar nas terras como agregados e foreiros, ou eram despejadas das terras em que viviam e cultivavam há dezenas de anos. Em Coroatá, a grilagem das terras que se estendem ao longo da

margem direita da Estrada de Ferro São Luís-Teresina e que vão do Km 241 ao Km 250, atingia os seguintes povoados: Côrte do Rei, Boa Vista, Limão, Centrinho, Paraíso, Manelão e Flores. Os “grileiros” intimidaram os “lavradores” através de jagunços, que exerciam a vigilância armada, a não venderem o côco babaçu sem a sua permissão, a não tirarem madeiras e a pagarem fôro<sup>9</sup>.

Por toda a extensão do Vale do Itapecuru sucediam-se disputas pela posse da terra e pela livre comercialização do arroz e do côco babaçu.

Muitas famílias de “lavradores” foram sendo expulsas das terras e forçadas a buscar, em direção a Oeste, os chamados “vales férteis” do Mearim e do Pindaré. Aproveitando as picadas abertas para as linhas de telégrafo iam penetrando nas áreas de matas, que se estendiam por estes vales.

Por outro lado, chegavam ao Maranhão a este tempo contingentes de nordestinos, denominados “flagelados”, expulsos de suas regiões de origem, principalmente, Ceará, Piauí e Pernambuco. Com a seca o governo federal facilitou este deslocamento, fornecendo passagens gratuitas de “2ª classe” na Estrada de Ferro São Luis-Teresina (E.F.S.L.T.). Abrigados na Estação João Pessoa, na capital maranhense, e em albergues improvisados no casario centenário da Praia Grande reclamavam da Legião Brasileira de Assistência, que lhes fornecia alimentos por apenas seis dias, prazo em que eram obrigados a seguir viagem ou a se instalar. Sem que se realizasse o seu assentamento efetivo em núcleos de colonização os “flagelados” exigiam assistência médica, sanitária e condições mínimas para botarem seus roçados. Os trens os desembarcavam também nas cidades do Vale do Itaperucu cortadas pela linha férrea que liga Teresina a São Luís.

Os “lavradores” nordestinos, todavia, não permaneciam no Vale do Itaperucu, que funcionava tão somente como uma primeira etapa de migração. Este contingente de “lavradores” deslocados, na medida em que aumentava a demanda camponesa por terras (arrendamento), possibilitou a elevação do preço dos aforamentos e um maior poder de barganha para os latifundiários<sup>10</sup>.

A continuidade deste fluxo acabou por engrossar as levas de “trabalhadores agrícolas” expulsos de suas terras no Vale do Itapecuru, que se dirigiam para os “vales férteis”. Buscavam recursos abertos ou a chamada “terra liberta”, em que pudessem trabalhar por conta própria sem estarem sujeitos às exigências dos grandes proprietários. Nestas regiões os “trabalhadores agrícolas”, posseiros e os povos indígenas

---

9 Estas ilustrações foram coletadas no periódico **Tribuna do Povo**, cujos exemplares correspondiam às seguintes datas e números: Nº 152, São Luís, 13-02-1954; Nº 153 de 20-02-1954; Nº 163 de 10-05-1954; Nº 165 de 15-05-1954 e Nº 248 de 24-09-1955.

10 Cf. Alfredo Wagner e Laís Mourão – “Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo”, **Pesquisa Antropológica**, Nº 9, 10. Brasília, 1976.

(guajajara, urubu-kaapor, canela, krikati, gavião, guajá) já estavam, entretanto, em disputa pela posse da terra, enfrentando os “grileiros”, que se antecipavam aos deslocamentos.

Havia “grileiros” que queriam expulsar os “trabalhadores agrícolas” de suas terras e aqueles outros que queriam exigir o pagamento de “renda”, geralmente cobrada em termos de uma determinada quantidade de arroz ensacado. A ação era sempre previamente traçada nos Cartórios de Registro de Imóveis. Em Conceição, município de Pedreiras, a falsificação de uma escritura levou um “grileiro” a tentar expulsar as famílias camponesas que cultivavam a área. A questão foi levada à justiça. O juiz deu ganho de causa aos “trabalhadores agrícolas” a despeito do grileiro ser uma conhecida autoridade pública do lugar. Durante os meses em que se desenrolou a disputa os “lavradores” se organizaram, reagiram aos espancamentos e outras ameaças de que foram vítimas e realizaram uma passeata com 200 homens desfilando pelas ruas de Pedreiras e denunciando a falsificação das escrituras e o roubo dos autos do cartório<sup>11</sup>.

No mesmo período “grileiros” completaram o assalto às terras da antiga aldeia denominada Santo Antônio, doada aos guajajaras, ainda pelo primeiro governador republicano do Maranhão. Desde 1947 um “grileiro” havia conseguido que o governo do Estado o reconhecesse enquanto proprietário das terras. O território de seis léguas quadradas em que viviam e colocavam seus roçados os indígenas e os “trabalhadores agrícolas”, em 1954, acabou nas mãos de um “grileiro” conhecido como Emiliano. Os indígenas e os “lavradores” resistiram e denunciaram o governador Eugênio Barros como tendo facilitado a grilagem. O “grileiro” exigia o pagamento do fôro e queria impor a obrigatoriedade de que todos os que tinham roçados ou cultivassem na área vendessem a produção exclusivamente para ele. As “comissões” pró-reforma agrária recomendavam explicitamente que indígenas e posseiros se organizassem e resistissem a exigências desta ordem, criando as suas Associações locais.

A intensidade destes conflitos foi abrindo caminho para que as Associações se propagassem a Oeste alcançando os vales do Mearim e do Pindaré. Firma-se uma percepção positiva desta forma organizativa como um relevante fator de resistência.

Em 1956 foi criada a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Capinzal-Pedreiras. Integrando a luta pela reforma agrária esta Associação foi signatária do “Manifesto de Convocação da Conferência Maranhense de Estudo da Reforma Agrária”.

Este tipo de reunião possibilitava às Associações divulgarem suas lutas e reivin-

---

11 Vide *Tribuna do Povo*, Nº 225. São Luís, 11-06-1955. Primeira Página.

dicações para um público mais amplo e constituía uma maneira de pressionar os poderes públicos através da mobilização de diferentes grupos sociais em torno do debate de questões afetas ao tema da reforma agrária. Neste contexto, as reivindicações das Associações encontravam expressão na cena política oficial, dado que neste momento o Congresso Nacional debatia em torno de problemas análogos.

O seguinte temário foi apresentado para ser discutido no decorrer da Conferência:

Reforma Agrária nas bases do projeto 55.255, apresentado à Câmara Federal pelo deputado Nestor Duarte;

Modificação completa da Lei do Estado do Maranhão (Decreto 385-A, de 30 de julho de 1946);

Cumprimento e ampliação das vantagens concedidas pelo Ministério da Agricultura aos agricultores inscritos no Registro de Lavradores e Criadores;

Cumprimento da série de leis que garantem aos trabalhadores agrícolas o direito à Carteira Profissional, regime de 8 horas de trabalho, pagamento de horas extraordinárias, salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, licença à mulher grávida e outras medidas de proteção aos lavradores e trabalhadores agrícolas. (Cf. **Terra Livre**. Ano VIII, Nº 75, São Paulo, Primeira quinzena de dezembro de 1956, pág. 4).

Em meados de dezembro de 1956 na cidade de São Luiz foi realizada a **Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária**. As Associações enviaram delegados e juntamente com advogados, bancários, ferroviários, escritores, gráficos, têxteis e ainda deputados, prefeitos e autoridades religiosas debateram as questões. Várias palestras foram realizadas e inúmeras moções discutidas em assembléia.

Foram aprovadas na plenária final as seguintes resoluções:

- criação de uma Comissão Permanente de 5 (cinco) pessoas para aplicar as resoluções e fazer o estudo dos projetos da reforma agrária existentes na Câmara Federal;

- lutar pelo cumprimento da Lei de Terras, na parte que autoriza o Estado a doar gratuitamente, 25 hectares aos lavradores pobres, modificando essa quantidade para 50 hectares por lavrador;

- apoiar o projeto de lei do deputado José Maria de Carvalho que cria a Secretaria de Agricultura;

- preços mínimos para o arroz, algodão e o babaçu;

- distribuição gratuita de sementes;
- marcação de zonas de criação e de lavoura;
- venda, a prazo de 20 meses, de ferramentas agrícolas;
- crédito fácil a longo prazo e a juros módicos para os pequenos -proprietários e lavradores sem terra;
- construção de estradas de ferro e de rodagem nos principais centros produtores;
- apoiar a extensão da Legislação Trabalhista ao homem rural;
- criação de uma rede de ambulatórios médicos e escolas primárias para os lavradores, criadores e seus filhos;
- baixa do preço do aforamento e regulamentação em lei dos foros;
- fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (A.T.A.M) e criação de novas associações.

Dentre as resoluções, no plano da organização dos camponeses, se destacou a que dizia respeito à criação de uma entidade estadual para orientar e articular as lutas das Associações. Foi fundada e registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas da capital sob o número 432 a **Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão** (A.T.A.M), que se incumbiu de ampliar as Associações por todos os recantos do Estado e coordenar as diferentes lutas. Foi eleito o Presidente da A.T.A.M., pelos delegados das Associações presentes à Conferência, um lavrador do 3º Distrito de Caxias, o Sr. Augusto José do Nascimento. A nova entidade vinculava-se à **União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil** (ULTAB). Com a sua atuação as Associações espalhavam-se pelo Estado e passaram a ter uma ação mais conjugada, com repercussões que transcendiam aos contornos dos municípios ou das áreas banhadas pelos principais rios.

No início de 1957 foram criadas Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também denominadas de União de Trabalhadores Agrícolas, nas seguintes localidades: Rosário, Santa Rita e Independência. A agremiação de Rosário, mais conhecida como A.L.T.A.R (Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Rosário), ampliou-se por todo o município criando quatro “agências” a saber: Boca da Mata, Barro Branco, Jussaral e São Miguel, com centenas de associados.

Em agosto de 1957 foi criada e devidamente registrada em cartório do 1º Ofício a **União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Bacabal** (ULTAB). Estendendo a sua ação pelo município organizou 24 (vinte e quatro) “agências”, que chegaram a reunir em seu quadro social mais de 2500 (dois mil e quinhentos)

lavradores associados. De Bacabal eram articuladas e coordenadas as lutas dos “lavradores” nos vales dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré. Tornou-se um importante centro de mobilização e encontro de “lavradores”. Os festejos e as comemorações de primeiro de maio, o Dia do Trabalhador, em Bacabal e Pedreiras aglutinavam centenas de “trabalhadores agrícolas” de todas estas áreas sob a influência dos rios. Partidas de futebol, desfiles pelas principais ruas da cidade, salvas de foguetes, almoço para todos os participantes, vespéral dançante e tambor de crioula eram realizados e entusiasticamente vividos pelos trabalhadores. A **União Artística Operária Bacabalense**, antiga sociedade mutualista, também participava destas comemorações estreitando seus vínculos com a ULTAB, notadamente por intermédio do Departamento Feminino desta agremiação que passou a organizar a festa anual do Dia das Mães.

O fato de se agruparem em associações voluntárias dispondo de recursos próprios, ainda que limitados, permitia aos “trabalhadores agrícolas” uma grande autonomia de expressão. Não se encontravam subordinados e nem dependiam dos órgãos governamentais, dos mandatários ou da ação da Igreja.

O denominado carácter recreativo e assistencial das Associações não pode ser separado de seu carácter político organizatório. O assistencial não excede o político, antes integra-o, visto que o carácter voluntário das associações lhes conferia uma autonomia, que antes de tudo era uma forma de defesa política.

Os “trabalhadores agrícolas” passam a comemorar o dia 1º de maio juntamente com estivadores, ferroviários e operários textéis



**DESFILE DOS TRABALHADORES NO 1º DE MAIO—**  
No elichê, um grupo de estivadores conduzindo a  
faixa do Sindicato da classe

Tribuna do Povo. São Luís : Festa de 1º de maio de 1958



Tribuna do Povo. São Luís : Festa de 1º de maio de 1958

Eventualmente as associações atuavam articuladas com os partidos políticos que, religiosamente, perfilavam-se na oposição ao P.S.D. (Partido Social Democrata) dirigido no âmbito estadual por Vitorino Freire. Esta agremiação política desde 1947 vencia os pleitos eleitorais no Maranhão e controlava, de maneira absoluta, o poder regional (municipal e estadual). A manutenção do monopólio da terra e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle efetivo do voto das populações rurais contribuíam para lhe assegurar vitórias eleitorais consecutivas.

No âmbito nacional as Associações de lavradores maranhenses apoiaram, entretanto, o candidato da coligação P.T.B. – P.S.D. à Presidência da República em 1960, General Henrique B. D. Teixeira Lott. As Associações possuíam uma autonomia ao estabelecer compromissos com os políticos. Quer dizer, regionalmente se opunham à coligação P.S.D. – P.T.B., que apoiavam no plano nacional, e somavam

forças com a U.D.N. e com o P.S.P. aos quais se opunham nos pleitos para os cargos eletivos federais. Nas eleições municipais apoiavam, em muitos municípios, os candidatos do P.T.B.. As Associações não compartilhavam as estratégias e programas fixados pelos diversos partidos e se reservavam optar por estabelecer compromissos segundo a dinâmica das lutas travadas.

O estabelecimento de compromissos político-eleitorais estava subordinado às vicissitudes dos conflitos no contexto de cada município ou povoado. Estas variações no alinhamento político partidário tornaram as Associações não facilmente arregimentáveis ou manipuláveis por forças externas ao movimento organizatório dos “trabalhadores agrícolas”.

Embora a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) representasse uma alternativa de organização dos camponeses encetada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e a A.T.A.M. estivesse ligada a ela, torna-se difícil afirmar que todas as associações criadas no País ou no interior do Maranhão, no decurso dos anos 50, mantivessem vínculos orgânicos com o P.C.B.. As lutas travadas por estas Associações de lavradores não podem ser lidas tão somente através do **Programa divulgado após o IV Congresso do P.C.B.**<sup>12</sup> realizado em novembro de 1954. Reduzir o encaminhamento das lutas à orientação partidária significa perder de vista a própria dinâmica das lutas travadas efetivamente pelas Associações, assim como as contradições reais em questão e as formas específicas e originais que os camponeses lançaram mão para se organizar. Para o entendimento da situação analisada não surte efeito a utilização de esquemas tradicionais de explicação, que interpretam os movimentos sociais no campo ou como lutas espontâneas dos trabalhadores ou como movimentos pré-políticos ou ainda como lutas inspiradas e tributárias de organizações e partidos políticos<sup>13</sup>. Nem ajudaria à compreensão se considerar as Associações de lavradores como meras organizações de massa em que determinado partido político se realiza organicamente.

Após o IV Congresso, no final de 1954, e no decorrer de 1955 e 1956, a cada ocorrência que o periódico **Tribuna do Povo** noticiava sobre conflitos no campo, dispunha em paralelo um dos pontos do Programa aprovado neste mencionado evento, que poderia solucionar o caso. Os tópicos do Programa invariavelmente citados nesta circunstância se encontram dentre os que vão do n. 37 ao n. 45, inclusive. Na documentação partidária, tal como na literatura teórica, prevalece o termo “camponês”, como conceito e como designação política de maior abrangência. Nas

---

12 O jornal **Tribuna do Povo** divulgou no Maranhão o Projeto do Programa do P.C.B. a partir de janeiro de 1954. As denominadas “Teses para discussão no IV Congresso” foram também difundidas por este periódico.

13 Vide Palmeira, Moacir – “Desmobilização e Conflito”. IN: **Revista de Cultura Política**. São Paulo. CEDEC, ano I, n. 1, agosto de 1979, pp. 41-55.

pautas reivindicatórias locais e na denominação das associações persistem os termos “lavradores” e “trabalhadores agrícolas”. Nas descrições das ocorrências de conflitos nos periódicos vigem as denominações locais: “foreiros”, “posseiros”, “meeiros” e “pequenos proprietários”.

Para efeitos de documentação e registro julguei oportuno reproduzir em seguida os pontos do Programa mais citados nas matérias jornalísticas:

#### “REFORMA AGRÁRIA E AJUDA AOS CAMPONESES

37 – Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que a repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legas de sua posse. A lei reconhecerá as posses e ocupação de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.

38- Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração dos camponeses, meiação, terças e todas as formas de prestação de serviços gratuitos, abolição do vale e barracão e obrigação dos pagamentos em dinheiro a todos os trabalhadores agrícolas.

39- Garantia de salário suficiente aos assalariados agrícolas, não inferior ao dos operários industriais não especializados, como também garantia de terra aos que a desejarem.

40- Garantia legal à propriedade dos camponeses ricos. Tanto a terra cultivada por eles ou por assalariados, como suas outras propriedades, serão protegidas contra qualquer violação.

41- Anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usuários, os bancos, o governo e as companhias imperialistas norte-americanas.

42- Concessão de crédito barato e a longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas, etc.. Ajuda técnica aos camponeses. Estímulo ao cooperativismo.

43- Construção de sistemas de irrigação particularmente nas regiões do Nordeste assolado pelas secas, de acordo com as necessidades dos campo-

neses e do desenvolvimento da agricultura.

44- Abolição de todas as restrições ao livre trabalho dos pescadores. Ajuda pelo Estado aos pescadores por meio da concessão de créditos para a construção de casas, entrepostos, etc. e fornecimento de instrumentos e embarcações para a pesca.

45- Garantia pelo Estado de preços mínimos para os produtos agrícolas e pecuários ao abastecimento da população, de modo que permitam aos camponeses desenvolver suas atividades econômicas e aumentar a produtividade de suas terras, sem deixar de defender ao mesmo tempo os interesses da grande massa consumidora.”

(**Tribuna do Povo**, São Luíz, 1º de janeiro de 1954)

O movimento dos “trabalhadores agrícolas e lavradores” no interior do Maranhão revestiu-se de grande complexidade, representando para estes agentes sociais um ideal de autonomia. As tentativas anteriores de mobilização dos “trabalhadores agrícolas” significaram manipulações por parte de facções das “oligarquias”, que se encontravam em acirrada disputa desde 1951 com a posse de Eugênio Barros no governo do Maranhão. A denominada “revolta camponesa de Dona Noca”, prefeita de São João dos Patos, que em 1951 se opôs militarmente à vitória eleitoral, comprovadamente fraudulenta, de Eugenio Barros, inscreve-se, talvez, mais no capítulo dessas lutas entre as diversas facções das “oligarquias” do que propriamente na história dos movimentos de trabalhadores rurais do Maranhão<sup>14</sup>. Num mesmo sentido, em termos de rever as interpretações “clássicas” da história política regional, seria pertinente recuperar o trabalho analítico de Carlota Carvalho sobre a Balaiada<sup>15</sup>.

Este ideal de autonomia manifestou-se em algumas regiões através das tentativas de construir cooperativas, que organizassem a entrada da produção de arroz na esfera da circulação, em outras no plano das organizações que visavam assegurar aos “lavradores” o controle dos meios de produção. Várias outras tentativas das Associações revelavam a disposição de independência do Estado e das demais agências externas: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Capinzal (ULTAC) decidiu abrir uma escola de alfabetização para os filhos dos associados; a

---

14 Vide Morais, Clodomir dos Santos – **Las Ligas Campesinas de Brasil**. Tegucigalpa. Proccara, 1976, pp. 91,92.

15 Vide Carvalho, Carlota – **O Sertão**. Rio de Janeiro. Emp. Ed. de Obras Científicas e Literárias, 1924.

Associação de Defesa dos Lavradores e Agricultores do 3º Distrito de Caxias criou no povoado Olho D'Água Sêco uma escola para os próprios “lavradores”. Outras Associações passaram a estimular as formas de ajuda mútua, reparando estradas e poços. A U.L.T.A.C. juntamente com diversas associações partiu para construir sua sede própria alegando que as reuniões não podiam continuar debaixo de árvores ou no mato e que as eleições e assembléias não podiam continuar sendo realizadas na residência dos próprios membros da diretoria. Estas promoções fortaleceram as Associações no plano municipal tornando-as uma força importante na política local.

Sob este prisma, independiam totalmente do Estado e se aproximavam das primeiras associações de operários livres que, numa perspectiva autonomista, tinham o objetivo de fornecer a seus associados auxílio em casos de doença, desemprego e invalidez, custear as despesas do entêrro e garantir às viúvas e órfãos uma pequena pensão regular.

No Maranhão havia algumas antigas sociedades mutualistas, que antecederam às Associações. Dentre elas merecem destaque a já citada **União Artística Operária Bacabalense**, a **União Artística Operária Colinense**, e o **Sindicato Agrícola de Pastos Bons** que a partir de uma assembléia geral realizada em 18 (dezoito) de março de 1937, conheceu uma reforma de estatutos passando a denominar-se Sindicato Artístico, Agrícola, Operário Pastobonense. Tais organizações, além dos objetivos descritos, fundaram escolas noturnas de alfabetização e organizaram os trabalhadores não apenas para as campanhas beneficentes, mas sobretudo para os movimentos reivindicatórios. Muito contribuíram, através de sua experiencia organizativa, para a criação e o fortalecimento das Associações apesar de já se encontrarem deveras desmobilizadas nos anos 50.

A União Artística Operária Colinense, da cidade de Colinas, abriu suas portas, em julho de 1957 para a realização de debates sobre a reforma agrária e sobre os “problemas dos lavradores” das zonas de latifúndio. Estavam presentes políticos e profissionais liberais<sup>16</sup>.

Tal perspectiva autonomista suscitou, inclusive, a criação de novas sociedades mutualistas. O reavivamento de uma antiga concepção de organização, mesmo em centros urbanos, foi um dos efeitos do acirramento das lutas dos “lavradores”. Em 1958 foi criada, em São Luís, a **Sociedade Beneficente e Recreativa do João Paulo** com sua ação circunscrita a uma bairro populoso, habitado sobretudo por “famílias de lavradores”, que haviam se deslocado para a capital. Esta sociedade, atuando como as similares, contou com a solidariedade ativa de seus membros para a estruturação da **Associação de Lavradores do Quebra-Pote** e em ações mobili-

---

16 *Jornal do Povo*, N. 1746. São Luís, 06 de julho de 1957.

zatórias da própria A.T.A.M.

Estas iniciativas das sociedades mutualistas representaram um reforço à mobilização dos “trabalhadores agrícolas e lavradores” na luta pelos seus direitos e marcaram fortemente a campanha lançada pela A.T.A.M. de expandir o movimento e criar novas associações no interior do Estado.

Em 6 de janeiro de 1958 foi fundada a Associação dos Lavradores de Itapecuruba. A solenidade de fundação contou com a presença de 200 “lavradores” daquela localidade, que se situava no interior da ilha em que se encontra a capital São Luís. O Presidente da A.T.A.M. empossou a diretoria da nova agremiação, composta de seis membros efetivos (presidente, secretário, tesoureiro, e três membros do Conselho Fiscal) e os respectivos suplentes. Estiveram presentes representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Luís.

Ao mesmo tempo outras Associações, que haviam sido fundadas meses antes, eram reconhecidas como de utilidade pública. **A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola de Capinzal**, que agrupava cerca de 1200 (hum mil e duzentos) lavradores dos municípios de Codó e Pedreiras foi considerada de utilidade pública pela Lei Nº 1.597 de 14 de janeiro de 1958, publicada no **Diário Oficial** do Estado do Maranhão no dia 28 do mesmo mês.

Aumentou o nível de organização e de reconhecimento das lutas. Os grandes proprietários, por outro lado, ameaçavam expulsar de suas terras qualquer “trabalhador agrícola e lavrador” que fizesse parte das Associações. Em Guanaré, município de Itapecuru, houve vários destes casos, conforme noticiava o **Tribuna do Povo**. Em Caxias foram contratados pistoleiros para perseguir os associados e desfazer as reuniões<sup>17</sup>. Os grandes proprietários e as entidades patronais preferiam os métodos de coação e violência, mantendo em ação constante bandos de jagunços.

A diretoria da A.T.A.M., dado o acirramento das contendas, sentiu a importância de se efetivar um balanço das lutas que estavam sendo travadas. Decidiu por realizar uma Assembléia Geral com representantes de todo o interior do Maranhão.

Eis o cartaz de divulgação da Assembléia anunciando um dos pontos da pauta relativo à realização da II conferência Agrária do Maranhão:

---

17 Vide **Tribuna do Povo**, Nº 390. São Luís, 14 de julho de 1958.



Ilustração divulgada pela **Tribuna do Povo**.

## **A Assembléia geral da A.T.A.M e o apoio de outras categorias de trabalhadores. A II Conferência Agrária do Maranhão.**

Nos dias 2, 3 e 4 de fevereiro de 1958 realizou-se a Assembléia Geral da A.T.A.M com a participação de 50 filiados com delegação para representar as 36 associações de lavradores das várias regiões do Estado. A ordem do dia apresentada pelos organizadores da reunião era constituída de quatro grandes pontos:

Apresentação do relatório de atividades da A.T.A.M. correspondentes ao exercício de 1957;

Eleição da diretoria e de um terço do Conselho de Representantes e dos Departamentos Técnicos;

Convocação da II CONFERÊNCIA AGRÁRIA DO MARANHÃO.

Assuntos Diversos

De acordo com seus estatutos foram eleitos e empossados os membros da Diretoria e dos diversos Departamentos Técnicos da A.T.A.M.

A nova diretoria ficou assim constituída:

PRESIDENTE – Augusto José do Nascimento, do 3.º Distrito de Caxias.

1.º VICE-PRESIDENTE – José Vieira Lima, de Capinzal-Codó.

2.º VICE-PRESIDENTE – Maria da Glória, de Bacabal.

1.º SECRETÁRIO – Amadeu Rodrigues de Souza, de Bacabal.

2.º SECRETÁRIO – Raimundo Justino, de Itapecuraíba – São Luis.

1.º TESOUREIRO – Antônio José Cardoso, de Quebra-Pote – São Luis.

2.º TESOUREIRO – José Pereira da Silva, 3.º Distrito de Caxias.

Os três membros efetivos do Conselho Fiscal eram respectivamente de Independência-Coroatá, Rosário e São Mateus, enquanto que os suplentes eram de Santana-Itapecuru, Capinzal-Codó e do 2.º Distrito de Caxias. O Conselho de Representantes ficou composto com “lavradores” do 3.º Distrito de Caxias, Rosário, Santana-Itapecuru, Vitória do Mearim, Bacabal, 1.º Distrito de Caxias, Rosário, Pedreiras, Ipixuna, Axixá e Capinzal-Codó.

Percebe-se a prevalência das Associações de Caxias e Bacabal na condução do movimento, assim como o seu raio de ação centrado em municípios do Vale do Itaperucu.

A diretoria da A.T.A.M. a partir desta assembléia buscou desenvolver outras Associações na área do Rio Itaperucu e simultaneamente ampliar o seu número em outras regiões do Estado. Reforçar a área principal de conflitos agrários e promover uma dispersão do movimento por determinadas regiões do Maranhão pareceu-lhe fundamental. Enquanto parte da diretoria sob a liderança de Augusto José do Nascimento insistia em organizar as lutas de pequenos proprietários e foreiros no Vale do Itaperucu, os demais membros empenhavam-se em concentrar esforços nas lutas dos posseiros do Baixo Mearim e do Pindaré e nas lutas de foreiros em alguns municípios da Baixada. As lutas contra o elevado preço dos aforamentos era iniciada em Viana, Monção, São Bento e Mirinzal. Embora, em outras regiões do Estado como o Sul e a Baixada Ocidental, a A.T.A.M. nunca tenha chegado a ter uma expressão significativa, nas áreas em que concentrou suas forças os resultados logo despontaram.

Entre março e maio de 1958, nos meses que se seguiram imediatamente à realização da Assembléia Geral da A.T.A.M. foram fundadas doze Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. O secretário-geral da entidade Amadeu Rodrigues de Souza no decorrer de março viajou por vários municípios atendendo a solicitações de lavradores que queriam se organizar em associações. Reunidos em assembléia os “trabalhadores agrícolas e lavradores” de cada localidade após um período de debate e consulta decidiam pela fundação. Isto sucedia, quando estavam envolvidos em conflitos pela posse da terra ou em combate contra os preços excessivos do fôro e a proibição de vender o babaçu para outra “barraca”, que não a do grande proprietário. O rígido controle e o monopólio da comercialização pelo fazendeiro, reproduzia em tudo a instituição do “barracão” tão sublinhada a este tempo pelas Ligas Camponesas no Nordeste. Nestas circunstâncias pequenos proprietários, posseiros e foreiros necessitavam, geralmente, de uma assistência jurídica imediata para orientar o encaminhamento da questão aos tribunais. Dispondo de um Consultor Jurídico a A.T.A.M. atendia às entidades locais, enviando o problema aos órgãos competentes e acompanhando de perto o desenrolar do processo instaurado. A assessoria jurídica reforçava a expansão organizativa. Em 9 e 10 de março foram fundadas, ambas no município de Lago da Pedra, as Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Lago da Pedra e Lago da Cotia. Em 17 de março foi criada a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Vitorino Freire, na sede do município do mesmo nome.

Em 30 de março, presentes 86 “trabalhadores agrícolas”, foi criada a União dos Trabalhadores Agrícolas de Santa Inês (U.T.A.S.I.). Em abril, foi fundada a Associação de Lavradores de Monção. No dia 4 de maio foi a vez da de Itapecuru, no dia 6 a de Pirapernas e no dia 9, com cerca de 200 “lavradores”, foi criada a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Coroatá. Em primeiro de

maio foi fundada a de Cantanhede, no dia 13 a de Arari e no dia 21 a de Timbiras e logo após a de Codó.

Mais de 51 “agências” já tinham sido organizadas. Em Santa Inês, então pertencente ao município de Pindaré-Mirim, foram fundadas três “agências” da U.T.A.S.I.. Uma situada no povoado Maguari com 37 associados, outra em Barraca Cercada, com 48 inscritos, e uma terceira em São José com 27 associados.

Outras categorias profissionais que já estavam organizadas em Sindicatos e com respaldo legal apoiaram os “trabalhadores agrícolas” nesta ampliação do movimento. Em Itapecuru a solenidade de inauguração foi apoiada pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Itapecuru, que inclusive ofereceu a sede do sindicato para as comemorações. Em Coroatá o Sindicato dos Estivadores cedeu a sede para o ato da fundação. A União Ferroviária – Seção de Coroatá enviou representantes, que se congratularam com os “trabalhadores agrícolas”. Em Codó o Sindicato dos Estivadores emprestou seu apoio irrestrito à Associação.

Os materiais de difusão e propaganda que a A.T.A.M. elaborava e imprimia em São Luís chegavam às cidades do Vale do Itapecuru por intermédio dos ferroviários. Nas regiões da Baixada alcançadas pelo transporte regular dos barcos, que demandavam do porto da Praia Grande, os materiais muitas vezes chegavam através do pessoal embarcado. Contornava-se, assim, o problema das grandes distâncias e da precariedade dos meios de comunicação que, por vezes constituíam sérios obstáculos à mobilização dos “trabalhadores agrícolas”.



Reunião que procedeu a escolha dos delegados caxienses que participaram da II Conferência Agrária do Maranhão, realizada, nesta capital, de 15 a 17 de agosto findo. No clichê, D. Luiz Marelin, bispo de Caxias; prof. Leôncio Magno, diretor de «Cruzeiro»; Pe. Aderson Guimarães; o Presidente da ATAM; várias outras autoridades e lavradores.

Reunião que procedeu à escolha dos delegados caxienses que participaram da II Conferência Agrária do Maranhão, realizada, nesta capital, de 15 a 17 de agosto findo. No clichê, D. Luiz Marelin, bispo de Caxias; Prof. Leôncio Magno, diretor de “Cruzeiro”; Pe. Anderson Guimarães; o Presidente da A.T.A.M.; várias outras autoridades e lavradores.

(Clichê de **Tribuna do Povo**, nº 377. São Luís, 15/03/1958)

A resolução tomada na Assembléia Geral da A.T.A.M. de ser realizada a II Conferência Agrária do Maranhão recebeu uma expressiva adesão de membros destacados dos mais diversos partidos políticos (P.S.D.; P.T.B.; U.D.N.; P.R.; P.S.P.), de líderes sindicais, de advogados e de jornalistas. A tentativa de conquistar o voto do eleitorado rural movimentava todas as organizações partidárias. As oposições viam neste eleitorado uma possibilidade de derrotar o pessedismo e daí se aproximavam oportunisticamente da A.T.A.M., que constituía então uma alternativa de mobilização em cada município e/ou região. O pessedismo agia no sentido de neutralizar as Associações valendo-se, sobretudo, de seus vínculos, em termos nacionais, com o P.T.B.. E para realizar os propósitos inconfessos de uns e de outros assentiam todos em participar de reuniões, que debatiam temas vinculados à reforma agrária.

Pronunciamentos de apoio feitos isoladamente e um abaixo-assinado difundido amplamente pelos jornais da capital consolidaram e tornaram público este apoio Eis o texto do abaixo-assinado:

### AO POVO MARANHENSE!

Tendo a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão nas decisões de sua última Assembléia Geral, convocado a II Conferência Agrária do Maranhão, para os dias, 11, 12 e 13 de julho de 1958, nós abaixo-assinados, reconhecendo a grande significação para os estudos que se desenvolvem em todo o país em torno das questões agrárias e que este assunto interessa de perto aos assalariados agrícolas, arrendatários, meeiros, posseiros, ocupantes, agregados, pequenos proprietários, criadores e também aos trabalhadores de demais camadas sociais pelas dificuldades diárias com a elevação constante do custo de vida, dado o grande desnível econômico e social entre os lavradores e os trabalhadores da cidade, decidimos dar o nosso apoio à II Conferência Agrária do Maranhão e ao lado da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, organizamos uma poderosa Comissão visando o bom êxito da referida Conferência.

São Luís, março de 1958.

Ass) José Sarney Costa, deputado federal da UDN; Raimundo Araújo Neto, deputado estadual da UDN; Evandro Sarney Costa, deputado estadual da UDN; Orlando Leite, deputado estadual do PSD; Santos Neto, deputado estadual do PSD; José Marques Teixeira, deputado estadual do PSD; Gonçalo Moreira Lima, deputado estadual do PSD; Mário Jácome, deputado estadual do PSD; Vera Cruz Marques, deputado estadual do PSP; José Maria de Carvalho, deputado estadual do PSP; Giordano Rodrigues Mochel, deputado estadual do PSP; Clementino Bezerra, deputado estadual do PSP; Capitão Alves Gondim, PSP; Manoel Gomes, deputado estadual do PR; Capitão Euripedes Bezerra, deputado estadual do PTB; José Mário de Araújo Carvalho, deputado estadual do PDC; João Itapary, vereador da UDN; Nélio Coelho, vereador do PSP; Mata Roma. Presidente da Câmara Municipal de São Luís; Geraldo Moreira, vereador do PSP; Diógenes Silva, vereador do PSP; Sálvio Dino, vereador do PDC; Arikerne Lima Machado, vereador do PL; Miguel Carvalho, professor; Edson Brandão, advogado; Bento José Bugarin, advogado; Kleber Moreira, advogado; Jomar Rolando Braga, advogado; William Moreira Lima, médico; Amorim Parga, jornalista; Bandeira Tribuzzi, jornalista; Otelino Nova Alves, jornalista; Ezelberto Martins, engenheiro agrônomo; Joaquim Rodrigues Mochel, engenheiro agrônomo; Luís Almeida Teles, acadêmico de Direito; José Mário de Araújo Santos, acadêmico de Direito; José de Ribamar Alves, presidente do Sindicato dos Arrumadores de São Luís; Miguel Graciliano Costa, presidente do Sindicato dos Estivadores de São Luís; Apolinário Souza dos Anjos, presidente do Sindicato dos Músicos de São Luís; Almir Matos Filho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados; João Poncio de Barros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação; José Vera Cruz Santana, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais; José Clodoaldo, delegado do Sindicato Nacional de Contra Mestres, Marinheiros e Moços Remadores em Transportes Marítimos; Inácio Castro, pela Associação dos Pintores Profissionais de São Luís; Francisco Assis M. Figueredo, presidente da Associação dos SAELTPA; Abdegard Brasil Corrêa, presidente da A.S.P.E.M.; José Alves da Costa, presidente da Sociedade Beneficente e Recreativa do João Paulo; Nestor Moreira, presidente da União Fabril Maranhense; José Pereira Pires, presidente da União dos Ferroviários do Maranhão.

**Tribuna do Povo**, Nº 377. São Luís, 15-03-1958.

Com base nestas adesões foi escolhida, numa reunião convocada pela A.T.A.M. em 21 de março, uma Comissão Organizadora<sup>18</sup> para preparar o conclave.



“A Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão saiu reforçada da II Conferência Agrária. No processo de preparação das assembléias para a eleição dos delegados novas associações e agências foram criadas, o que veio fortalecer a união dos lavradores”

(Clichê de **Tribuna do Povo**, nº 390. São Luís. 14/07/1958)

---

18 A Comissão Organizadora da II Conferência Agrária do Maranhão, eleita na sessão do dia 21 de março de 1958, ficou assim constituída:

PRESIDENTE – Deputado Vera Cruz Marques; 1º VICE-PRESIDENTE – Dr. Bento Bugarim; 2º VICE-PRESIDENTE – Deputado Manoel Gomes; SECRETÁRIO GERAL – Dr. Joaquim Mochel; 1º SECRETÁRIO – Jornalista José Alves da Costa; 2º SECRETÁRIO – Dr. Renato Castro; 1º TESOUREIRO – Deputado Evandro Sarney Costa; 2º TESOUREIRO – Cap. Euripedes Bezerra.

COMISSÃO DE PROPAGANDA – José Mário Santos, Bandeira Tribuzzi, Sebastião Rodrigues e Silva; Dr. Ezelberto Martins e Luiz de Almeida Teles.

COMISSÃO DE FINANÇAS – Armando Quixadá, Amadeu Rodrigues de Souza, Amorim Parga, Sebastião Bandeira e Othelino Nova Alves.

Políticos, escritores, jornalistas e advogados compuseram a Comissão e elaboraram um temário para servir de guia de discussão. O temário divulgado em fins de março de 1958 compreendia os seguintes pontos:

Levantamento e distribuição das terras devolutas do Estado e Reforma da Lei de Terra do Estado do Maranhão.

O problema do latifúndio no Maranhão.

Situação dos projetos de Reforma Agrária.

Assistência Técnica e financeira aos agricultores.

Garantia de preços compensadores para os produtos da lavoura.

Previdência e assistência sociais.

Alfabetização do homem do campo.

Extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores assalariados.

Organização de Associações e Sindicatos para os trabalhadores agrícolas.

A II Conferência Agrária do Maranhão, não foi realizada em julho conforme as previsões da Assembléia Geral da A.T.A.M., mas sim nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 1958. A solenidade de instalação da Conferência foi realizada nos salões da Câmara Municipal de São Luís. As sessões plenárias tiveram lugar na Sede do Sindicato dos Comerciantes. Participaram da Conferência 115 delegados eleitos em assembléias de 54 associações camponesas e 29 agências espalhadas pelo interior do Estado. Representantes do clero, dos poderes públicos e de outras organizações de trabalhadores participaram ativamente dos debates, assim como, advogados e estudantes. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará enviou um representante para acompanhar os trabalhadores da Conferência<sup>19</sup>.

A sessão solene de encerramento foi presidida pelo Secretário Geral da A.T.A.M., Amadeu Rodrigues de Souza. Foram lidos na sessão e aprovados por aclamação as “teses”, “moções” e “declarações” veiculadas e debatidas nas diversas reuniões.

São as seguintes as resoluções aprovadas na II Conferência Agrária do Maranhão:

---

19 A U.L.T.A.P. em agosto de 1958 já havia realizado três Conferências de âmbito estadual. Na I Conferência Estadual participaram setenta e dois delegados. Na II Conferência participaram oitenta e cinco delegados e na III Conferência quinhentos e vinte e dois representantes das 62 Associações de Lavradores existentes na Zona Bragantina.

- Taxação de impostos fortemente progressivos sobre as terras não cultivadas;
- Levantamento e distribuição das terras devolutas do Estado;
- Previdência e assistência social;
- Assistência técnica e financeira aos agricultores;
- Garantia de preços compensadores para os produtos da lavoura;
- Desenvolvimento do cooperativismo;
- Problema do arrendamento, fôros, meia, barracão e vale;
- Alfabetização do homem do campo.

Além das resoluções acima, a II Conferência Agrária do Maranhão aprovou diversas moções, dentre as quais a do sr. Augusto José do Nascimento, Presidente da A.T.A.M. solicitando que fosse enviada uma mensagem de agradecimento aos diretores da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, por terem mandado o sr. Raimundo Nonato de Souza, diretor daquela entidade, para acompanhar os trabalhos da II Conferência; do sr. Tomás Santos, delegado do município de Rosário, propondo que enviassem telegramas ao Presidente da República, Ministro da Guerra e Presidente da Câmara Federal no sentido de serem firmemente defendidos os interesses do povo e da nação; do sr. José Veríssimo, delegado do município de Coroatá, propondo que se solicitassem do Governador do Estado, Secretário do Interior, Justiça e Segurança e Presidente do Tribunal de Justiça, providências contra o clima de violência existente no interior do Estado; da sra. Maria da Glória, Presidente do Departamento Feminino da União dos Lavradores de Bacabal, solicitando o envio de mensagens ao Governador do Estado, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara de Vereadores, agradecendo

(**Tribuna do Povo**, Nº 400. São Luís, 23-08-1958)

## **OUTRO DOCUMENTO DIVULGADO PELO PERIÓDICO FORAM AS TESES APRESENTADAS NA II CONFERÊNCIA AGRÁRIA DO MARANHÃO**

Teses da II CONFERÊNCIA AGRÁRIA DO MARANHÃO, realizada de 15 a 17 de agosto de 1958:

1ª – Taxação de impostos fortemente progressivos sobre as terras não

cultivadas.

CONSIDERANDO que no Maranhão existem milhares de hectares de terras improdutivas, nas mãos de grandes proprietários, adquiridas por preços irrisórios e sem pagarem impostos ao Estado.

CONSIDERANDO que tais métodos são nocivos aos interesses do Estado e da Nação.

A II Conferência Agrária do Maranhão sugere aos poderes Executivo e Legislativo do Estado a elaboração de uma lei estipulando impostos fortemente progressivos aos latifúndios não cultivados.

2ª – Levantamento distribuição das terras devolutas do Estado aos lavradores sem terra.

CONSIDERANDO que o Estado tem grandes áreas de terras devolutas;

CONSIDERANDO que estas terras estão sendo adquiridas por latifundiários, ou pessoas interessadas em possuir latifúndios;

CONSIDERANDO que estas medidas prejudicam aos lavradores e entram o desenvolvimento agrícola de nosso Estado;

A II Conferência Agrária do Maranhão sugere às autoridades constituídas que tais terras, de acordo com a Constituição Federal, sejam distribuídas com os lavradores sem terras e aos que nelas queiram trabalhar.

3ª – Previdência e Assistência Social

CONSIDERANDO que os trabalhadores do campo não recebem a suficiente assistência dos poderes públicos;

CONSIDERANDO que os operários das cidades já gozam de assistência através dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensão;

CONSIDERANDO que os trabalhadores do campo representam parcela ponderável na economia do Estado e da Nação, e não gozam dos direitos de férias, acidentes no trabalho, abono família, repouso remunerado, aposentadoria, etc.;

A II Conferência Agrária do Maranhão apela aos poderes competentes a elaboração de leis de Previdência e Assistência Social para os lavradores.

**Tribuna do Povo.** Nº 401. São Luís, 30 de agosto de-1958.

Nesta data da realização da II Conferência as contendas no 3º Distrito de Caxias se reacendiam. Os fazendeiros insistiam em não respeitar a divisão entre as zonas de lavoura e as zonas de criação. Os rebanhos invadiam as roças. Seguindo as determinações das leis estaduais em vigor as Associações recomendavam aos “lavradores” que não cercassem pois, constituia violação da lei conduzir as reses para as áreas de lavoura. Juntamente com esta recomendação havia outra de que os lavradores organizassem a defesa de suas roças. A defesa organizada resultou numa grande matança de reses invasoras de roçados. Os pecuaristas recuaram momentaneamente de seus propósitos e a A.T.A.M. recorreu ao governo estadual. A decisão ficou pendente, entregue a autoridades do judiciário, que se dispuseram a ouvir as partes.

O Governo Federal, neste mesmo período, traçava suas diretrizes com respeito à ocupação das terras devolutas do Estado do Maranhão. Com a seca de 1958 e os incentivos governamentais novos contingentes de nordestinos chegaram ao Maranhão. Os povoados se multiplicaram nas regiões de mata do Mearim e do Pindaré. O Governo Federal defendia a ocupação destas regiões de terras livres. A SUDENE com base na existência de uma elevada densidade demográfica e na impossibilidade de absorção de amplos contingentes de trabalhadores rurais pela estrutura agrária do Nordeste definia que o problema agrário devia ser resolvido pela ampliação da oferta de terras. Estimulou a abertura de novas frentes agrícolas, principalmente no Maranhão<sup>20</sup>. Os conflitos de terra no Mearim e no Pindaré aumentaram consideravelmente, pois, a ação dos “grileiros” em muitos casos se antecipava ao movimento da frente nordestina fazendo picadas e se apropriando das terras devolutas.



Cf. Terra livre nº 114. São Paulo, setembro de 1962

20 Para maiores informações leia-se “Projeto de Povoamento no Maranhão”. IN: I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1965), Recife, SUDENE, 1966, pp. 242-247.

“FORTALEZA (do Correspondente) – De São Domingos do Maranhão, chegou a Fortaleza o senhor José Alves da Costa para solicitar ajuda da FALTAC no sentido de formar a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ULTAM). Em conversa com o senhor José Leandro Bezerra (foto acima), diretor da FALTAC, disse o senhor José Alves da Costa que os camponeses de São Domingos do Maranhão souberam da existência da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, quando acompanhavam pelo rádio a luta dos posseiros de Cabreiro. Segundo a necessidade da sua organização para barrar as investidas dos latifundiários contra suas terras e suas roças, os 270 camponeses que já se encontram alistados para a fundação da ULTAM, fizeram uma coleta de dinheiro e enviaram seu líder à Fortaleza para pedir instruções à FALTAC no que foram plenamente atendidos.”

Os próprios lavradores nordestinos que já estavam instalados no Maranhão passaram a recorrer sistematicamente às Associações, inclusive àquelas de seus Estados de origem para que pudessem ajudá-los. De São Domingos do Maranhão viajou para Fortaleza o lavrador José Alves da Costa para solicitar ajuda a F.A.L.T.A.C. (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará) no sentido de ser organizada uma Associação em seu município. Os camponeses de São Domingos souberam da existência da F.A.L.T.A.C., quando acompanhavam pelo rádio a luta dos posseiros do povoado de Cabreiro. Sentindo a necessidade de uma organização para barrar as investidas de grileiros 270 lavradores de São Domingos fundaram a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Maranhão. Fizeram uma coleta em dinheiro e enviaram seu líder a Fortaleza para obter instruções da F.A.L.T.A.C. . Os vínculos dos lavradores que integravam a frente nordestina com suas áreas de origem parecem ter sido bastante estreitos a ponto de terem como referência mais forte a F.A.L.T.A.C. e não a A.T.A.M<sup>21</sup>.

A A.T.A.M. dava seguimento à sua ação expansionista. Em Vitória do Mearim, no lugar chamado Andirobal foi fundada em 14 de setembro de 1958 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Andirobal. O ato contou com a presença de 300 “lavradores” e Amadeu Rodrigues de Souza, Secretário Geral da A.T.A.M., presidiu o trabalho de fundação.

Em Itapecuru, no povoado de Cajá-Belém, foi criada uma “agência” da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itapecuru. Em Monção no povoado de Colônia Marajá foi reestruturada a “agência” N<sup>o</sup> 1 da Associação de Lavradores do município.

O movimento campones expandiu-se e em menos de dois anos a A.T.A.M. já possuía mais de 50 sociedades filiadas em diversos municípios maranhenses com um número superior a 20 mil “lavradores” associados.

---

21 Terra Livre, N<sup>o</sup> 114, São Paulo, setembro de 1962, p. 7.

## **Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (1955-1963)**

No dia 23 de outubro de 1958 o Presidnyte da A.T.A.M., Augusto José do Nascimento, participou de um comício em Cantanhede onde pronunciou discurso defendendo os interesses dos lavradores e favorável às forças oposicionistas locais. A A.T.A.M. inclusive, pensava em atuar à exemplo da ULTAP, do Estado vizinho, nas eleições municipais apresentando vários “trabalhadores agrícolas” como candidatos a cargos eletivos. Os pessedistas que detinham o poder em Cantanhede não toleraram semelhante posicionamento e deram ordem de prisão ao Presidente da A.T.A.M. após a realização do comício. A Associação dos Lavradores de Cantanhede na qualidade de filiada da A.T.A.M. logo que tomou conhecimento da prisão encaminhou à delegacia de polícia um manifesto protestando contra a medida e telegrafou para as autoridades de São Luís. O delegado Rangel ao receber a comissão, que fora lhe entregar o manifesto, alegou que nada sabia com respeito à prisão<sup>22</sup>.

Procurando impedir a organização e o funcionamento das associações os grandes proprietários rurais e os detentores do poder político local mobilizaram jagunços, que passaram a dispersar a tiros as assembléias ou ordenaram às forças policiais que perseguissem os “agitadores”, que reivindicavam uma baixa no preço do fôro ou se recusavam a vender o côco babaçu nas “barracas” dentro dos limites de suas fazendas. Esta pressão se intensificava com a proximidade das disputas eleitorais e funcionava para atemorizar os associados.

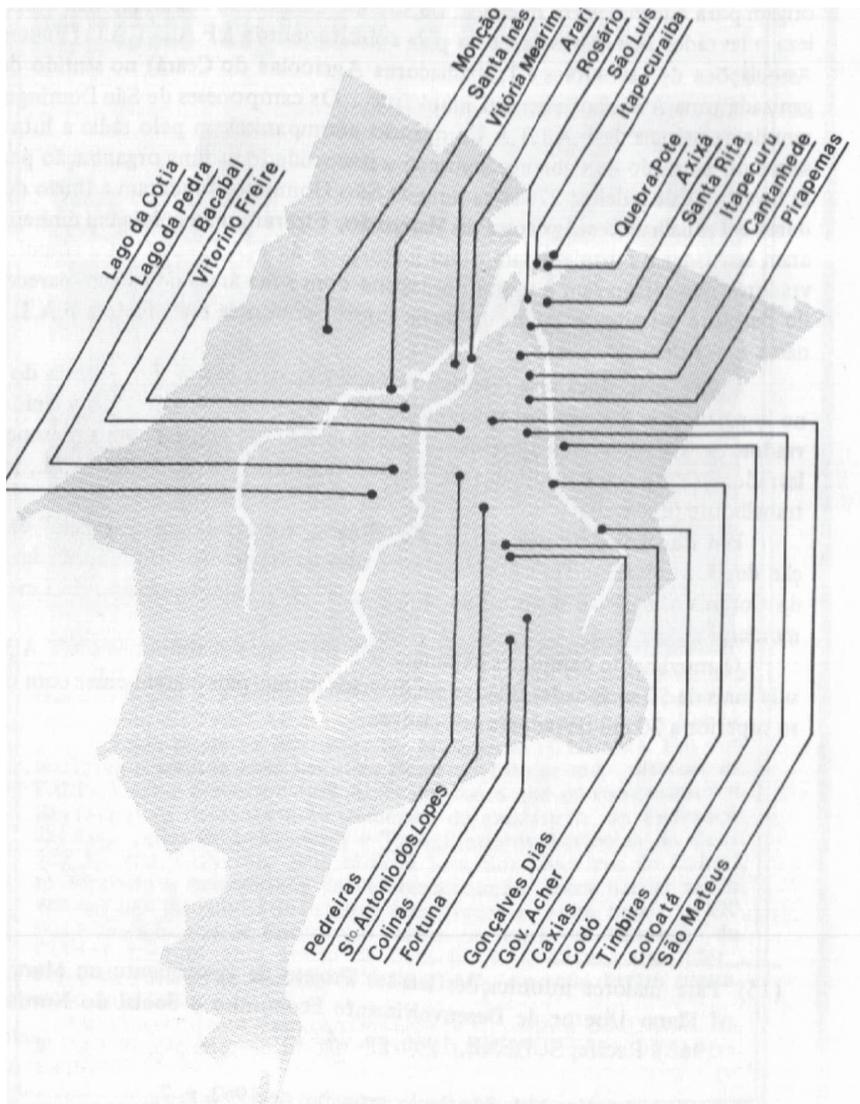
As Associações ao encaminharem as reivindicações pela reforma agrária democrática e ao se posicionarem na cena política tentavam romper simultaneamente com as bases da dominação dos grandes proprietários. Tais fundamentos estavam assentados na manutenção do monopólio da terra e num severo enquadramento político dos “trabalhadores agrícolas e lavradores”, que lhes possibilitavam tradicionalmente um efetivo controle dos votos. Enquanto a luta pela distribuição das terras não cultivadas dos latifúndios, a despeito de violenta e constante, encontrava na ampliação da oferta de terras a oeste uma alternativa, em certa medida, capaz de aliviar as tensões; a presença política das Associações nos pleitos municipais, podendo significar a perda do controle dos votos, representava uma ameaça não-absorvível pelos detentores do poder no plano regional (municipal e estadual).

Já pressionados pelos partidos políticos de oposição que haviam iniciado uma campanha para conquistar o voto do eleitorado rural e denunciar a corrupção elei-

---

22 *Tribuna do Povo*, Nº 406. São Luís, 02-10-1958.

toral os “chefes” municipais do pessedismo declararam uma guerra aberta às Associações, que se expandiram por quase todo o Maranhão.



Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (1955-1963)

## A A.T.A.M. e os apelos às autoridades federais

Reconhecendo como limitadas as possibilidades de recorrer aos organismos municipais e estaduais, os líderes dos trabalhadores rurais de Caxias e da própria A.T.A.M. decidiram recorrer às autoridades federais.

Instaurou-se uma perseguição sistemática e generalizada aos membros das Associações numa escala crescente de violências e arbitrariedades, que encontrarão expressão definitiva somente cinco anos depois com o golpe militar de março de 1964.

Uma comissão de lavradores caxienses constituída dos líderes Domingos Soares da Silva e Firmino Ezequiel de Souza, Presidentes das Associações de Lavradores de Maria Preta e Coitézinho, respectivamente, partiu no dia 7 de janeiro de 1959 e viajando a pé e em “Pau de Arara” (tábuas de madeira, funcionando como bancos, fixadas na carroceria de caminhões e cobertas com lona aberta nas laterais) chegou ao Rio de Janeiro um mês e cinco dias depois, isto é, em 12 de fevereiro.

Solicitaram audiências com os Ministros da Agricultura e da Educação e Saúde. Com este último conseguiram regular quantidade de medicamentos para distribuir entre os lavradores e as passagens de avião até São Luís. O Ministro da Agricultura, Mário Meneghetti, realizou em seu gabinete uma reunião para tratar do problema apresentado pelos dois “lavradores” de Caxias, relativo às invasões de seus roçados pelo gado. Da reunião participaram também o Governador do Estado do Maranhão, Matos Carvalho, o presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (I.N.I.C.) e outros técnicos do Ministério da Agricultura e do Governo do Maranhão para proceder com urgência ao levantamento da situação agropecuária do 3º Distrito do Município de Caxias, bem como sugerir providências necessárias à defesa dos “trabalhadores agrícolas e lavradores” que habitavam aquela área.

De regresso a São Luís, em 23 de fevereiro, o lavrador Domingos Soares da Silva declarou o seguinte à reportagem do **Tribuna do Povo**:

“Há vários anos somos perseguidos pelos criadores do 3º Distrito que insistem em criar gado dentro de nossas roças; envidaremos todos os reforços na defesa de nossos direitos e, se as autoridades federais a quem recorreremos com as piores dificuldades, nos abandonarem como as estaduais, o Brasil inteiro saberá que tudo fizemos para evitar um conflito de graves consequências, pois não podemos continuar assistindo passivamente à destruição de nossos roçados.” (**Tribuna do Povo**, Nº 428, 07-03-1958) (gn).

Os próprios dirigentes das Associações começaram a funcionar como mediadores entre os “trabalhadores agrícolas” e as autoridades federais, como se o maior obstáculo às suas reivindicações estivesse no plano regional, ou seja, nos poderes municipais e estaduais.

Impulsionada pela consolidação de sua função mediadora a A.T.A.M. convocou uma Assembléia Geral extraordinária para o dia primeiro de março de 1959. A reunião levada a efeito na sede social da A.T.A.M. em São Luís, à rua José do Patrocínio, 141, debateu a seguinte ordem do dia:

- “Prestação de Contas das atividades da diretoria durante o exercício de 1958;
- Leitura, discussão e aprovação do plano de trabalho para 1959;
- Eleição de Delegados para participar da II Reunião do Conselho Deliberativo da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que se realizará nos primeiros dias de março;
- Assuntos diversos de interesse dos lavradores do Estado do Maranhão.”

Após esta Assembléia reforçou-se aquela tendência no movimento de trabalhadores rurais de recorrerem às autoridades federais ou às entidades de trabalhadores, sediadas no centro sul do país, que atuavam em âmbito nacional. Trata-se de momento em que as Associações tentam articulações mais gerais para imprimir maior força às suas reivindicações locais duramente combatidas pelos detentores do poder regional, tanto no plano municipal, quanto no estadual. Estes intensificaram as ações repressivas sobre as Associações e seus filiados, visando dismantelar o movimento pela prisão das lideranças.

Uma nota oficial da A.T.A.M. em meados de 1958 evidencia uma atuação policial, que se tornará frequente nos meses subsequentes, objetivando reprimir as Associações e violando o livre direito à organização.

“A Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, entidade criada para defender os direitos dos lavradores, registra no Cartório de Pessoas Jurídicas desta capital, sob o Nº 432, tomando conhecimento de uma denúncia de sua filiada, Associação de Defesa dos Lavradores 3º Distrito de Caxias, de que o Capitão José Ribamar Braga, Delegado de Polícia de Caxias, neste Estado, assaltou, no dia 16 de janeiro último, com soldados e 40 capangas armados de metralhadoras, fuzis e cipós de tamarino, coagiu e humilhou os seus associados, ameaçou de prender e espancar o Presidente da A.T.A.M., e que segundo a denúncia, o referido capi-

tão recebeu mais de 30 mil cruzeiros do Sr. Duca Matos e 70 mil de 9 outros criadores para exterminar com aquela entidade de lavradores. A A.T.A.M. vem, com a presente carta, denunciar estes fatos às autoridades e ao público em geral afim de evitar que se repitam em nosso Estado sangrentos acontecimentos como os do Norte do Paraná e Goiás.

Finalmente, a A.T.A.M. reafirma o seu propósito de continuar na defesa dos direitos e reivindicações dos lavradores e ficará, em toda e qualquer oportunidade, solidária com suas filiadas em suas lutas reivindicatórias dos lavradores e ficará, em toda e qualquer oportunidade, solidária com suas filiadas em suas lutas reivindicatórias.

São Luís, 13 de março de 1958

AMADEU RODRIGUES DE SOUSA

Secretário

Visto”

As ações repressivas focalizam o dismantelamento da forma organizativa. O Secretário Geral da A.T.A.M. e primeiro secretário da agremiação daquela cidade, Amadeu Rodrigues de Souza, reuniu-se com alguns lavradores e divulgaram uma nota pela amplificadora avisando aos associados da U.L.T.A.B. para não pagarem as mensalidades, antes que fosse regularizada a situação da entidade. Logo que a nota estava sendo divulgada o Tenente Jorge, pessoalmente, impediu a irradiação da mesma pelos auto-falantes e a seguir ordenou aos soldados que detivessem o líder dos trabalhadores rurais do município. Amadeu R. de Souza foi detido, quando no fórum assistia às apurações do pleito bacabalense. Foi preso e mantido incomunicável<sup>23</sup>.

Em vista disto a A.T.A.M. recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado que concedeu *habeas-corpus* ao lavrador detido.

Em meados de 1959 o delegado de polícia de Gonçalves Dias mandou prender o lavrador Firmino Ezequiel da “agência” de Coitézinho da Associação de Defesa

---

23 *Tribuna do Povo*, Nº 409. São Luís, 23 de outubro de 1958.

dos Lavradores do 3º Distrito de Caxias e nove outros “lavradores”. Só foram soltos após pagarem Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) de carceragem, cada um, e de sofrerem ameaças de espancamento se continuassem a insistir na organização de associações e na denúncia de fraudes dos cabos eleitorais do partido situacionista na distribuição dos títulos de eleitor<sup>24</sup>.

Em Pindaré Mirim, no mês de abril de 1959, um “lavrador”, associado e em conflito com um “grileiro”, foi preso e logo após era denunciado o seu desaparecimento. O “lavrador” chamado Boaventura e residente no lugar Pindobeiras foi preso e no dia seguinte havia desaparecido da cadeia para jamais ser encontrado<sup>25</sup>.

A A.T.A.M. em contrapartida ampliava seus contatos com entidades de âmbito nacional denunciando estas arbitrariedades.

A Reunião do Conselho Deliberativo da ULTAB realizada em São Paulo nos dias 7 e 8 de março de 1959 procurou examinar as experiências vividas pelos “trabalhadores agrícolas e lavradores” em suas lutas e elaborar uma orientação para o movimento camponês em todo o país. Foi dada ênfase, inclusive, à troca de experiências na luta dos posseiros do Paraná e do Maranhão.

Em 18 de junho de 1959 chegava a São Paulo o lavrador José Vieira Lima Presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Capinzal. Entrou em contato com a diretoria da ULTAB e forneceu um completo informe sobre a situação das Associações no Maranhão. Foi credenciado pela diretoria para realizar palestras nas associações de lavradores neste Estado a fim de expor o temário da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

No Rio de Janeiro o líder camponês esteve nos Ministérios da Agricultura e da Educação e Saúde, na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e no Serviço de Cooperativismo do Brasil. Neste último órgão conseguiu instruções para criar cooperativas, sementes, crédito para ferramentas, inseticida, material didático e grande quantidade de medicamentos, dentre os quais penicilina, estreptomocina e remédios para tuberculose e impaludismo. Os contatos diretos com as autoridades federais propiciavam à A.T.A.M. forças para se contrapor às pressões dos detentores do poder regional. Esta tendência de exercício pleno da mediação política, se consolidou durante o governo reformista do Presidente Jango Goulart, estreitando os laços com o poder executivo e semeando desespero nas hostes anti-reformistas dos latifundiários.

---

24 *Tribuna do Povo*, Nº 455. São Luís, 12 de setembro de 1959.

25 *Tribuna do Povo*, Nº 409. São Luís, 10 de outubro de 1959.

Retornando ao Maranhão, José Vieira Lima recebeu convites para expor o relatório da I Conferência da ULTAB nas Associações de Cantanhede, Codó e Co-roatá. Várias reuniões foram promovidas pelas demais Associações com vistas à preparação para esta Conferência. As normas para a discussão estavam dispostas numa extensa pauta divulgada nos seguintes termos:

A Conferência da ULTAB reunir-se-á em São Paulo de 18 a 20 de setembro de 1959.

#### ORDEM DO DIA

A Conferência tem por objetivo deliberar sobre a seguinte ordem do dia:  
Medidas de reforma agrária no Brasil. A legislação agrária existente e os projetos de leis agrárias em Congresso Nacional.  
As organizações dos lavradores e trabalhadores agrícolas e seus problemas.  
A situação dos trabalhadores das plantações.  
Reforma dos Estatutos da ULTAB.  
Eleição dos órgãos dirigentes da ULTAB.

#### DOS PARTICIPANTES

Poderão participar da Conferência com direito a voz e voto:  
Os representantes das organizações filiadas, aderentes e afins da ULTAB (associações, uniões, cooperativas, ligas, etc.)  
Os membros dos órgãos dirigentes da ULTAB.  
Poderão participar da Conferência, com direito a voz:  
Delegados eleitos em conferência estaduais e municipais de lavradores e trabalhadores agrícolas.  
Delegados eleitos em assembléias de fazendas, usinas e de povoados rurais.  
Representantes de sindicatos de trabalhadores urbanos e de empregados rurais.

#### DIREITOS DOS PARTICIPANTES

De acordo com as normas da Conferência, cada participante terá direito de expressar-se livremente no curso das discussões, tanto nas sessões plenárias como nas comissões.  
Cada delegado poderá falar 10 minutos. Este tempo poderá ser prorrogado a critério da mesa.

#### DIREÇÃO DA CONFERÊNCIA

(sic) – A Conferência, logo após sua instalação elegerá uma mesa composta de sete membros, presidentes e três secretários. A mesa será responsável pela direção da Conferência.

Compete à mesa estabelecer a ordem dos trabalhos e decidir sobre as questões que não estejam previstas nestas normas.

Designada pela Comissão Executiva da ULTAB, uma comissão de credenciais começará a funcionar 2 dias antes da Instalação da Conferência

## COMISSÃO DE TRABALHO

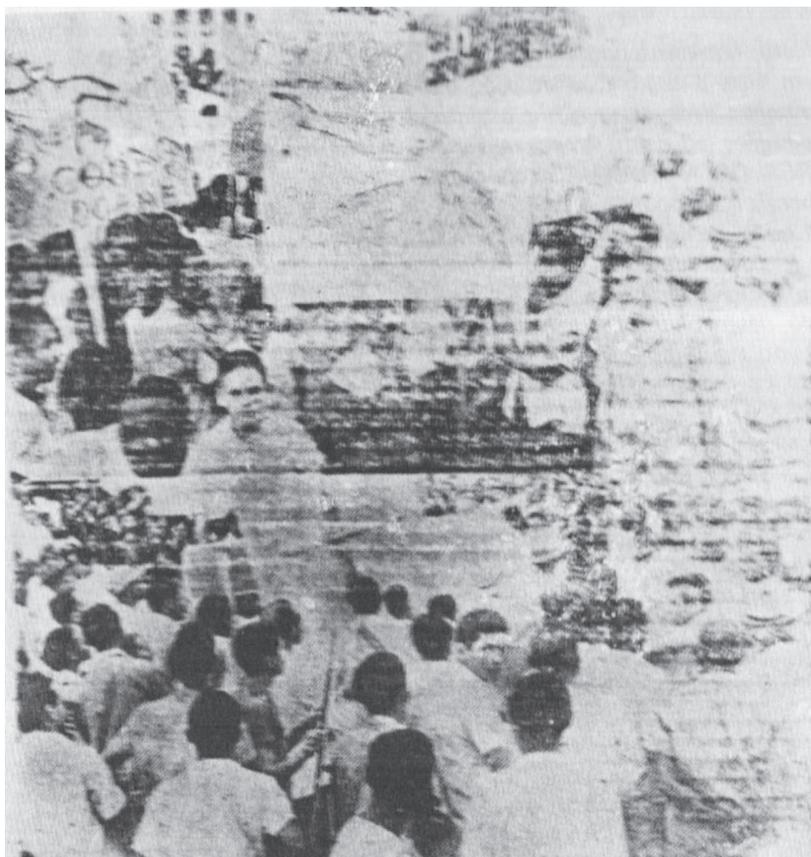
Para o assunto de cada ponto de ordem do dia a Conferência elegerá uma Comissão de Trabalho. A mesa apresentará os nomes e o número de componentes de cada Comissão, para discussão e aprovação da conferência.

Cada comissão terá um presidente eleito por seus componentes e estabelecerá a ordem dos seus trabalhos. No final de seus trabalhos, cada comissão encaminhará a mesa da Conferência as suas conclusões.

## A COMISSÃO EXECUTIVA DA ULTAB”

### I Congresso dos Trabalhadores Maranhenses

A ATAM face à pressão dos detentores do poder local buscou ainda se articular com os organismos que congregavam as mais diversas camadas de trabalhadores, seus virtuais aliados. Em 1958, por iniciativa do **Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil** pretenderam os trabalhadores maranhenses, a exemplo do que havia em outras regiões do país, firmar um pacto de união sindical para estudo, discussão e luta organizada por “melhores condições de vida”. Atenderam à convocação dos trabalhadores da construção civil as entidades dos gráficos, dos carpinteiros navais, dos trabalhadores nas Indústrias de calçados, dos motoristas da Marinha Mercante, dos comerciários, dos jornalistas, dos trabalhadores nas indústrias de curtimento de couro, dos têxteis, dos ferroviários e dos trabalhadores agrícolas. A ATAM participou do denominado Pacto de Unidade Sindical. Em 04 de dezembro de 1958 as entidades do Pacto promoveram a Passeata da Fome, um protesto dos trabalhadores contra o alto custo de vida. Esta passeata percorreu as principais ruas da capital e foi encerrada às 20 horas com um comício na Praça João Lisboa, quando fizeram uso da palavra vários líderes sindicais na entrega do “Memorial dos Trabalhadores” ao Governador do Estado, contendo as principais reivindicações dos trabalhadores maranhenses. Várias Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do interior do Estado enviaram telegramas solidarizando-se com o movimento de protesto.



“O clichê focaliza dois aspectos da ‘Passeata da Fome’, realizada no dia 4 do corrente, por todas as entidades sindicais desta capital.” (Foto de **Jornal Pequeno**)

Em agosto de 1959 foi convocado o I Congresso dos Trabalhadores Maranhenses, a atuação do Pacto fortaleceu as entidades sindicais e as associações que fizeram circular um Manifesto expondo o temário e os objetivos do Congresso:

## MANIFESTO

“Os dirigentes sindicais que subscrevem o presente manifesto, representando a maioria das classes obreiras do nosso Estado, tendo em vista a angustiada situação que aflige os trabalhadores maranhenses, e a necessidade de revigorar o sentido da luta pelas suas reivindica-

ções e aspirações, ao deliberarem realizar o I CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO MARANHÃO, conclamam todas as categorias profissionais, liberais e autônomas a prestigiarem no referido conclave, que terá lugar de 13 a 25 de novembro, nesta capital.

Nesta ocasião serão debatidos assuntos de vital importância para unificação da nossa luta em prol dos direitos dos trabalhadores através do desenvolvimento e fortalecimento da unidade sindical, o que constará do seguinte:

### TEMÁRIO

Salário e Custo de Vida

Problema salarial;

A questão do abastecimento e controle de preço.

Organização Sindical

Liberdade Sindical;

Fortalecimento da unidade sindical.

Legislação Trabalhista

Reforma da Consolidação das Leis do Trabalho;

Direito de greve;

Justiça do trabalho.

Previdência e Assistência

Lei orgânica dos Institutos e Caixas do Estado;

O SAPS e o SANDU no Maranhão;

Construção da casa própria.

Situação Econômica do Maranhão

Melhor amparo e assistência à lavoura e à pecuária do Maranhão;

Reforma Agrária;

A defesa do Babaçu e outras riquezas nativas do Maranhão.

São Luís, 5 de setembro de 1959

Ass. João Dias Vieira Filho, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Luís.

Seguem assinaturas de 22 Presidentes de Sindicatos.”

Cf. **Tribuna do Povo**, São Luís, 08 de agosto de 1959

Nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 1959 foi instalada na Câmara Municipal de São Luís a sessão de abertura do I Congresso dos Trabalhadores Maranhenses. O deputado Vera Cruz Marques, presidente da Comissão Executiva, fez um pronunciamento iniciando os trabalhos. Como convidados especiais estavam presentes: um representante do Governador do Estado, D. Antônio Fragoso, Bispo Auxiliar de São Luís, e Roberto Morena, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Compareceram 174 delegados de várias entidades que participaram dos debates em torno de suas principais reivindicações. Vinte e oito entidades de classe participaram do Congresso. A ATAM liderando as demais Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas contribuiu significativamente nos debates da quinta parte do temário, denominada “Situação Econômica do Maranhão”, cujo item b tratava da Reforma Agrária.



“AUGUSTO JOSÉ DO NASCIMENTO, líder camponês do Maranhão quando concedia entrevista à repórter Catharina Uzzun, do jornal TERRA LIVRE, vendo-se ainda, a seu lado, Esperança de Vicco da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil .”

A sessão de encerramento foi realizada na Academia Maranhense de Letras,

no centro de São Luis, e contou com a presença de todas as delegações. Uma compacta multidão aplaudiu os discursos do bispo D. Antônio Fragoso e de Augusto José do Nascimento, presidente da ATAM.

O Pacto de Unidade Sindical que há semanas não funcionava em virtude de preparação do I Congresso e mesmo por divergências com a Delegacia Regional do Trabalho, que dizia ser proibido pela Legislação Trabalhista existir tais organismos com finalidade de agrupar e coordenar as lutas de sindicatos de diferentes categorias, foi confirmado. Os trabalhadores decidiram pela continuidade do Pacto a despeito da proibição do Ministério do Trabalho e dos dispositivos legais.

O Congresso aprovou uma Declaração de Princípios dos Trabalhadores Maranhenses, reafirmando as reivindicações contidas nas reuniões preparatórias, assim redigida:

#### “DECLARAÇÃO DE PRINCIPIOS DOS TRABALHADORES MARANHENSES

Os trabalhadores do Maranhão reunidos em seu I Congresso, declararam a firme decisão de continuar a luta pela unificação de todos os trabalhadores do Estado, estimulando e fortalecendo suas organizações na cidade e no campo, num esforço comum para garantir condições de vida condizentes com a dignidade.

Reconhecem que a situação de atraso do nosso Estado (com enormes possibilidades de desenvolvimento econômico), e a precaríssima situação das populações das cidades, e sobretudo do interior, é consequência do subdesenvolvimento em que se mantém o País, em virtude da exploração dos trustes internacionais que sugam anualmente o fruto do trabalho do nosso povo, através da remessa de lucros para o exterior, ausência de uma política externa independente e de uma política econômica financeira justa. No Estado, à falta de planejamento e execução, por parte dos órgãos administrativos de medidas de aproveitamento dos recursos naturais do Estado e proteger as nossas indústrias fundamentais.

Resolvem participar com a maior intensidade do movimento nacionalista que hoje empolga o País, lutar para que o mesmo adquira a maior amplitude possível.

Dentro dos problemas específicos do Estado, manifestaram-se:  
Pelo desenvolvimento industrial do Maranhão, pleiteando para isso junto

ao Governo Federal ajuda eficiente, através da CODENO e outros órgãos especializados.

Reforma Agrária, como condição essencial ao desenvolvimento econômico do Estado.

Luta contra o analfabetismo através da instalação nas cidades e no campo, de uma vasta rede escolar.

Instalação pelo governo, de Distritos Sanitários nas sedes dos municípios, e Hospitais regionais, devidamente aparelhados, para assistir às populações rurais, inteiramente abandonadas e entregues a curandeiros e charlatões.

São Luís, 15 de novembro de 1959”

Cf. **Tribuna do Povo**, Nº 456, 21 de novembro de 1959. Primeira página.

Estas resoluções foram transmitidas aos participantes da II Conferência Nacional Sindical realizada no Rio de Janeiro, em 20 de novembro, pelos membros da Delegação Maranhense eleita para participar deste certame. Integravam esta delegação: Vera Cruz Marques, Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio; José de Ribamar Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil; Amadeu Rodrigues de Souza e José Pereira da Silva, respectivamente, Secretário Geral e Membro do Conselho Deliberativo da ATAM.

Os laços estreitos com distintas entidades sindicais e a presença em conclaves de expressão nacional permitiam à ATAM exercer plenamente a sua representação formal. A entidade acumulou forças para enfrentar regionalmente, em termos políticos, os seus antagonistas. Entretanto, o reforço desta “face externa” não se deu em detrimento do trabalho de organização e condução das lutas localizadas. Antes, pelo contrário, foi esta prática de luta que mais fortaleceu a entidade estadual dos “trabalhadores agrícolas e lavradores”.



## A IGREJA E SUAS FORMAS DE MOBILIZAÇÃO

A partir de 1952 a Igreja Católica no Maranhão iniciou um intenso programa de ação social junto às populações rurais. Preocupado com a gravidade dos conflitos que separavam “lavradores e trabalhadores agrícolas” dos grandes proprietários e pecuaristas e com a debilidade das forças da Igreja nesta área o Arcebispo Metropolitano de São Paulo Luís D. José de Medeiros Delgado elaborou um programa voltado para os “problemas sociais”. Encetou formas de mobilização, que assegurassem uma forte presença da instituição no interior do Estado, onde historicamente usufruía de grande poder, principalmente, junto à população de “lavradores e trabalhadores agrícolas”.

Com a finalidade de realizar empréstimos às Cooperativas Agrícolas existentes e aos pequenos proprietários a Arquidiocese fundou a Cooperativa Banco Rural do Maranhão. Inscreveram-se como sócios fundadores 278 indivíduos, que asseguraram o capital inicial subscrito. Os incentivos creditícios propiciados por este estabelecimento possibilitavam à Igreja atuar numa área de financiamento de produção que, inclusive, apresentava-se como problemática para os próprios órgãos públicos. A ação da Igreja na esfera do crédito transcorria sem qualquer subordinação ou ingerência governamental. Verifica-se uma dupla competição: entre Igreja e Estado de um lado e entre Igreja e partidos políticos, que mobilizavam os “lavradores”, de outro.

Encarregado de instituir e formar equipes no interior com base nos princípios do cooperativismo foi criado pela Arquidiocese, em 1952, o denominado Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano (MIRA). Este Movimento realizava um trabalho de extensão ruralista junto aos proprietários e “lavradores”, ou seja, foreiros, meeiros e posseiros.

Muitos jovens da Ação Católica foram deslocados do trabalho na periferia da capital para uma militância nas áreas rurais. Tentavam mobilizar a população, simultaneamente, por faixa etária e por sexo, assim como, por atividades profissionais criando, por conseguinte, grupos de senhoras, moças e rapazes que podiam ser operários, pequenos proprietários ou mesmo pecuaristas, professoras primárias, comerciantes e profissionais liberais. Esta mobilização ampla, segundo D. Delgado, tinha dimensões “comunitárias” e não se restringia às “associações de classe”, não obstante ser de caráter confessional. Na oposição entre um significado ideal de “comunidade”, que denotava “harmonia e unidade”, minimizando conflitos, e “classe”, que enfatizava as contradições, residiria uma das suas mais profundas divergências face à ação do Partido Comunista. Eis um excerto do discurso de D. Delgado:

“Hoje, sobretudo, quando as lutas individuais deixaram o terreno puramente isolado e se travam, dentro de grupos, urge advertir os homens da necessidade de salvaguardar a **unidade da família humana. Não se deve viver exclusivamente para associações de classe, mas também para as comunitárias.** Imaginamos o que será dos lavradores atirados contra os criadores e vice-versa. Nesta má direção, o comunismo vem orientando o campo e envenenando o Maranhão.” (grifos nossos)

Ao fazer esta afirmação em artigo intitulado “Ruralismo: autocomentário” divulgado pelo **Jornal do Maranhão**, de 29 de setembro de 1957, D. Delgado criticava as lutas reivindicatórias orientadas pelas Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e pregava uma “estreita colaboração” entre as Associações de Criadores e aquelas dos “Lavradores”. Naquele período histórico o termo “lavrador” era transitivo e perpassava o discurso da autoridades eclesiásticas e entidades confessionais, bem como o das organizações, cuja denominação se inspirava nas diretrizes da ULTAB, e aquele dos manifestos, análises e palavras-de-ordem do Partido Comunista.

De outra parte, D. Delgado, ele próprio, parecia suspeitar desta harmonia idealizada ao exigir medidas capazes de melhorar o nível de vida da população de “lavradores”, ao reconhecer o estado de exploração e miséria em que se encontravam. Segundo ele os casos constantes de “furto de gado” eram “determinados exclusivamente pela fome de carne” (ibid). Contrariava, assim, a visão dos órgãos patronais e da polícia, que tratavam os “lavradores” envolvidos nestes casos como “bandidos”. D. Delgado interpretava o “furto de gado” para saciar a fome como atendimento a um direito elementar dos homens. Contrapunha-se à concepção policialesca e abria uma reinterpretação para os episódios dos

“ladrões de gado” que, tradicionalmente, angariavam tantas simpatias das populações de trabalhadores rurais notadamente nos campos naturais do Golfão e da Baixada Ocidental Maranhense.

Organizando a ação da Igreja no campo, o Arcebispo reconhecia implicitamente estar concorrendo com outras orientações oficiais ou clandestinas, que também possuíam projeto de mobilização dos camponeses. Esta disputa de instâncias mediadoras irá se estender pelos anos seguintes, colocando a “reforma agrária” no centro da cena política.

A percepção desta concorrência e seus efeitos conduziu a Arquidiocese a intensificar seus esforços entre os anos de 1954 e 57. O MIRA em 1954 criou, sob a direção do Monsenhor Carlos Bacelar, a Escola Normal Rural de Morros. Compreendendo a importância da educação a Igreja se insinuava neste domínio formando professoras primárias, para a área rural. Os programas cooperativistas foram também ativados. Foram fundadas várias cooperativas. Visitou o Maranhão neste período o especialista em cooperativismo Waldik Moura, assegurando às iniciativas em curso o apoio do Centro Nacional de Estudos Cooperativistas.

Além de facilitar o acesso ao crédito, através do Banco Rural, que no ano de 1956 atendeu a 3.822 lavradores, o trabalho da Igreja Católica visava, ainda na ação pedagógica, difundir novas técnicas de cultivo. O uso de adubos, de adubadores e sulcadores e de outras ferramentas agrícolas não-convencionais (enxada rotativa) era incentivado pelas equipes formadas pelo MIRA.

A atuação da Igreja, contudo, não se restringia à esfera do crédito e à divulgação de inovações tecnológicas, sob a designação de “agricultura racional”, estando voltada, sobretudo, para a mobilização de diferentes grupos sociais em torno de suas proposições e de seu ideário.

O MIRA organizou em convênio com o Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.), do Ministério da Agricultura, as denominadas Semanas Ruralistas. Elas representavam um esforço conjugado por parte da hierarquia eclesiástica e de órgãos públicos com o fito de sensibilizar a população do interior para a gravidade da questão agrária. As Semanas Ruralistas constituíam formas de mobilização muito amplas, envolvendo as autoridades municipais e estaduais, os fazendeiros e os comerciantes, os “lavradores”, os políticos e os profissionais liberais, as professoras primárias e os estudantes.

As Semanas Ruralistas tornaram-se grandes festejos da municipalidade, valorizando a cultura e a produção local. Desfiles alegóricos, exposições de produtos

regionais, churrascos, partidas de futebol, concursos de beleza, gincanas, missas campais e eloquentes discursos, exaltando as riquezas da região, instituíram um calendário repleto de eventos. As cerimônias rituais reforçavam a coesão social e buscavam a “harmonia” pelo esforço da identidade conferida pelo regionalismo.

A VI Semana Ruralista foi realizada em Itapecuru-Mirim entre os dias 11 e 18 de agosto de 1957. A VII Semana Ruralista foi realizada em Caxias de 25 de agosto a primeiro de setembro do mesmo ano. A VIII Semana Ruralista do Maranhão, realizada em São Luís e Rosário, foi patrocinada pelo MIRA, pelo S.I.A., pelo governo do Estado, pelo Consulado Norte-Americano e outras instituições locais. Instalada oficialmente na Câmara Municipal de São Luís contou com a presença de autoridades dos poderes executivos e legislativo, das principais figuras do clero, regular número de “lavradores” de vários municípios e seus principais dirigentes.

Uma Circular da Comissão Organizadora divulgou os temas que seriam debatidos. Incidia numa crítica ao “latifúndio” e apresentava o “problema da terra” segundo quatro tópicos, a saber:

- Levantamento da situação jurídica das terras;
- Implicações econômicas e sociais da propriedade da terra;
- Processo de aquisição e legalização da propriedade das terras públicas e privadas;
- Cooperativa como instrumento de capacitar o homem ao acesso e exploração econômica da terra.

As sessões que se realizaram no Colégio Santa Teresa, no centro de São Luís, foram marcadas por acesos debates em torno da aprovação de um projeto do advogado Edson Brandão, dispondo sobre a alienação de terras devolutas do patrimônio público e venda das mesmas aos lavradores. A proposta do presidente da ATAM, Augusto José do Nascimento, no sentido da terra ser distribuída gratuitamente aos lavradores não mereceu o acatamento da maioria. A representação dos “lavradores” foi derrotada pelos demais participantes dos debates. Em certa medida, alguns membros do clero se opunham às Associações e à proposição de **reforma agrária democrática** que elas defendiam, apesar de existir concordância generalizada na crítica aos “males do latifúndio”.

“VII SEMANA RURALISTA DO MARANHÃO  
(CIRCULAR DA COMISSÃO ORGANIZADORA)

A Arquidiocese de São Luís, em perfeita consonância com o Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura, vai realizar, de 2 a 9 de fevereiro do próximo ano, VIII Semana Ruralista do Maranhão.

Sob a presidência do Diretor da SAI, Dr. José Vieira, e com a presença do Exmo. Sr. Arcebispo de São Luís, foram realizadas, no Rio, mesas redondas para escolha e discussão do Temário a ser apresentado e desenvolvido no certame em apreço.

A ninguém que tenha uma parcela mínima de responsabilidade em promover o bem comum, que tenha a seu cargo direção e orientação de comunidades, é mais permitido desconhecer que um dos problemas aflitivos para nosso País, é o problema da terra. Dolorosa realidade, sobretudo, se considerarmos que o Criador nos presenteou com um dos mais vastos e extensos países do globo.

Trata-se, como é fácil de entender, da distribuição de terras. Em todos os tempos o latifúndio foi um verdadeiro cancro social, responsável por uma série imensa de injustiças, quando não o estopim de revoluções sociais de consequências lamentáveis. O testemunho da História é insofismável.

Evidentemente, não é propósito da Semana resolver de pronto e por meios extralegais, o angustiante problema da distribuição das terras. Tanto assim que, de início, como primeiro ponto do Temário, colocaram os organizadores do certame, a seguinte tese a ser estudada com carinho, por constituir ponto básico para estudos e soluções posteriores: “LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO JURÍDICA DAS TERRAS.”. O problema da terra, “bem resolvido mas sobretudo resolvido a tempo e a custo módico, com a participação de todas as forças vivas do Estado, colocará esta unidade da Federação numa posição invejável em comparação com o resto do Brasil”: eis o pensamento dos organizadores da Semana. Sim, porque salta aos olhos de todos que uma das causas de atrofiamiento da economia Maranhense está justamente na distribuição irregular da terra, criando duas classes distintas, a dos privilegiados que tudo possuem e dos miseráveis que não têm sequer onde plantar um pé de couve!

É necessária a colaboração de todos na solução do problema que tem tanto de humano, quanto de patriótico. “Só se despertará tanta colaboração vendo, examinando, pensando e medindo as inúmeras repercussões humanas, econômicas e sociais da posse da terra na existência do homem no campo e na cidade.

Tais repercussões começam pela melhoria da vida – alimentação, casa, poço, fossa, condições higiênicas, conseqüentemente maior capacidade de produção, educação, determinando abertura de estradas e atraindo transportes fáceis do campo, e que tornará também a cidade mais feliz, recebendo do campo ajudas substanciais e não sobrecargas humanas de criaturas iludidas pela miragem das duvidosas riquezas urbanas.”

Meditando nestes pontos de capital importância e que serão objeto de discussão da tese: “IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DA PROPRIEDADE DA TERRA”, “cada um sentirá nascer-lhe o propósito de algo fazer no sentido de contribuir para que milhões de brasileiros, tangidos de outros rincões da Pátria, revivendo as anormalidades da vida nômade, construam um lar em terra própria, cercado de árvores frutíferas, com a torrente d’água a cantar-lhe doces melodias ao ouvido, do amanhecer ao anoitecer, vivendo melhor e fazendo maior a Nação.”

Não descurou a Comissão organizadora da Semana a inclusão de outras teses, que completam o estudo de tão momentoso assunto: “PROCESSOS DE AQUISIÇÃO E LEGALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DAS TERRAS (Públicas e privadas); “A COOPERATIVA COMO INSTRUMENTO DE CAPACITAR O HOMEM AO ACESSO E EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA TERRA” e por fim a “MANEIRA PRÁTICA DE ENTROSAMENTO DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS E FINANCEIROS, PÚBLICOS E PRIVADOS JUNTO AO HOMEM DO CAMPO E ÀS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DEDICADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL.”

De tudo quanto foi dito, vê-se claramente de que importância vai se revestir a VIII Semana Ruralista do Maranhão, abordando, como fará com toda clareza, o magno assunto da distribuição de terra, ponto vital para sobrevivência econômico-social do Maranhão.

A Semana espera contar com o apoio do Exmo. Sr. Governador do Estado, das bancadas da Assembléia Legislativa e Câmara Municipal, da Associação Comercial, da Campanha da Produção do Departamento de Terras, do IBGE e das entidades do Ministério da Agricultura aqui sediadas.

Vimos, pois, convidar V. Sa. para tomar parte neste certame e agradecemos desde já, não só o apoio e colaboração que prestar, como a fineza de comunicar

à Comissão o seu comparecimento.

A Semana será oficialmente em Rosário, mas suas sessões de estudos sendo realizadas em São Luís, em razão das facilidades que a Capital oferece para os estudos a serem efetuados.

Certos de contar com a sua presença, antecipamos agradecimentos, firmando-nos, de V. Sa. amos. attos.

Pela Comissão

Mons. FREDERICO PIRES CHAVES

Dr. Walter Matos Carvalho

Dr. José Joaquim de Melo e Silva

Dr. Raimundo Lopes”

Os organismos vinculados à Igreja procuravam também implementar formas específicas de mobilização. No próprio contexto da VIII Semana Ruralista foram realizadas reuniões com rapazes e moças de diversas regiões do interior. Os párocos presentes às discussões com os jovens, todos eles situados entre 14 e 25 anos, frisaram da relevância de se criar a Juventude Agrária Católica (JAC) para integrá-los numa formação cristã. Como resultado “pequenos núcleos” foram montados assegurando-se a assistência de outros jovens, que já atuavam junto à Igreja.

Grupos de estudo e reflexão foram promovidos em diversos municípios e membros da Juventude Operária Católica (JOC) se encarregaram de orientá-los. A montagem desta estrutura militante recolocava as entidades confessionais no campo da mediação e as impelia a estreitar seus vínculos com a vida cotidiana de povoados e demais agrupamentos sociais tais como: “centros”, “sítios”, “vilas” e “núcleos”.

No bojo desta iniciativa vários Círculos de Operários Católicos foram fundados na região sul do Estado. O Círculo de Operário de Balsas realizou inúmeras atividades educacionais e desenvolveu uma “pedagogia ativa” no período. Em fevereiro de 1954 o Padre Leopoldo Brentano, Assistente Eclesiástico Nacional da Confederação de Círculos Operários, visitou São Luís incentivando o trabalho de mobilização de operários e lavradores<sup>26</sup>. Este trabalho concorria a partir de

---

26 Os Círculos Operários Católicos se voltaram também para os problemas agrícolas no Nordeste e

1955 com aquele desenvolvido pelas Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, dado que realizava uma ação que também se aproximava daquela das sociedades mutualistas. Os Círculos Operários, realizavam estudos bíblicos, mas também reparavam estradas, construíam pontes, seus membros cotizavam-se para custear enterros e ajudar as viúvas e organizavam comemorações e festas no Dia do Trabalho. Promoviam também ações coletivas tais como “passeatas de lavradores”, percorrendo os logradouros públicos principais, desfiles alegóricos exaltando o regionalismo e estimulavam a participação nas “missas campais”. Incentivavam a colaboração mútua e faziam restrições ao que consideravam de radicalismo das Associações de Lavradores. A noção de “mutirão” passa a ser incorporada pelas ações de pretensão pedagógica, exaltando fatores coletivos na tradição econômica e política dos “lavradores”.

Em setembro de 1957 a expansão dos organismos de inspiração religiosa rivalizava com a ATAM em diferentes planos de ação. Uma competição caracterizada pela tentativa de controle das instituições confessionais, de todas as ações mediadoras. A Cooperativa Banco Rural do Maranhão já possuía 3.000 associados e seu maior empréstimo datava de 1956 feito à Cooperativa Agropecuária de Pedreiras, dando-lhe possibilidade de adquirir uma usina de beneficiar arroz, servindo a centenas de “lavradores”. A organização no plano econômico buscava limitar a ação da ATAM no plano político, as cooperativas tornaram-se instrumento desta disputa. A Igreja implementou uma ação cooperativista que, em cinco anos, entre 1952 e 1957, apresentou os seguintes resultados:

---

participaram de eventos em que não combateram ostensivamente a ULTAB, chegando inclusive a compor com ela em torno da reivindicação de uma reforma agrária. Entre 20 e 27 de agosto realizou-se em Recife o Congresso de Salvação do Nordeste convocado por políticos regionais, entidades sindicais, órgãos públicos estaduais etc. A participação do Padre Bentrano foi destacada. Presidiu a Comissão de Problema da Terra (CPT) e defendeu o apoio à campanha encetada pela ULTAB em favor da reforma agrária. No Maranhão este Congresso teve ampla repercussão tendo sido realizados inúmeros encontros preparatórios na esfera municipal. Para um aprofundamento leia-se: MORAIS, Clodomir – **Queda de uma oligarquia**. Recife. Gráfica Editora do Recife, 1959, pp. 22, 23.

“COOPERATIVA  
BANCO RURAL DO MARANHÃO

FUNDAÇÃO EM 1952  
SÓCIOS: FUNDADORES – 278; ATUAIS – 3.000

Capital inicial subscrito	Cr\$ 1.018.00,00
Capital inicial realizado	Cr\$ 113.000,00
Capital atual subscrito	Cr\$ 5.000.000,00
Capital atual realizado	Cr\$ 4.800.000,00
Empréstimos 1952 – 1953	Cr\$ 3.400.000,00
Empréstimos 1953 – 1954	Cr\$ 6.200.000,00
Empréstimos 1954 – 1955	Cr\$ 13.600.000,00
Empréstimos 1955 – 1956	Cr\$ 29.000.000,00
Empréstimos 1956 – 1957, até 31 de agosto	Cr\$ 62.500.000,00

A média dos empréstimos do ano passado foi pouco mais de Cr\$ 7.000,00  
“per capita.”

Foram emprestados Cr\$ 29.300.000,00 a 3.822 pessoas.”

Cf. **Jornal do Maranhão**. São Luís, 29-09-1957

Animada com sua atuação de incentivo creditício aos pequenos proprietários, a Arquidiocese decidiu realizar experiências-piloto de reforma agrária, ou seja, propiciar e organizar o acesso dos “lavradores não-proprietários” à terra.

Segundo o Arcebispo a **VIII Semana Ruralista** havia apontado um caminho para os problemas agrários: aumentar o número de proprietários. A Arquidiocese e alguns párocos adquiriram algumas extensões de terra e, de acordo com as normas do Plano de Reforma Agrária elaborado pelos Bispos do Nordeste, procuraram estabelecer alí núcleos de colonização.

Inicialmente, para realizar a sua experiência-piloto de reforma agrária a Arquidiocese adquiriu em 1960 uma área de 10 km de frente por 13 de fundo, no “setor” denominado Água Fria, localizado nos municípios de Morros e Vargem Grande. Para realizar sua experiência a Arquidiocese efetuou convênios com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e com o Serviço Nacional de Endemias Rurais.

Outra experiência-piloto foi tentada em 1961 na comunidade de Angical situada a 22 km da sede da Cooperativa Agropecuária de Pedreiras. Para tal fim a Cooperativa adquiriu três propriedades: Santa Paulina, Jaqueira e Angical. Propriedades anexas, que mediam ao todo 3.900 hectares. Nestas áreas habitavam aproximadamente 227 famílias.

Uma terceira experiência de reforma agrária foi realizada pela Paróquia de Colinas em 1960-61, que criou a Colônia Agrícola Bernardo Sayão, congregando 28 famílias nativas. O objetivo era fixar 40 famílias cada uma recebendo um lote de 25 hectares. Os lotes eram vendidos pelo Banco Rural.

Estas experiências não revelaram os resultados esperados e foram muitas vezes criticadas pela ATAM, porque não representavam uma solução capaz de atingir o conjunto dos trabalhadores e porque ao invés de darem gratuitamente a terra para os “lavradores”, queriam vendê-la, mesmo que por um preço irrisório, ou exigir o pagamento de uma renda mínima, sob a alegação de que “coisa dada não tem valor”.

A despeito destas divergências de procederem em comum à crítica dos “males provocados pelo latifúndio” as agremiações vinculadas à Igreja estiveram em constante polêmica com a ATAM, até o início de 1962, quando o clero redefiniu sua atuação face ao movimento sindical dos trabalhadores rurais.





# A CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO RURAL - OS SINDICATOS DOS PRODUTORES AUTÔNOMOS

Todas as principais entidades representativas de lavradores e trabalhadores rurais se defrontaram, quando da realização do **I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas** reunido em Belo Horizonte em 17 de novembro de 1961. A ULTAB, as Ligas Camponesas e o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra), este último com expressão fundamentalmente no Rio Grande do Sul, buscaram superar algumas de suas divergências, relativas às formas de organização e à condução das lutas, e alcançar um programa básico compondo os interesses comuns.

O Congresso foi apoiado por inúmeros políticos e pelos poderes públicos. Órgãos federais concorreram com fundos para a realização do certame. O Presidente da República prestigiou a reunião, comparecendo à sessão de encerramento. Representando as associações e entidades camponesas de todo o país estiveram presentes debatendo as questões cerca de 1.600 (hum mil e seiscentos) delegados<sup>27</sup>.

A principal resolução aprovada no **I Congresso ficou conhecida como Declaração de Belo Horizonte** e foi dada a conhecimento público no encerramento da reunião. Propunha uma “radical transformação da estrutura agrária do País, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação pelo governo federal, dos latifúndios substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.”

A reivindicação de uma **reforma agrária radical**, palavra-de-ordem defendida no I Congresso, notadamente pelas Ligas Camponesas, esvaziou a atuação

---

27 JULIÃO, Francisco – **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 1962, pp. 81.

das Comissões Técnicas controladas pela ULTAB, que propugnavam mudanças nas leis de arrendamento ou a extensão da política salarial aos trabalhadores rurais. A Declaração defendia o seguinte:

“o máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas aos latifúndios e da distribuição gratuita das terras devolutas.”

O Presidente da ATAM participou do encontro chefiando uma delegação de trabalhadores rurais e políticos maranhenses. Augusto José do Nascimento defendeu juntamente com o deputado maranhense José Bento Neves, a distribuição gratuita de terras devolutas aos trabalhadores rurais. Essa era uma reivindicação amplamente discutida e aceita em todas as Associações de lavradores do Maranhão, assim como aquele referente à desapropriação dos latifúndios.

No que se refere às organizações de lavradores e trabalhadores rurais a Declaração exigia plena garantia “à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados” e o reconhecimento imediato dos sindicatos de trabalhadores rurais.

A partir deste Congresso foi iniciada uma Campanha de Sindicalização Rural lançada pela ULTAB. As Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foram transformadas em Sindicatos de Produtores Autônomos e inúmeros sindicatos de assalariados agrícolas foram fundados. As Ligas Camponesas, porém, que agrupavam sobretudo trabalhadores autônomos, não-assalariados, passaram a ter sua ação esvaziada porque a sindicalização começou a absorver o conjunto dos trabalhadores rurais e lavradores. O termo “rural” passou a ser politizado e destituído de seu sentido geográfico de oposição ao “urbano”, deslocando gradativamente o termo “agrícola” e a própria designação de consenso, qual seja, “lavrador”. As expressões “sindicalismo rural” e “trabalhadores rurais” passam a ser frequentes nas alocuções das diferentes militâncias e na própria pauta reivindicatória dos movimentos junto às instâncias do Legislativo (assembléias, Câmara).

## Os “sindicatos dos padres”

Em 1962 a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) promoveu a ideia da Igreja voltar-se para o sindicalismo rural. As experiências-piloto de Reforma Agrária não lograram o êxito desejado de aprofundar a aproximação da instituição religiosa com as massas de trabalhadores rurais em intensa mobilização política.

Em sua “Carta de Alforria do Camponês”, escrita em Recife em 12 fevereiro de 1961, Francisco Julião, Presidente de Honra das Ligas Camponesas, assinala como o clero se voltava tão somente para as organizações confessionais, opondo-se à sindicalização no campo. A ação militante foi movimentada.

“Porque para o padre Sindicato Rural é comunismo. Salva-se um ou outro. Para o padre só voga o Círculo Operário Católico. Mas o Círculo não luta pela tua liberdade. Se te acende uma velinha tem um maço guardado para o latifúndio.”<sup>28</sup>

A CNBB encontrava-se em discussão interna revendo sua atuação, privilegiando as formas de organização não confessionais, porque mais amplas e abertas, capazes de aproximar a Igreja do movimento de massas no campo.

O clero passou a interessar-se pelo problema das organizações sindicais e numa ação paralela à ULTAB iniciou um trabalho de educação sindical e de criação de sindicatos. Foi mobilizado o laicato católico no sentido de fortalecer as organizações representativas e a Igreja dispôs o Movimento de Educação de Base (MEB) como instrumento para a fase preparatória de educação sindical<sup>29</sup>. Começaram a ser fundados os sindicatos, que ficariam conhecidos como os “Sindicatos dos Padres”.

Os padres Melo e Crespo, numa ação nitidamente conservadora, organizaram sindicatos em Pernambuco em oposição às Ligas e à ULTAB. O Arcebispo de Natal, D. Eugênio Sales atuando através do Serviço de Assistência Rural (SAR) intensificou a fundação de sindicatos, numa ação que se propagou por todo o Nordeste. Em julho de 1963 realizou, inclusive, uma reunião denominada Convenção Nacional de Trabalhadores Rurais, com a participação da ULTAB, da Ação Popular (AP) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para discutir a formação de uma Confederação de Trabalhadores Rurais.

O Padre Francisco Lages, mais afinado com o “grupo progressista do epis-

---

28 Cf. Julião, Francisco – **Que são as Ligas Camponesas?** Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1962, pp. 80.

29 Para aprofundar este ponto leia-se: Kadt, Emanuel de – **Catholic Radicals in Brasil**. New York, Oxford University Press, 1970, pp. 122-211.

copado”, impulsionou a sindicalização em vários Estados, porém sem hostilizar as Ligas e defendendo a unidade do movimento camponês. Participou da Comissão Nacional de Sindicalização Rural constituída pelo Ministro do Trabalho Amaury Silva. No Maranhão, o Padre Alípio de Freitas em dezembro de 1961 lançou uma “**Carta Aberta aos Lavradores**” reproduzindo a palavra de ordem das Ligas Camponesas: “Reforma Agrária na lei ou na marra”. Empenhou-se em organizar as Ligas no interior do Estado. As Ligas, entretanto, não tiveram muita expressão no Estado do Maranhão<sup>30</sup>. Das 218 Ligas existentes no país em 1963 existiam no Maranhão apenas 12. As Ligas Camponesas, além da campanha de sindicalização que esvaziava sua atuação, estavam abaladas por lutas internas que desagregaram o movimento em várias regiões, exceto nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraná, Acre e Distrito Federal<sup>31</sup>.

## Sindicalização em marcha no Maranhão

SAO LUIZ — Maranhão — (Do Correspondente) — Como nos demais Estados, no Maranhão a sindicalização rural vai ganhando impulso apesar de uma série de dificuldades e do desespero dos latifundiários. Incentivada pela ATAM, pelas associações de lavradores locais e por algumas cooperativas, já foram fundados nesse Estado 4 sindicatos e quando esta edição de **TERRA LIVRE** estiver

circulando, outros sindicatos terão sido formados nos municípios de São Mateus, Governador Archer, Codó e Santo Antônio dos Lopes. Em outras localidades, onde ainda não existe o sindicato rural, os camponeses interessam em formar cooperativas e associações, tendo em vista defender seus direitos e sua produção das garras dos exploradores. A Cooperativa Agrícola Mista de Governador Archer Ltda., reaberta no dia 5 de dezembro de 1962, está pleiteando empréstimo para proteger a produção dos seus associados contra o tubarão do comércio e está reivindicando grandes áreas de terra para o seu patrimônio.

latifundiários. Incentivada pela ATAM, pelas associações de lavradores locais e por algumas cooperativas, já foram fundados nesse Estado 4 sindicatos e quando esta edição de **TERRA LIVRE** estiver

circulando, outros sindicatos terão sido formados nos municípios de São Mateus, Governador Archer, Codó e Santo Antônio dos Lopes. Em outras localidades, onde ainda não existe o sindicato rural, os camponeses interessam em formar cooperativas e associações, tendo em vista defender seus direitos e sua produção das garras dos exploradores. A Cooperativa Agrícola Mista de Governador Archer Ltda., reaberta no dia 5 de dezembro de 1962, está pleiteando empréstimo para proteger a produção dos seus associados contra o tubarão do comércio e está reivindicando grandes áreas de terra para o seu patrimônio.

### DESESPERADOS

Acostumados a explorar os humildes lavradores sem encontrar resistência organizada, os latifundiários começam a se desesperar diante do rápido crescimento da organização da unidade e da luta dos camponeses em defesa das suas reivindicações e direitos. Procurando impedir a organização das associações, dos sindicatos e das cooperativas, lançam mão não só da calúnia mas também de uma série de expedientes, contrários à lei e aos próprios ensinamentos cristãos.

O prefeito de São Mateus sr. Marcos Pinheiro, que também é latifundiário, através da sua polícia e de seus capangas impediu a fundação do sindicato rural, porção o senhor Martinho Nunes, presidente da Associação dos Lavradores, e o senhor Benedito Teixeira, presidente da União dos Ferroviários. Em Codó, para intimidar os camponeses, os latifundiários continuam queimando casas, espancando, tomando pertences dos lavradores, principalmente suas roças etc. Nada disso tem adiantado. Nesses lugares, os trabalhadores da roça voltam à carga mais unidos e apoiados pelos trabalhadores da cidade, quebram a temeridade dos latifundiários e eriam as suas organizações.

30 Para aprofundar este ponto e ter conhecimento de uma interpretação oposta a esta, leia-se: Borges, Fragmon Carlos – “O movimento Camponês no Nordeste”. IN: **Estudos Sociais**. Nº 15, dezembro, 1962, pp. 248-260.

31 Vide Moraes, Clodomir Santos de – **Las Ligas Campesinas de Brasil**. Tegucigalpa, Proccara, 1976.

## “Sindicalização em Marcha no Maranhão

SÃO LUÍS – Maranhão – (Do Correspondente) – Como nos demais Estados, no Maranhão a sindicalização rural vai ganhando tempo, apesar de uma série de dificuldades e de desespero dos latifundiários. Incentivada pela ATAM, pelas associações de lavradores locais e por algumas cooperativas, já foram fundados nesse Estado 4 sindicatos e quando esta edição de TERRA LIVRE estiver circulando, outros sindicatos terão sido formados nos municípios de São Mateus, Governador Archer, Codó e Santo Antônio dos Lopes. Em outras localidades, onde ainda não existe o sindicato rural, os camponeses ingressam em massa, nas cooperativas e associações tendo em vista defender direitos e sua produção das garras dos exploradores. A Cooperativa Agrícola Mista de Governador Archer Ltda., reaberta no dia 5 de dezembro de 1962, está pleiteando empréstimo para proteger a produção dos seus associados contra o tubarão do comércio e está reivindicando grandes áreas de terra para o seu patrimônio.

### DESESPERADOS

Acostumados a explorar os humildes lavradores sem encontrar resistência organizada, os latifundiários começaram a se desesperar diante do rápido crescimento da organização, da unidade e da luta dos camponeses em defesa das suas reivindicações e direitos. Procurando impedir a organização das associações, dos sindicatos e das cooperativas, lançam mão não só da calúnia mas também de uma série de expedientes, contrários à lei e aos próprios ensinamentos cristãos.

O prefeito de São Mateus, sr. Marcos Pinheiro, que também é latifundiário, através da sua polícia e de seus capangas impediu a fundação do sindicato rural, prendeu o senhor Martinho Nunes, presidente da Associação dos Lavradores, e o senhor Benedito Teixeira, presidente da União dos Ferroviários. Em Codó, para intimidar os camponeses, os latifundiários continuam queimando casas, espancando, tomando pertences dos lavradores, principalmente suas roupas, etc.. Nada disso tem adiantado. Nesses lugares, os trabalhadores da roça voltam à carga mais unidos e, apoiados pelos trabalhadores da cidade, quebram a teimosia dos latifundiários e criam as suas organizações.”

( cf. **Terra Livre**. Nº 122. 1963, São Paulo).

## Os sindicatos da ULTAB

Os membros da ULTAB desde o I Congresso acusavam as Ligas Camponesas de subestimarem as pequenas reivindicações ao defenderem uma **reforma agrária radical** e a libertação do País da dominação do imperialismo. Acusavam-nas ainda de subestimarem o caráter legal do movimento dos trabalhadores rurais.

No âmbito de uma estratégia política líderes vinculados à ULTAB propugnavam um “governo nacionalista e democrático”, anti-imperialista e contra o latifúndio. Em entrevista ao **Jornal Terra Livre**, na capital paulista em janeiro de 1963, o Presidente da ATAM delcarou:

“Através de suas organizações e sindicatos os trabalhadores da terra, no meu Estado, ganham consciência cada vez mais de que a solução para os problemas do campo só será possível através de um governo nacionalista e democrático, que liberte o Brasil do Imperialismo norte-americano e liquide com o monopólio da terra, constituído pelos grandes latifundiários”. (cf. *Terra Livre*. Nº 118. São Paulo, janeiro de 1963, p. 7)

A ULTAB pretendia uma ação tática, que combinando as conquistas parciais, levasse à situação estratégica. Neste sentido é que a sindicalização rural foi intensificada<sup>32</sup>.

A campanha de sindicalização lançada pela ULTAB animou a expansão sindicalista no Maranhão. A delegação maranhense ao I Congresso programou uma série de comícios para que as resoluções finais fossem divulgadas. Nos comícios realizados em Bacabal e Caxias compareceram mais de cinco mil trabalhadores rurais. Na concentração realizada em Coroatá, em dezembro de 1961, ficou marcada a nova etapa de organização e luta: a ATAM, seguindo as determinações mais gerais iria preparar algumas Associações para passarem à condição legal de Sindicatos. A criação de novas Associações, entretanto, não foi sustada. Foi criada, concomitantemente, a Associação de Lavradores de Fortuna, no Itapecuru.

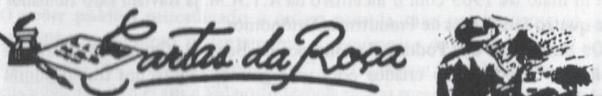
No decurso de 1962 reuniões e cursos foram acionados de modo intenso para preparar as lideranças sindicais.

A Igreja Católica, por seu turno, através do Movimento de Educação de Base (MEB) passou a treinar de maneira regular os camponeses. Cursos de treina-

---

32 Vide O'Dwyer, Eliane Cantarino – “As lutas camponesas no Vale do Rio Macacu”. Rio de Janeiro, 1980 (mimeo).

mento foram realizados em São Luís, Itapecuru e Viana, baseados sobretudo no sindicalismo rural. Entre primeiro e nove de setembro de 1962 o MEB treinou em São Luís mais de 20 líderes camponeses de Matinha, Pirapemas, Colina, Viana, Pindaré-Mirim e Cantanhede. A Rádio Pioneira, de Teresina, alcançando todo o interior do Maranhão, transmitia o programa do MEB diariamente no início da noite. Preocupados com o analfabetismo os integrantes do MEB divulgaram os treinamentos de forma irradiada ou então através de quadros desenhados em folhas de cartolina distribuídos por seus monitores. Seus integrantes localizavam-se em diversas regiões do Estado, tanto no Vale do Itapecuru, quanto no do Pindaré. Esta experiência educativa, disseminada por todo o Maranhão, encontrava apoio no Bispo Auxiliar Dom Antônio Fragoço.



## Cartas da Roca

### Camponeses querem governo nacionalista e democrático

**CARLOS ALEXANDRE** — São Paulo, Capital — escreve:

"... os camponeses querem somente a liberdade de poder trabalhar nas suas roças e se organizarem. Esse direito folheio assegurado pelo sr. João Goulart no Congresso pela Reforma Agrária de Belo Horizonte.

O sr. Carvalho Pinto não quer isso, e ataca os camponeses de Jales, que não querem somente a comida para seus filhos, mas também progresso para toda a nação através de seu trabalho, e em troca receberam coroadadas, cacetetes e prisões pela polícia de Carvalho Pinto. O que adianta é a unidade de todos por um governo nacionalista e democrático que resolva as dificuldades por que passam os camponeses e operários.

### Lei p'ra morrer de fome

**JOSE DUARTE**, de Adamantina — São Paulo, Paulo, nos escreveu o seguinte:

"No bairro do Pavão existe um grande monopólio de terra, na fazenda Santo Antonio, de propriedade de Antonio Tivéro. Aqui nesta fazenda os trabalhadores não comem mais e morrem à mingua. O proprietário diz que podem ir para onde quiserem que ele é quem manda na Fazenda. Ora, meus companheiros, será que já tem lei para morrer de fome? Devemos lutar em nossas organizações de classe, em poderosos sindicatos, pela reforma agrária, radical que será o fim da exploração dos que trabalham."

### Expulso da terra

**ANTONIO PELEGRINO**, de Mandaguari — Paraná:

"Há cinquenta anos trabalho para o rico. Eu e meus filhos estamos com a roupa que não vencemos contar os remendos. Não temos terra, não temos casa, não temos cama. Durante seis anos cumpri café e o patrão diz que não tenho direito a nada. O direito é quando vamos ao promotor e aí não temos entrada livre na sala. Formei sete mil, oitocentos e setenta e dois mil pés de café, antes do prazo de seis anos marcado para o vencimento. O proprietário Alexandre Matuceme tomou a minha empreita para a qual não forneci nada durante o tempo. Mandou-me embora do jeito que estava; sem terra, sem dinheiro, sem roupa, sem cama e com fome."

Antonio, você precisa procurar a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

### Mais crimes no Maranhão



**Des camponeses de BACABAL, Maranhão:**

"Desde 1961 existe o povoado de Codartina, neste Município. Nunca teve dono. Em 1966 apareceram Nemesio Pinheiro de Sousa e Francisco Fernandes Vale, compraram uma só casa e se apoderaram da terra com a ajuda das autoridades locais. Agora, mandaram boiar fogo nas 45 casas dos camponeses acarreando um prejuízo de mais de 6 milhões de cruzeiros e deixando muito mais de 200 famílias desabrigadas, passando fome. No dia do incêndio vieram 6 soldados, um oficial de justiça de Bacabal, Pedro Guimarães e filho, e o cunhado dos grileiros. O jagunço José, vulgo Zequilaba, foi botando fogo, dizendo que era por ordem do dr. Juk. Na hora os trabalhadores estavam no trabalho e as mulheres e crianças que estavam nas casas saíram correndo quando davam pelo fogo.

Casas onde estavam as colheitas foram queimadas. Todas as economias dos trabalhadores foram destruídas. Foram construídas novas casas e os grileiros tentam boiar fogo de novo. Os camponeses pediram ajuda às autoridades para que pudessem trabalhar um pedaço de terra, que lhes dê o direito de propriedade. Nada fizeram. Agora, antes de plantar, têm os camponeses que pagar aos grileiros para plantar um palmo de roça. Não temos arvores e estamos passando fome, por isso apelamos às autoridades federais que resolvam e acabem com essa injustiça. Não podemos pagar nem um cênt de mais, os latifundiários estão trabalhando com as autoridades do lugar para acabar com os pobres lavradores; correm muita terra e não deixam ninguém entrar, enquanto isso toda terra fica sem cultivar e os camponeses e todo povo sofrendo de arvores e folhas."

## “CARTAS DA ROÇA

Camponeses querem govêrno nacionalista e democrático

Carlos Alexandre - São Paulo, Capital – escreve:

“...os camponeses querem somente a liberdade de poder trabalhar na suas roças e se organizarem. Esse direito foi-lhes assegurado pelo Sr. João Goulart no “Congresso pela Reforma Agrária” de Belo Horizonte.

O Sr. Carvalho Pinto não quer isso, e ataca os camponeses de Jales, que não querem somente a comida para seus filhos, mas também progresso para tôda a nação através de seu trabalho, e em troca receberam coronhadas, cacetetes e prisões pela polícia de Carvalho Pinto. O que adianta é a unidade de todos por um governo nacionalista e democrático que resolva as dificuldades porquê passam os camponeses e operários.

Lei p’ra morrer de fome

José Duarte – São Paulo, nos escreveu o seguinte:

“No bairro do Pavão existe um grande monopólio de terra, na fazenda Santo Antônio, de propriedade de Antônio Tiveão. Aqui nesta fazenda os trabalhadores não comem mais e morrem à mingua. O proprietário diz que podem ir para onde quiserem que êle é quem manda na Fazenda. Ora, meus companheiros, será que já tem lei para morrer de fome? Devemos lutar em nossas organizações de classe, em poderosos sindicatos, pela reforma agrária radical que será o fim da exploração dos que trabalham.”

Expulso da terra

Antonio Pelegrino, de Mandaquari – Paraná:

“Há cinquenta anos trabalho para o rico. Eu e meus filhos estamos com a roupa que não vencemos contar os remendos. Não temos terra, não temos casa, não temos cama. Durante seis anos carpí café e o patrão diz que não tenho direito a nada. O direito é quando vamos ao promotor e aí só temos entrada livre na sala. Formei sete mil, oitocentos e setenta e dois mil pés de café, antes do prazo de seis anos marcado para o vencimento. O proprietário Alexandre Matucene tomou a minha empreita para o qual não forneceu nada durante o tempo. Mandou-me embora do jeito que estava: sem terra, sem dinheiro, sem roupa, sem cama e com fome”

Antonio, você precisa procurar a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

## Mais crimes no Maranhão

Dos camponeses de BACABAL, Maranhão:

“Desde 1901 existe o povovado de Codarinho, neste município. Nunca teve dono. Em 1956 apareceram Nicanor Pinheiro de Souza e Francisco Fernandes Vale, compraram uma só casa e se apoderaram da terra com o apóio das autoridades locais. Agora, mandaram botar fogo nas 45 casas dos camponeses acarretando um prejuízo de mais de 6 milhões de cruzeiros e deixando muito mais de 200 famílias desabrigadas, passando fome. No dia do incêndio vieram 4 soldados, um oficial de justiça de Bacabal. Pedro Guimarães e filho, e o cunhado dos grileiros. O Jagunço José, vulgo Zequinha, foi botando fogo, dizendo que era por ordem do dr. Juiz. Na hora os trabalhadores estavam no trabalho e as mulheres e crianças que estavam nas casas saíram correndo quando deram pelo fogo.

Casas onde estavam as colheitas foram queimadas. Tôdas as economias dos trabalhadores foram destruídas. Foram construídas novas casas e os grileiros tentam botar fogo de novo. Os camponeses pediram ajuda às autoridades para que pudessem trabalhar um pedaço de terra, que lhes dê o direito de propriedade. Nada fizeram. Agora, antes de plantar, têm os camponeses que pagar aos grileiros para plantar um palmo de roça. Não temos arroz e estamos passando fome, por isso apelamos às autoridades federais que resolvam e acabem com essa injustiça. Não podemos pegar nem um cipó de mata, os latifundiários estão trabalhando com as autoridades do lugar para acabar com os pobres lavradores; cercam muita terra e não deixam ninguém entrar, enquanto isso tôda terra fica sem cultivar e os camponeses e todo povo precisando de arroz e feijão.”

(Cf. Seção de correspondência de **Terra Livre**)

Em maio de 1963 com o incentivo da ATAM já haviam sido fundados no Maranhão quatro Sindicatos de Produtores Autônomos.

Os Sindicatos dos Produtores Autônomos de Bacabal, Caxias, São Mateus e Santo Antônio dos Lopes foram criados com uma grande adesão dos trabalhadores rurais, que comemoraram ruidosamente em ato realizado na sede do

município afrontando as autoridades municipais e latifundiários, que se colocaram contrárias à fundação. Depois de várias tentativas foi finalmente fundado o Sindicato dos Produtores Autônomos de Governador Archer em assembléia geral de lavradores e trabalhadores rurais realizada em 21 de abril de 1963. A fundação deste Sindicato foi marcada por inúmeras dificuldades, devido à ação dos deputados Manoel Gomes e Nunes Freire, que queriam colocar na diretoria elementos que não eram trabalhadores rurais violando abertamente às instruções da Portaria Ministerial. Em Codó, com a presença de aproximadamente dois mil trabalhadores foi fundado o Sindicato dos Produtores Autônomos do Município de Codó no dia 28 de abril de 1963.

Em 18 de outubro de 1963 em assembléia realizada em Santa Inês foi fundado o Sindicato dos Produtores Autônomos de Pindaré-Mirim. Estes Sindicatos se propagaram com destaque na região do Mearim e, em parte, no Pindaré deslocando o centro de coordenação da luta camponesa que, no período das Associações estava no Vale do Itapecuru. Mobilizavam fundamentalmente os posseiros, enquanto que no Itapecuru os pequenos proprietários e foreiros tinham maior expressão.

Em outubro de 1963 o Sindicato dos Produtores Autônomos de Bacabal enviou ao Presidente da Câmara dos Deputados um abaixo-assinado contendo 156 assinaturas solicitando a modificação do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição:

“Nós abaixo-assinados, sócios do Sindicato dos Produtores Autônomos de Bacabal, Estado do Maranhão, tendo em vista as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores deste Estado e do País, as quais são necessidades indispensáveis para o desenvolvimento da Nação, que são as Reformas de Base e especialmente a Reforma Agrária, que só poderá ser feita com a modificação do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição, no qual se apoiam os latifundiários, vimos Senhores Deputados, mui respeitosamente solicitar à V. Exas. que dignem votar a modificação do parágrafo citado, que em vez de serem indenizadas em dinheiro, sejam as terras desapropriadas pagas com Títulos da Dívida Pública.

Assim, senhores Deputados, certos de que V. Exas. atenderão esta justa medida, subscrevemos atenciosamente.

Bacabal, 31 de outubro de 1963”

(cf. **Terra Livre**, Nº 130. São Paulo, janeiro de 1964, p.7)

A ação da ATAM resultou ainda na fundação de Sindicatos de Produtores Autônomos nos seguintes municípios: Rosário, Pirapemas, Chapadinha, Urbano Santos, Imperatriz e Cantanhede.

Procurando impedir a organização dos Sindicatos os detentores do poder no plano municipal continuaram a prender os líderes dos trabalhadores rurais e a intimidar os seguidores do movimento.

O poder público subordinado à ordem privada, mais precisamente ao interesse dos latifundiários, reprimiu violentamente o movimento dos trabalhadores rurais em Pirapemas. Numa das “expedições punitivas” contra os que mobilizavam para consolidar seu Sindicato perderam a vida oito trabalhadores rurais, saíram feridos três soldados e foi liquidado o comandante do destacamento policial. Na Câmara Federal, o deputado maranhense Neiva Moreira protestou responsabilizando o governo estadual, afirmando que ele “ensopa as mãos de sangue das populações rurais”<sup>33</sup>. O deputado solicitou também que o governo federal tomasse providências no sentido de conter a repressão aos camponeses por parte do governo estadual, que já estaria enviando para Pirapemas outros destacamentos policiais.

Em São Mateus o prefeito, através da polícia e de jagunços fornecidos pelos latifundiários, nos primeiros meses de 1963, impediu a fundação do Sindicato local. Deu ordem de prisão aos trabalhadores Martinho Nunes, presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de São Mateus, e Benedito Teixeira, presidente da União dos Ferroviários. Também em Codó e Caxias ocorreram ações repressivas contra as lideranças sindicais. Em janeiro de 1964 o Presidente do Sindicato dos Produtores Autônomos de Pindaré-Mirim foi preso, espancado, e renunciou ao mandato. Em fevereiro de 1963 em assembléia geral extraordinária, havia sido eleito presidente um dos suplentes da diretoria anterior, o trabalhador rural Manoel da Conceição.

Em dezembro de 1963, segundo a SUPRA, havia no Maranhão três sindicatos reconhecidos e aguardando reconhecimento.

Neste mesmo mês de dezembro fundou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), agrupando todos os Sindicatos de Produtores Autônomos. Esta entidade de âmbito nacional sucedeu à ULTAB. Nesta data já existiam no País 27 sindicatos reconhecidos, 557 aguardando reconhecimento e mais 10 Federações já conhecidas. Enquanto no Maranhão existiam

---

33 “Massacre de camponeses no Maranhão: Protesto na Câmara”. *Terra Livre*, Nº 111, São Paulo, junho, 1962, p. 8.

três sindicatos reconhecidos e 14 aguardando reconhecimento e em São Paulo 61 reconhecidos e 60 em vias de reconhecimento.

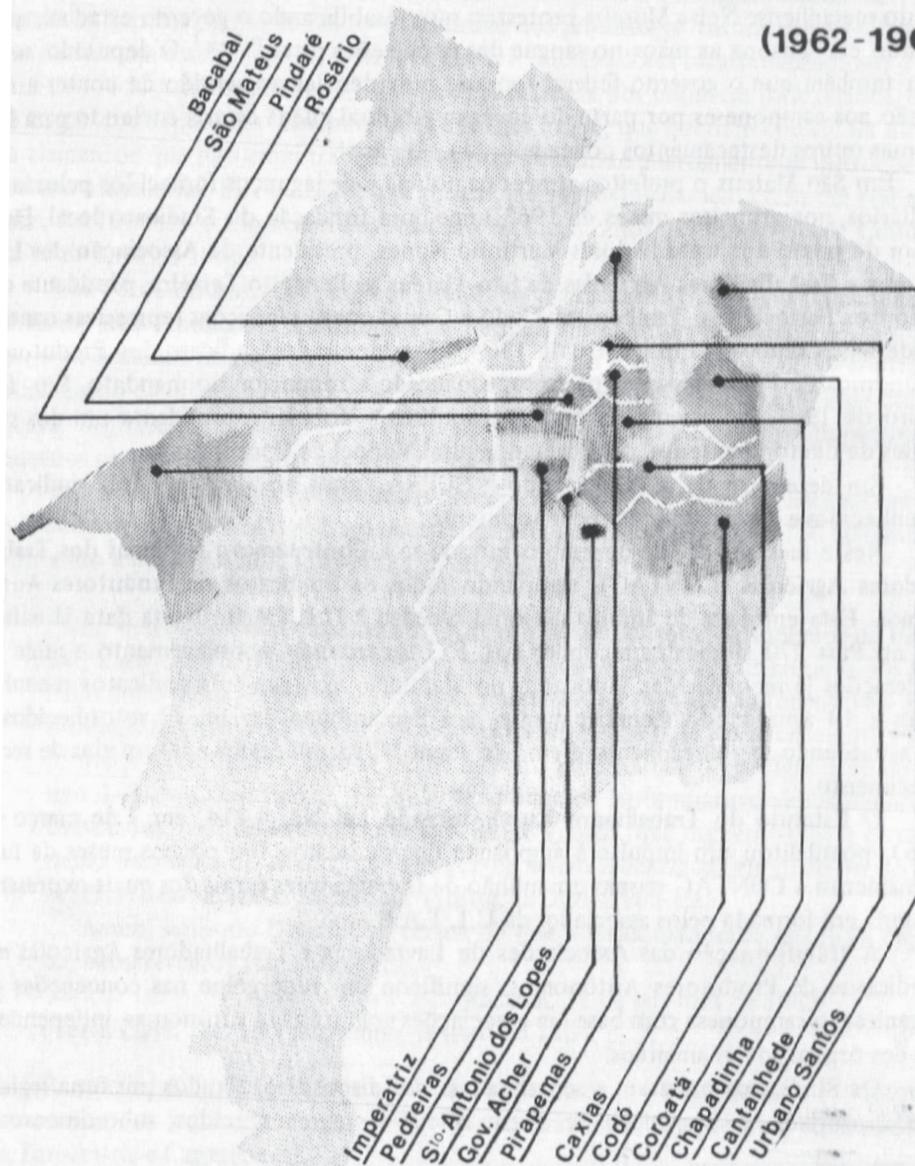
O **Estatuto do Trabalhador Rural**, tornado Lei Nº 4.214, em 2 de março de 1963, possibilitou um impulso à ampliação dos sindicatos. Em poucos meses de funcionamento a CONTAG reuniu um milhão de trabalhadores rurais dos quais expressiva maioria era formada pelos associados da ULTAB.

A transformação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Sindicatos de Produtores Autônomos, significou um rude golpe nas concepções de organização camponesa com base em associações voluntárias e autônomas, independente dos órgãos governamentais.

Os Sindicatos passaram a se enquadrar nos dispositivos fixados por uma legislação apropriada. A imposição de serem oficialmente reconhecidos, subordinou-os a uma estrutura sindical colada nos aparelhos de Estado. A sua base territorial passou a ser rigidamente limitada por lei. A cada município correspondia um sindicato ao qual só podiam se filiar trabalhadores rurais desta área específica. As Delegacias Regionais do Trabalho passaram a exercer rígida fiscalização e controle sobre os recursos que chegavam às agremiações através dos órgãos públicos.

# Sindicato dos Produtores Autônomos do Maranhão

(1962 - 1964)



A ULTAB e movimentos de inspiração católica defenderam este enquadramento. As ligas Camponesas não favoreceram este tipo de vinculação aos aparelhos de Estado, mantiveram livres os limites de sua territorialidade e filiação. Para a ULTAB o governo reformista do Presidente João Goulart oferecia garantias e vantagens a este tipo de vinculação. A legislação poderia, inclusive, em algumas situações ser utilizada contra os próprios latifundiários, que se opunham à sindicalização rural.

Consoante esta perspectiva o movimento sindical dos trabalhadores rurais foi impulsionado para uma posição de subordinação ao Estado. Tratava-se de uma posição que constituía justamente o inverso de toda a trajetória política dos últimos dez anos, que obtivera êxito em organizar os trabalhadores rurais em associações voluntárias e autônomas.

Dois meses após a criação da CONTAG, no dia 16 de fevereiro de 1964, foi fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão em solenidade realizada na sede do Sindicato dos Comerciantes<sup>34</sup>. Participaram representantes da Federação de Trabalhadores da Indústria, dos Sindicatos de Orla Marítima e da União dos Ferroviários do Maranhão. Foi eleita com voto de 15 sindicatos a primeira diretoria e empossado como presidente o trabalhador rural Augusto José do Nascimento que anteriormente, era o presidente da ATAM, a qual passava a ser desativada nos mesmos moldes da ULTAB. Toda a estrutura da ATAM foi absorvida pela nova Federação e as perspectivas que se delineavam para o movimento é que deveriam ser integrados em poucos meses mais de 30.000 associados da ATAM. Com o golpe militar de março de 1964, porém, todo este movimento foi sustado, os principais líderes foram presos e exilados, bem como seus aliados e apoiadores (Padre Alípio de Freitas, deputado Neiva Moreira) e as agremiações foram fechadas. Augusto José do Nascimento, líder histórico da ATAM, foi preso, torturado e teria morrido num sanatório.

---

34 *Jornal do Povo*. São Luís, 18 de fevereiro de 1964.





## OS “SINDICATOS CLANDESTINOS”

Nas eleições para governo estadual em 1965 a UDN e o PSP se uniram numa frente eleitoral e conseguiram derrotar, pela primeira vez desde 1947, os representantes do PSD de Vitorino Freire.

A coligação UDN-PSP, consolidada na capital, voltou-se, fundamentalmente, para a arregimentação do eleitorado rural. Em várias regiões a frente oposicionista procurou organizar os opositores do vitorinismo e, em particular, os remanescentes das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e dos Sindicatos de Produtores Autônomos e com eles desmontar, no plano local, os esquemas de controle do voto dos pessedistas.

Desagregaram-se os Sindicatos, mas diversos grupos de trabalhadores vinculados ou não à Igreja Católica mantiveram-se mobilizados. A disputa eleitoral de 1965 apresentou-se para eles como a possibilidade de serem reativadas as suas agremiações.

A Igreja, a este tempo, por intermédio do MEB prosseguia com um intenso trabalho de educação sindical e ao mesmo tempo que formava “lideranças” buscava recuperar alguns trabalhadores rurais com experiência no trabalho organizatório, que se encontravam afastados do movimento. Este trabalho revelava em certa medida uma autonomia dos leigos da Ação Católica face à hierarquia. Eles estabeleciam frentes de trabalho comum com grupos políticos de oposição ao regime ditatorial, não se sujeitando aos ditames da hierarquia institucional. Assim, grupos de trabalhadores rurais remanescentes das entidades vinculadas à ATAM e que se encontravam dispersos e descontatados conseguiram se recompor com a cobertura do laicato católico e militante.

Este reagrupamento na região do Pindaré obteve grande impulso no transcurso da campanha eleitoral. Percorrendo inúmeros povoados, fazendo contatos

e estimulando debates os trabalhadores rurais apoiaram a candidatura do deputado federal José Sarney ao governo do Maranhão. Anos antes ele fora um dos signatários do abaixo-assinado de apoio à realização da II Conferência Agrária do Maranhão. Em comícios no interior o candidato prometia a reabertura das agremiações e o seu livre funcionamento caso lograsse vitória a coligação oposicionista.

A campanha oposicionista logrou êxito e o seu candidato foi eleito Governador do Maranhão. Esta vitória, contudo, não significou um sinal verde para que os Sindicatos fossem reestruturados, antes pelo contrário.

Logo após a posse do Governador os grupos de trabalhadores rurais que haviam participado da campanha eleitoral no Vale do Rio Pindaré tentaram reabrir os Sindicatos, mas foram desencorajados pelas autoridades municipais e estaduais, seus aliados da véspera, que mobilizaram as forças policiais numa intensa ação repressiva, que duraria pelo menos duas décadas, caracterizando o domínio político de José Sarney e seu grupo.

Em Pindaré-Mirim, no decorrer de 1966, o gado invadia as roças e destruçava as plantações. Os trabalhadores rurais se reuniram e junto às autoridades municipais tentaram colocar em funcionamento o seu Sindicato, para que pudessem ter uma entidade de defesa de seus direitos. Vale registrar que este Sindicato fora fundado em 1963 e Manoel da Conceição eleito seu presidente. Como resposta à iniciativa de reativar a ação sindical o Prefeito ameaçou-os de prisão e a polícia militar começou a ser acionada para reprimí-los.

Os trabalhadores rurais da região, em sua maioria posseiros, se reuniram e reabriram um Sindicato independente de qualquer tipo de reconhecimento oficial, alheio aos interesses das autoridades municipais, que ficou sendo conhecido localmente como “Sindicato Clandestino”. Os trabalhadores rurais Manoel da Conceição, último presidente eleito do Sindicato dos Produtores Autônomos de Pindaré-Mirim, e Antônio Lisboa Brito juntamente com outros lavradores, que haviam passado pelos cursos de treinamento do MEB em Santa Inês, começaram a reerguer o movimento enfrentando de maneira organizada a invasão das roças pelo gado, a ocupação ilegal da terra pelos grileiros e os comerciantes de arroz que se apropriavam ilegalmente de grande parte da produção camponesa. Diante do descaso das autoridades municipais e estaduais passaram a resolver os problemas por seus próprios meios. De uma feita mataram a tiros cinco reses que invadiam seus roçados. A reação, não se fez tardar. O prefeito imediatamente ordenou à polícia, que aprisionasse os responsáveis pela matança das reses. À repressão violenta, que se abateu sobre os trabalhadores rurais, se seguiram em-

boscadas, escaramuças e pequenos choques que abalaram todo o Vale do Pindaré então um dos principais alvos da ação dos grileiros.

Numa vespéral dançante num dos povoados do município de Santa Inês, em fins de 1967, foram mortos três soldados do Batalhão de Engenharia e Construções, que estava abrindo a rodovia Pedro Teixeira, a Pará-Maranhão. Ações de represália se sucederam deixando em sobressalto a população camponesa<sup>35</sup>.

Os trabalhadores rurais, posseiros, que já haviam sido expulsos de suas terras no Nordeste ou no Vale do Itapecuru estavam sendo obrigados agora a se retirar do Pindaré, onde haviam se instalado. A ação dos grileiros e o avanço sobre suas áreas cultivadas pelos rebanhos de estabelecimentos agropecuários recém-implantados forçava-os juntamente com os povos indígenas (guajajara e guajá) a enveredar pelas terras de mata, as florestas ombrófilas da Pré-Amazônia Maranhense. Iam sendo empurrados para as cabeceiras dos rios Gurupi e Carú, não obstante a resistência à expropriação.

O próprio líder camponês Manoel da Conceição já morara no Itapecuru, em Pirapemas, quando jovem; sendo forçado e descolar-se depois com seu grupo familiar para o município de Bacabal e daí para Pindaré-Mirim e o rio Carú. Pertence a uma geração de trabalhadores rurais maranhenses, que vem sendo duramente provada em cada conflito quer seja com latifundiários do Itapecuru, usineiros do Mearim ou grileiros e pecuaristas do Pindaré.

Em 1968 com o prosseguimento do movimento reivindicatório e da luta pela permanência na terra Manoel foi baleado na perna direita, por um tiro de fuzil disparado pela Polícia Militar, e preso no povoado de Ladeira do Gato, município de Santa Inês. Sem qualquer assistência médica sofreu gangrena. Solto por pressão dos trabalhadores rurais, que acorreram em massa à cidade e se postaram nas imediações da delegacia policial, foi levado para um hospital em São Luís e teve uma perna amputada.

A repressão alcançou também outras agremiações próximas, que estavam atuando na mesma direção, como as de Santa Luzia e Bom Jardim.

Estas entidades além de travar as lutas vitais aos posseiros haviam aberto escolas de alfabetização em vários povoados e seus membros mais destacados tinham participado dos cursos do MEB.

As forças policiais passaram a agir sistematicamente nos povoados às margens do Rio Pindaré e nos do Rio Carú. Desbaratavam de maneira metódica o

---

35 Vide: Manuel da Conceição. *Essa Terra é nossa*. Petrópolis, Editora Vozes, 1980, pp. 89-134.

movimento sindical contribuindo para que a ação dos grileiros e a implantação das empresas agropecuárias, beneficiárias de incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM, não encontrassem qualquer obstáculo.

A resistência dos trabalhadores rurais contudo se manteve. Em 1972 foi novamente preso o líder Manoel da Conceição, que continuava vivendo na região do Pindaré, onde a capacidade de mobilização do movimento decrescera face às contínuas operações policiais na área. Foi preso no povoado de Tufilândia e levado para São Luis e depois para o Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza, onde permaneceu prisioneiro no quartel do Exército do 5ª BIS. Em virtude de pressões internacionais Manoel foi solto e mais uma vez preso, desta vez em São Paulo. A partir desta prisão Manoel, com apoio da Anistia Internacional, tornou-se um exilado, vivendo em Genebra, na Suíça, até 1979, quando regressou ao país.

Os conflitos armados que ainda hoje, em 1980, envolvem grileiros, empresas agropecuárias e posseiros no Vale do Pindaré não são desdobramentos políticos inevitáveis de disputas jurídicas, que se alongam ou tem um resultado desfavorável aos posseiros. Uma não sucede à outra. Não ocorre o esgotamento de uma forma de luta para que a outra possa emergir. Situam-se ambas num mesmo tempo. São formas de luta coetâneas, ainda que distintas. O posseiro que atira no gado que invade sua roça, que resiste às investidas dos bandos armados de jagunços e pistoleiros é o mesmo posseiro que também está lutando na esfera jurídica. A incorporação do direito e a crença nos tribunais não destituem ou substituem a sua ideia de honra e o respeito ao produto de seu trabalho. Incendiar ou invadir casas como o fazem os jagunços, quando os homens estão ausentes no trabalho de roça, ou a destruição das roças, quando os posseiros estão em suas casas descansando da jornada de trabalho, nem sempre encontra uma resposta estritamente legal. A ideia de que primeiro se espera que os órgãos da justiça decidam, deixando para depois a aplicação de outros meios representa um tipo de gradualismo estranho aos camponeses da região de fronteira e aos próprios dirigentes sindicais dos trabalhadores rurais. Não é também verdadeira a suposição de que primeiro atiram e depois conversam e disputam na justiça. As formas de luta se entrecruzam, segundo as particularidades das forças em disputa não havendo um esquema de explicação único de sua eficácia e logicidade.

Aliás, este mesmo tipo de reflexão poderia ser estendido, se recuado no tempo, às Associações no Vale do Itapecuru, que mobilizavam pequenos proprietários e foreiros. Os choques armados eram inerentes aos conflitos tanto podendo deflagrá-los, quanto lhes por fim ou eclodir no transcurso de pequenos entrevos.





## OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS

A CONTAG que, desde 1964, estava sob intervenção, instalou em 1967 uma Delegacia Regional no Estado do Maranhão, que orientava o trabalho de reconhecimento oficial dos Sindicatos já existentes pelo Ministério do Trabalho e tratava da fundação de novas entidades. A Delegacia foi instalada em virtude de não existir no Maranhão, segundo as exigências legais, um número suficiente de Sindicatos para constituir uma Federação. O arcebispo metropolitano D. João da Mota, que apoiara a iniciativa, indicou um trabalhador rural, estudante e integrante do Movimento de Educação de Base (MEB), Francisco Augusto Garcia, natural de Arari, para ocupar o posto de Delegado. A Delegacia contribuiu na fundação de muitos sindicatos.

Em agosto de 1968 foram reconhecidos oficialmente os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Urbano Santos e de Santa Inês. A uniformidade da nova denominação, “trabalhadores rurais”, inclui-se entre os quesitos exigidos pelo Ministério do Trabalho. Em abril de 1969 foi reconhecido o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapadinha. Em novembro de 1969 o STR de São Bernardo. Em abril de 1970 o STR de Balsas e em junho do mesmo ano o de São Luís. No ano de 1971, em maio, foram reconhecidos os STR de Arari e de Supupira do Norte e em setembro os de Tutóia e de Mirador. Este reconhecimento pelo Ministério do Trabalho não é imediato à fundação e pode se prolongar por vários anos. O STR de Imperatriz, por exemplo, foi fundado em 29 de janeiro de 1967, e só veio a ser reconhecido quase sete anos depois, em 31 de dezembro de 1973. Este longo período, aguardando a Carta Sindical foi marcado pela intensificação da grilagem e por conflitos e tensões sociais em torno da devas-tação e da usurpação das terras agriculturáveis pela extração madeireira, levada à cabo pela C.I.D.A. (Cia. Industrial de Desenvolvimento da Amazônia<sup>36</sup>), e

---

36 O projeto da C.I.D.A., com sua serraria, na localidade de Frades, beneficiou-se de incentivos fiscais da

pelos projetos agropecuários, incentivados pela SUDENE e pela SUDAM, que desorganizavam a economia do babaçu, cuja coleta e extração da amêndoa era feita principalmente pelas mulheres, e destruíam os plantios de arroz.

Imperatriz, que se tornara a mais destacada e conflitiva cidade do Médio Tocantins<sup>37</sup>, converteu-se num lugar estratégico no processo de ocupação das regiões de fronteira agrícola da Pré-Amazônia e da própria região amazônica, desde a abertura da rodovia Belém-Brasília. Vinte e duas usinas de beneficiamento de arroz, duas fábricas de sabão e extração de óleo vegetal, que utilizavam o babaçu como matéria-prima (Vieira, 1969:14-19) e várias unidades de beneficiamento de algodão colidiam com uma pecuária de corte incentivada oficialmente e em acelerada expansão. Embora com profundas contradições entre si, em pontos cruciais, estes interesses, funcionavam como um conjunto ao buscar desestimular a formação de sindicatos de trabalhadores.

A principal entidade sindical da região até este período era o Sindicato de Arrumadores de Imperatriz, conhecido como “Sindicato da Estiva”. Os estivadores trabalhavam “segundo tabela estipulada para as firmas compradoras de arroz de Belo Horizonte, Anápolis e Brasília e com os compradores de babaçu e de algodão” (Vieira, *ibid.*:23). Eles contribuíam para a formação de outros sindicatos. Em 1967 foi fundada também a União Operária-Agrícola de Imperatriz, que teve, todavia, duração efêmera. Não obstante sua curta existência, esta referida União consistiu no primeiro passo para que os trabalhadores Luis Faria, Horácio Bezerra e Plínio Cavalcante de Lima também fundassem, no dia 09 de

---

SUDAM, através do BASA, correspondendo a uma área de pretensão de 620.000 hectares às margens do rio Tocantins.

37 Um documento elaborado neste período e por demais fidedigno, pelo acuro das informações, trata-se do “Relatório do Survey”, de autoria da antropóloga Francisca Isabel Schurig Vieira, datado de 07 de junho de 1969, produzido no âmbito das atividades do Projeto “Estudo Comparativo do Desenvolvimento Regional” do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Divisão de Antropologia, Museu Nacional. Este projeto era coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira que fez da região um destacado local de observação etnográfica. Nas descrições de Francisca Vieira pode-se ressaltar o seguinte: “Antes um pequeno entreposto, Imperatriz é hoje a principal cidade do Médio Tocantins, tendo ultrapassado Tocantinópolis e Carolina que ficaram à margem da Belém-Brasília e foram, até 1950, as principais cidades da região. Desde o início da Belém-Brasília ouvimos referência a Imperatriz como um grande “garimpo”, “zona de garimpo”, caracterizando-a assim como uma zona de atração intensa, com aventureiros de toda parte e onde os choques de interesse são grandes.

Para a compreensão plena do desenvolvimento da cidade faz-se mister apontar para sua localização privilegiada: município entre o campo, a serra e a terra de cultura (“matéria”), com bom porto no Tocantins, rodeada por outras pequenas cidades de três Estados, que se comunicam com a estrada através dela e para onde converge a produção dos municípios do sul do Maranhão, Pará e norte de Goiás (João Lisboa, Montes Altos, Sítio Novo, Amarante, Grajaú, Axixá, Itaguatins, Araguaatins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo de Goiás, Xambioá, Marabá, São João do Araguaia, Itupiranga, Paragominas). Nenhuma cidade rivaliza com Imperatriz, para o norte há apenas Belém e para o sul, Porangatu.” (Vieira, 1969:13).

outubro de 1968, a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e Oficiais Marceneiros de Imperatriz. Em colaboração estreita com o STR de Imperatriz, oito anos mais tarde, em 04 de junho de 1976, obteve a Carta Sindical que se tornou a data de fundação do próprio Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, cujo primeiro presidente foi Plínio Cavalcante de Lima<sup>38</sup>. Um dos principais efeitos desta Carta foi “agregar inúmeras outras atividades afins à construção civil, pois passaram a fazer parte de um mesmo sindicato os trabalhadores de Cerâmicas para Construção, de Mármore e Granitos, Móveis de Madeira, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira, de Cortinados e Estofos, de Artefatos de Cimento Armado da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplenagem em Geral e dos Oficiais Marceneiros de Imperatriz e Região Tocantina.” (Alves, 2014). Os atos autoritários do regime ditatorial, que inibiam a ação sindical, classificando as lutas como “subversivas”, institucionalizavam a violência oficial e legitimavam a truculência de interesses privados contra os trabalhadores. Neste sentido o que ocorria nas regiões de ocupação recente, em Imperatriz, não se diferenciava do que sucedia nas regiões mais antigas de colonização.

Assim, os Presidentes dos Sindicatos do Trabalhadores Rurais de Santa Inês e de Chapadinha, em 1968, solicitaram, em audiência com o Governador José Sarney, garantias para que o movimento sindical dos trabalhadores rurais no Estado não continuasse a sofrer repressão sistemática das forças policiais. Apesar das promessas do Governador não foram atendidos. Em 1969 foi preso o Presidente do STR de Chapadinha e em 1970 o de São Bernardo. Neste mesmo ano o STR de Pindaré-Mirim teve cassada a sua Carta Sindical e seu presidente, Manuel da Conceição, conforme já foi assinalado, foi ferido à bala de fuzil por PMs e preso, vindo a ter amputada uma perna.

A Delegacia da CONTAG que fornecia cobertura jurídica à ação legal dos STR possuía pouco poder de mobilização e não conseguia se opor às medidas repressivas. A recém-eleita diretoria da CONTAG, que tomou posse em junho de 1968, sob a presidência de José Francisco da Silva, formado no movimento sindical pernambucano, buscou imprimir uma nova orientação ao movimento e procurou dinamizar o trabalho da Delegacia do Maranhão, comprometendo-a mais com as lutas concretas travadas pelos trabalhadores rurais e com uma posição mais crítica face ao governo estadual. Esta diretoria se empenhara na luta

---

38 Para maiores informações consulte-se: Alves, Wilton – “Pelos Ruas e Avenidas da Cidade”. *O Progresso*. Imperatriz, 08 de junho de 2014 pág.C1-9.

pela retomada da CONTAG, obtendo seis votos contra cinco no conselho das federações para tirar a entidade do controle do interventor José Rocha, imposto pelo governo ditatorial e inteiramente afinado com os interesses dos grandes latifundiários. A dinamização do trabalho de organização sindical pela Delegacia ocorreu numa situação histórica em que foram redefinidos os mecanismos jurídicos, que até então propiciavam a ocupação de terras públicas, sobretudo no Maranhão, na região da Pré-Amazonia, por pequenos produtores rurais, definidos como “posseiros”. Em outros termos: até então os pequenos produtores rurais recebiam terras se comprovada a existência de cultivos, as chamadas roças, ou de benfeitorias, como casas ou engenhos de madeira para a produção de açúcar e melado. As terras não eram cercadas e não havia propriamente equivalentes monetários das terras de mata, prevalecendo doações e concessões de terras públicas. Em 1969 ocorre uma reestruturação formal do mercado de terras e, para efetivá-la, foi sancionada em outubro a “LEI SARNEY DE TERRAS” Lei de M. 2979 de 1069, acelerando o processo de privatização das terras públicas no Maranhão e tendo como efeito maior concentração de terras e intensificação dos conflitos agrários.

A Delegacia da CONTAG encerrou suas atividades no Maranhão, quando em 1972 foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA). Ela foi fundada em dois de abril de 1972, em Assembléia Geral realizada no Seminário Santo Antonio, em São Luis. Esta assembléia foi dirigida pelo Delegado Augusto e pelo dirigente da CONTAG Acácio Fernandes dos Santos. Existiam então no Estado doze STRs, sendo que apenas oito participaram do ato de fundação. Com este ano de criação a Delegacia Regional encerrou automaticamente suas atividades.

A FETAEMA foi oficialmente reconhecida em 25 de maio de 1973. O Ministro do Trabalho e Previdência Social, Julio Barata, atendendo a requerimento dos STRs de Arari, Balsas, Chapadinha, Mirador, Rosário, São Bernardo, Supupira do Norte e Tutóia, resolveu aprovar o respectivo estatuto e reconhecer a FETAEMA, assinando a Carta Sindical. O **Diário Oficial da União**, de 28 de junho de 1973, publicou o ato de reconhecimento. Da primeira diretoria eleita na fundação constavam representantes dos STRs de Tutóia, Chapadinha e Arari, enquanto que da primeira diretoria efetiva para o triênio 1973-1976 os representantes eram dos STRs de Buriti, Bacabal e Mirador.

Um ano e dois meses depois da criação da FETAEMA, em julho de 1973, havia no Maranhão um total de 87 STRs, sendo que 37 já haviam sido reconhecidos oficialmente, enquanto que os demais, em número de 50, encontravam-se

em vias de reconhecimento. O número de trabalhadores rurais associados totalizava 64.728.

Os STR reconhecidos eram os seguintes:

Nº	NOME	PROCESSO	DATA	Diário Oficial da União
1	STR de Chapadinha	MTPS/307.	24-04-69	18-06-69
2	STR de Rosário	MTPS/151.	03-12-63	03-04-64
3	STR de Urbano Santos	MTPS/317.	21-08-68	31-10-68
4	STR de Ararí	MTPS/302.	03-05-71	02-06-71
5	STR de Balsas	MTPS/101.	15-04-70	-----
6	STR de Mirador	MTPS/106.	20-09-71	25-10-71
7	STR de Santa Inês	MTPS/110.	01-07-68	26-08-69
8	STR de São Bernardo	MTPS/166.	17-11-68	22-12-69
9	STR de São Luís	MTPS/385.	11-06-70	-----
10	STR de Sucupira do Norte	MTPS/300.	17-05-71	-----
11	STR de Tutoia	MTPS/319.	20-09-71	25-10-71
12	STR de Bacabal	MTPS/308.	28-08-72	04-09-72
13	STR de Vitória do Mearim	MTPS/326.	23-08-72	04-09-72
14	STR de Buriti	MTPS/330.	13-12-72	22-12-72
15	STR de Parnarama	MTPS/330.	30-03-73	02-05-73
16	STR de S. Raimundo Mangabeira	MTPS/331.	13-02-73	09-03-73
17	STR de Esperantinópolis	MTPS/329.	19-05-73	28-06-73
18	STR de Cajari	MTPS/329.	19-05-73	28-06-73
19	STR de Matinha	MTPS/333.889/72	19-05-73	28-06-73
20	STR de Igarapé Grande	MTPS/303.930/73	19-05-73	28-06-73
21	STR de Mirinzal	MTPS/303.531/73	19-05-73	28-06-73

22	STR de Brejo	MTPS/333.888/72	19-05-73	28-06-73
23	STR de Bequimão	MTPS/324.107/72	29-05-73	28-06-73
24	STR de Alcântara	MTPS/335.611/72	31-05-73	28-06-73
25	STR de Pindaré-Mirim	MTPS/333.867/72	09-05-73	14-06-73
26	STR de Codó	MTPS/310.871/71	09-05-73	14-06-73
27	STR de Timbiras	MTPS/329.741/72	09-05-73	14-06-73
28	STR de Lago do Junco	MTPS/308.623/72	09-05-73	28-06-73
29	STR de Caxias	MTPS/335.986/72	09-05-73	14-06-73
30	STR de Monção	MTPS/301.672/72	30-03-73	10-05-73
31	STR de Timon	MTPS/388.822/72	-----	-----
32	STR de Barreirinhas	MTPS/331.984/72	17-04-73	14-05-73
33	STR de Araióses	MTPS/-----	-----	-----
34	STR de Itapecuru Mirim	MTPS/-----	-----	-----
35	STR de Morros	MTPS/-----	-----	-----
36	STR de Sto. Antônio dos Lopes	MTPS/-----	-----	-----
37	STR de Paraibano	MTPS/-----	-----	-----
	FETAEMA	MTPS/322.667/72	25-05-73	28-06-73

O crescimento vertiginoso do número de Sindicatos se, por um lado, pode ser atribuído à uma atuação eficaz da Federação, de outro encontra sua razão de ser na aprovação da Lei Complementar Nº 11, de 25 de maio de 1917, que criou o Pro-Rural conhecido também como Funrural.

Com ela o aumento do número de associados e a fundação de novos S.T.Rs. passaram a estar ligados aos contingentes de população trabalhadora inativa. Os serviços médicos e a aposentadoria por velhice se incluíam nos benefícios previstos. Os trabalhadores rurais com idade acima de 65 anos passaram a ser beneficiados com o recebimento de metade do salário mínimo regional. Para que pudessem usufruir dos benefícios exigia-se que a documentação necessária fosse assinada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município em que residia o beneficiado.

Os próprios políticos regionais passaram a usar de sua influência para fundar sindicatos e conseguir um rápido reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho.

Certas regiões, que não tinham grande tradição de organização, nem de mobilização de trabalhadores rurais e nem estavam conhecendo uma situação de constantes conflitos passaram a concentrar elevado número de entidades. A Baixada Ocidental Maranhense, região densamente povoada e com expressivo contingente de eleitores, passou a ter 7 S.T.Rs. (Ararí, Vitória do Mearim, Cajari, Matinha, Mirinzal, Bequimão e Alcântara) contra 6 (Caxias, Codó, Parnarama, Timbiras, Timon e Itapecuru-Mirim) da região do Itapecuru, que nos tempos da ATAM possuía o maior número de associações, contra 5 da região do Mearim (Bacabal, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago do Junco e Santo Antônio dos Lopes) que no período dos Sindicatos dos Produtores Autônomos tivera prevalência; e contra 3 da região do Pindaré (Santa Inês, Pindaré-Mirim e Monção), região que antes fora marcada pelos “Sindicatos Clandestinos”.

A fundação de Sindicatos e a sua concentração numa determinada região não mais correspondiam à intensidade das lutas que nela se desenvolviam. Foi desfeita a correspondência entre as áreas geográficas em que agremiações se instalavam e os centros de luta e de mobilização política.

A territorialidade limitada por lei (a cada município corresponde um S.T.R. e somente um) impôs novos contornos à filiação e ao raio de alcance de sua ação. As regiões com maior número de municípios naturalmente, passam a ter um número mais elevado de entidades. Só podendo existir um S.T.R. por município é obvio que a Baixada Ocidental Maranhense, com seus vinte e dois municípios, sempre terá um número de S.T.R. superior às demais regiões do Estado, se mantida esta divisão político administrativa do início dos anos 1980-90.

As organizações sindicais que em períodos anteriores estavam sendo acionadas pelas oposições para derrubar os situacionistas ou que encontravam grande perseguição por parte dos detentores do poder municipal passavam agora, com frequência, a serem controladas por eles. Foram absorvidas institucionalmente pelos esquemas de dominação política. Os Sindicatos que se dispunham desta forma ficaram conhecidos como “Sindicatos-Funrural” ou sindicatos assistencialistas. Recusam-se a encaminhar as reivindicações e funcionam à molde das instituições públicas, coonestando o poder. Dependendo de recursos obtidos a partir de convênios com o Funrural tornaram-se presa fácil dos políticos regionais. Em sua maioria funcionaram como redutos eleitorais da ARENA nas eleições de 1972, 1974, 1976 e 1978.

Outros Sindicatos, todavia, se mantiveram numa linha de autonomia e independência face ao Governo, a Igreja e a forças políticas externas ao movimento camponês. Encaminharam as reivindicações e lutas a nível local e participaram ativamente do II Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais promovido pela CONTAG em 1973, exigindo uma reforma agrária que assegurasse o acesso à terra aos que nela trabalham. Diversos destes S.T.Rs. sofreram intervenção nos anos 70, tais como os de Imperatriz e de Santa Luzia.

Estas intervenções e o próprio recrudescimento dos conflitos evidenciaram uma presença mais forte do Estado em determinadas regiões do Maranhão. Com a implantação dos projetos agropecuários, aprovados pela SUDAM, que usufruem de incentivos fiscais e ocupam milhões de hectares uma multiplicidade de órgãos governamentais instalaram-se na Pré-Amazônia Maranhense. O recrutamento ilegal de trabalhadores rurais para os desmatamentos se generalizou, assim como, a ação dos grileiros. Os conflitos determinados pelo processo de expropriação da terra passaram a ter uma expressão mais contundente, não obstante haver grileiros, que insistem na usurpação das terras e na cobrança de renda e os chamados gatos que organizam uma rede ilegal de recrutamento de mão-de-obra para os projetos agropecuários<sup>39</sup>.

Os posseiros e os povos indígenas ficaram como que encurralados nas proximidades das cabeceiras dos rios Carú, Gurupi e Pindaré. A formação de pastagens para os rebanhos em crescimento na região e a presença de jagunços e pistoleiros para intimidar e despejar os posseiros tem provocado uma ativa resistência<sup>40</sup>.

---

39 Vide Esterci, Neide – “Peonagem na Amazônia”. *Revista Dados*. Nº 20. IUPERJ, 1979, pp. 123-133.

40 Vide Mourão, Laís – “Campesinato e terras livres no Maranhão”. *Cadernos do CEAS*, Nº 46. adernos do CEAS, Nº 46.



Enterro de João Palmeiras, ex-presidente do STR de Imperatriz, 1975

Neste processo de expropriação com base na violência algumas lideranças sindicais foram assassinadas ou feridas. O ex-Presidente do S.T.R. de Imperatriz sr. João Palmeiras Sobrinho foi morto por jagunços no mês de janeiro de 1975. Segundo versão divulgada pelo jornal **O Imparcial**, de 14 de janeiro de 1975, João Palmeiras encontrava-se, ao meio dia, num “tijupá” no meio de sua roça com alguns companheiros de trabalho, quando foi atacado por doze homens armados de revólveres, peixeiros e facões. Um pequeno combate foi travado e foram mortos três trabalhadores rurais sendo João Palmeiras um deles. Sairam também feridos o gerente da fazenda Pindaré, conhecido como Curica, e um jagunço.

Em agosto de 1979 o grileiro Antônio Abreu assassinou o trabalhador rural Firmino Guerreiro, em Bom Jardim, e feriu um outro trabalhador e o Presidente do S.T.R. de Bom Jardim. O grileiro cobrava ilegalmente renda dos posseiros

na área do Rio Carú<sup>41</sup>. Neste mesmo mês em Barra do Corda, nos povoados de São Pedro dos Cacetes e Arame, foram mortos dois guajajara e vários feridos ao tentarem defender as suas terras, que vem sendo invadidas desde o início dos anos 60.

Em outubro de 1980 o grileiro Classídio Teixeira Soares Pires foi morto juntamente com dois pistoleiros após oito anos de agressões físicas, destruição de casas e roçados e outras violências contra as famílias de posseiros, que habitavam o povoado de Floresta, no município de Santa Luzia. Dirigiam-se de automóvel para o povoado armados de revólveres e “espingardas 20” três dias após a realização de uma audiência com o Juiz de Santa Inês em que os lavradores exigiam de Classídio indenização de 30 linhas de roça, sapecadas por fogo ateadado por um de seus capangas. Foram surpreendidos por uma “saraivada” de balas. “Na troca de tiros o grileiro e os dois pistoleiros caíram mortos”<sup>42</sup>.



“Bom Jardim: ato público após o assassinato do lavrador Firmino Guerreiro”, Foto: Tati.

41 Cf. *Diário do Povo*. São Luís, 16-08-79, p. 7.

42 Leia-se “Relatório do Conflito Povoado FLORESTA”. São Luís, FETAEMA.1980, pp. 9, 10 (mimeo).

Mediante os conflitos em Parnarama, Bom Jardim e Imperatriz e a ameaça constante que paira sobre os posseiros, verifica-se que formas de organização originais têm despontado.

Alternativas de organização, quando o estoque de terras disponíveis já não é abundante e ainda prosseguem chegando trabalhadores rurais do Nordeste, tem levado os posseiros a medidas de auto defesa, independentes do Sindicato, regulando o acesso aos meios de produção. Os trabalhadores do povoado de São Pedro de Água Branca, município de Imperatriz, conceberam um Estatuto da Terra Cabocla defendendo o “direito de cultivarem suas terras sem a praga do capim colônio espalhado por fazendeiros e grileiros”.



“Parnarama: discurso do representante da CONTAG, Francisco Urbano, Secretário geral da CONTAG, na Assembléia de Trabalhadores Rurais”, agosto de 1979. Foto: Leonardo Carneiro

## “ESTATUTO DA TERRA CABOCLA

### Os dados do Estatuto da terra que precisamos.

At: Expressamente aquele que não se assujeitar aos artigos dêste Estatuto, será punido. Pelo mesmo.

At: A Lavoura será dividida em ações: as ações de compra e paga à ação (sic). Será expressamente proibido, aqueles que moram fora da área, vim por roças aqui dentro desta área requêida.

At: A lavoura só pode ser começada, depois de 2 equitares e meio.

At: Proibido compras de ações para pessoas particulares.

At: Ficará proibido o desvasto de qualquer tipo de palmeira.

At: Também ficará proibido o sementeamento de capins, a não ser de comum acordo com a comunidade. O de Cadeias Cr\$ 500,00 por linha; Outra o derribamento de palmeira, terá a multa de Cr\$ 800,00 por palmeira e 90 dias de cadeias.

At: Proibido andarem armados dentro da comunidade.

At: Proibido expressamente criatório soltos ou piados. Será multado também aquele que desobedecer.

At: As leis permitem qualquer um fazer seu plantio de sítio. Para o bem da economia social.

At: Na época da limpeza dos piques desta terra toda terra já requerida. (sic). Ao terminado o pagamento da terra as ações continuam. Em benfeitoria da comunidade.

At: Na época da limpeza dos piques desta todo povo da comunidade terá a obrigação a ajudar neste serviço de limpeza.

At: Também a comunidade exige que ficará 50 metros de florestas afastadas dos piques desta mesma terra.

At: A comunidade irá separar 4 áreas desta terra, para conservas de madeiras para serviços comunitários.

At: Ficará também livre a 20m: as águas, deste local.

At: Por acaso ficar algum proprietário dentro desta área falada de acôrdo com seus documentos legais. A comunidade terá que respeitar o proprietário, de acordo com êste estatuto.

Parágrafo 1º - Obrigação do Proprietário apresentar seus documentos legais suas dimensões, e o estatuto de sua propriedade.

At: O proprietário que não estiver seus documentos legais. Não será de acordo com a comunidade e nem com o Estatuto. E não terá direito de protestos contra a lei deste Estatuto.

At: Os proprietários que não tiverem documentos ficarão obrigados pela lei

deste Estatuto, pagar suas ações anuais de acôrdo com sua propriedade. De acordo com o preço do valor da terra.

SS: Não terá direitos de protesto a lei deste Estatuto.

At: Por acaso dentro desta área aparecer palmeiras devoradas, a comunidade exigirá Cr\$ 300,00, por cada. Depois que a comunidade cobrar esta multa, a própria comunidade entregará em depósito ao Banco do Estado. Para ser paga a lei estipulada a Florestal. Também sem direito a protesto.

At: Nenhum lavrador poderá ter condições de comprar ações prevenindo ao futuro ano. Não terão valor ações deste ano, para o próximo ano.

At: Aquê que desobedecer as leis desse Estatuto, não terá direito a permanência na comunidade. Este não terá o direito a protestar e nem a indenizações. De acôrdo com o artigo 17º, parágrafo I.” (sic)

Cf. O **Progresso**. Imperatriz, 17 de março de 1976, pp. 2. (sic)

As disposições deste Estatuto regulam o usufruto comum de uma extensa área em que habitam e cultivam centenas de famílias camponesas. O termo Estatuto é vivido como legítimo e sugere inspirado no vigente Estatuto da Terra, instituído em 1965. Membros de entidades confessionais e do clero tem acompanhado de perto experiências de ordem e estimulado os povoados a se apropriarem da terra segundo sua concepção particular de posse e propriedade.

As entidades confessionais tem se voltado para uma ação pedagógica junto aos posseiros e demais trabalhadores rurais destas áreas notadamente a partir de 1975. Até então o clero se organizou prioritariamente num trabalho de solidariedade ativa aos posseiros, tentando através de cartas e ofícios sensibilizar as autoridades competentes para a resolução dos conflitos de terra. A própria hierarquia eclesiástica assumiu esta posição de denúncia, visto que as lideranças e movimentos leigos desde 1966 se tornaram independentes da instituição. O próprio episcopado chamou a si a organização da prática pastoral.

Em 28 de agosto de 1973 os bispos da Província Eclesiástica do Maranhão reuniram-se em Caxias e enviaram uma Carta ao Presidente do Incra solicitando uma intervenção favorável aos posseiros frente às ações de grilagem e à implantação dos projetos agropecuários. Este documento foi enviado nos seguintes termos:

**“CARTA AO PRESIDENTE DO INCRA  
Caxias, 30 de agosto de 1973  
Exmo. Sr. Dr. Walter Costa Porto  
Presidente do INCRA**

Nós, bispos da província Eclesiástica do Maranhão, reunidos na cidade de Caxias do Maranhão, nos dias 28, 29 e 30 deste mesmo mês de agosto, para estudar os problemas pastorais das nossas dioceses e prelazias, deparamo-nos com um grande obstáculo, talvez o mais gritante, à Evangelização entre nós, o clima de insegurança, medo e opressão em que se encontra o nosso homem do campo, na conjuntura do nosso Estado.

Por força da nossa missão de pastores, não nos podemos omitir, face às graves injustiças que esmagam a pessoa humana.

A implantação de grandes projetos agropecuários por parte das companhias de fora, provocando:

Expulsão dos posseiros já por longos anos radicados naquelas terras;  
Êxodo de famílias pobres sem nenhuma garantia e em condições sub-humanas.

Isso vem agravando uma realidade já existente:

Títulos falsos de posse;  
Interferência da polícia em favor dos opressores.

Somos conscientes de que o desenvolvimento acarreta tensões e crimes.

Reconhecemos também que a Igreja não é obstáculo ao desenvolvimento. Bem ao contrário.

Contudo, não aceitamos como verdadeiro desenvolvimento o que desrespeita a Pessoa Humana.

Queremos continuar o diálogo já iniciado com V. Excia., por nosso irmão no episcopado, D. Pascácio Rettler, bispo de Bacabal, num encontro em Brasília no dia 8 deste mês de agosto, dirigimos a V. Excia., solicitando:

Pesquisa séria e imediata sobre os casos de conflitos sobretudo nas áreas das dioceses de Bacabal, Carolina e Viana;  
Solução humana e justa nos casos de indenização e das inevitáveis mudanças de lavradores para outras áreas;  
Condições previamente estabelecidas e legalmente asseguradas para as famílias e lavradores pobres que se encontram forçados a migrar;

Salvaguarda dos direitos à terra adquiridos pelos camponeses;  
Maior atenção do INCRA para que o processo de mudança se faça respeitando os direitos do Homem.

Confiantes na sua Colaboração,

Atenciosamente

João da Motta, Arc. de São Luís do Maranhão

Luís G. Marelim, Bispo de Caxias

Pascásio Rettler, Bispo de Bacabal

Rino Carlesi, Bispo de Balsas

Francisco Hélio Campos, Bispo de Viana

Frei Marcelino Sérgio Bicego, Bispo de Carolina

Valentino Lazzari, Bispo de Grajaú

Afonso de Oliveira Lima, Bispo do Brejo

Carmelo Cassati, Bispo Aux. de Pinheiro

Guido M. Cassullo, Bispo de Cândido Mendes

Afonso M. Ungarelli, Bispo da Prelazia de Pinheiro

Manoel Edmilson da Cruz, Bispo Aux. de São Luís do Maranhão.”



Em dezembro de 1973 Dom Francisco Hélio Campos, Bispo de Viana, denuncia em carta à CNBB as arbitrariedades da polícia militar contra lavradores no local Encruza-Nova. Um comunicado da CNBB, divulgado logo depois, sintetiza esta ocorrência de conflito:

**“PROBLEMAS NO MARANHÃO**  
**(Comunicado mensal da CNBB, janeiro de 1974)**

O Secretário-Geral da CNBB, com o intuito de ajudar a resolver um grave problema, decide-se publicar a seguinte carta de Dom Francisco Hélio Campos, Bispo de Viana, no Maranhão, com data de 16 de dezembro de 1973:

“Recebi a sua carta-resposta ao telegrama sobre as arbitrariedades da Polícia do Maranhão, sediada aqui em Viana, contra pobres lavradores, no local Encruza-Nova.

Muitos outros acontecimentos continuam a se desenrolar, não somente naquela área, mas em muitas outras. Toda a região da diocese presencia a violenta opressão, sob as vistas e com a aprovação das autoridades estaduais, já bem informadas sobre todos os fatos. Tais informações lhes foram feitas tanto por escrito como pessoalmente, em frequentes tentativas de diálogo. Que fazer? Para quem apelar? As autoridades estaduais querem tais realidades? As federais? O pobre tenta defender-se: é “subversão”.

Por meio de advogados, os lavradores, a quem me referi no telegrama, foram soltos. Mas já estão voltando à prisão. Li uma das intimações. Desta vez o bispo também está denunciado como o subversivo. Estou procurando maiores detalhes.

Acaba de chegar às minhas mãos um abaixo-assinado dos caboclos para o prefeito de Viana, comunicando os últimos acontecimentos. Consegui fotocopiar e estou juntando a esta.

Logo, seja possível enviarei um relatório detalhado sobre todos os acontecimentos.

Feliz Natal”

O abaixo-assinado, mencionado na carta, leva a assinatura de 47 agricultores e é do seguinte teor original:

“Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Viana.

Nós abaixo assinados vimos comunicar-lhe que estamos aterrorizados com o tiroteio do Sub-tenente José Francisco dos Reis na Residência do Sr. Sampaio há três dias que está aqui; de vez em quando ouvimos tiros, ele diz que está sondando as coisas aqui e que a missão dele é essa que ele está aqui pra guerriar.

Então o Sr. como autoridade pedimos o vosso auxílio e compreensão. Nós caboclos de Encruza-Nova estamos aterrorizados.

Encruza-Nova, 14 de dezembro de 1973.”

Tais atos de denúncia e cobrança das autoridades públicas asseguram sem dúvida uma repercussão ampla de questões relativas à expropriação de terra. Os bispos passaram, inclusive, a ser considerados como líderes ou dirigentes dos movimentos sociais no campo, que mobilizam posseiros e foreiros. Entretanto, do ponto de vista da capacidade efetiva de mobilização não foram tão profícuos. Decidiram, pois, transcender à simples denúncia e retomar posições que tem levado o episcopado a rever sua atuação, canalizando esforços e recursos para uma ação pedagógica sistemática, interrompida desde que a ação do MEB passou a ser duramente reprimida. Esta nova posição evidencia um maior controle da hierarquia sobre a militância, considerando a ação do MEB muito autônoma.

Os bispos conceberam formas de organização relativas aos problemas do campo, às questões indígenas e aos problemas dos operários e demais populações das denominadas “periferias”. É a partir da incorporação dos leigos, agora dirigidos diretamente pela hierarquia eclesiástica, desenvolveram programas pastorais.

Em 1975 os Bispos que atuavam na área da Amazônia criaram a Comissão Pastoral da Terra (C.P.T.). Pretendiam dar assistência aos camponeses e auxiliar no levantamento fundiário e na titulação das terras. O trabalho correspondia à Linha 6 da C.N.B.B.: Ação Missionária. Nos anos seguintes a C.P.T. tinha criado representações em todos os estados e, hoje, já pertence à Linha 2, que amplia seu campo de atuação. A Linha 2 intitula-se: “A presença da Igreja no mundo”. Os clérigos que são indicados seus coordenadores regionais tem que ter autorização expressa do Bispo da diocese a que pertencem. A prática pastoral subordina-se e é acompanhada pela hierarquia.

Coordenada inicialmente pelo Pe. Victor Asselim, a C.P.T. do Maranhão desde fins de 1979 é dirigida pelo Pe. Xavier G. de M. d’Ableiges e tem se preocupado não apenas em dar assistência aos trabalhadores rurais, mas sobretudo em organizar cursos de educação sindical e apoiar os trabalhadores rurais em suas reivindicações fundamentais.

Um levantamento da CPT- Maranhão arrolou 128 conflitos de terras no estado no decorrer de 1979<sup>43</sup>. Na mesma direção um relatório sobre conflitos de terra no Maranhão apresentado pela CONTAG ao Ministro da Justiça, em fins de agosto de 1979, faz referência explícita a “um clima de guerra dominando a região, onde a cada combate, as vítimas das violências, os trabalhadores, são também os únicos que sofrem a ação policial, pois somente eles são presos, enquanto os seus algozes continuam desfilando e empunente pelas ruas, praticando novas violências e arbitrariedades.”<sup>44</sup>(vide anexo).

A questão agrária no Maranhão permanece, assim, desenganadamente agravada. Manteve-se, todavia, o crescimento do número de sindicatos. Em dezembro de 1980 já haviam sido fundados no Maranhão 129 S.T.R. sendo que dentre estes 108 encontram-se devidamente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. O Maranhão possui 130 municípios. Neste mesmo dezembro a FETAEMA possuía 305.298 associados no Maranhão. A bandeira de reforma agrária a partir do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília, foi confirmada e aprofundada no seio do movimento sindical dos trabalhadores rurais. A delegação Maranhense ao Congresso considerou principalmente a resolução que reivindica uma reforma agrária ampla e massiva, ou seja estendida ao maior número possível de trabalhadores rurais (em todas as suas categorias) e realizada de forma simultânea, em grande escala.

Quanto às formas de organização, neste Congresso ficou decidido que os trabalhadores do campo lutarão constantemente para que seus sindicatos mantenham-se livre e autônomos com os próprios trabalhadores decidindo sobre os destinos e as lutas de suas organizações.

Esta autonomia é um desafio colocado ao movimento sindical dos trabalhadores rurais do Maranhão, num momento em que a proximidade das eleições para o governo estadual e os municípios tem levado o poder político estadual e o partido oficial a tentar arregimentar apoio eleitoral através de concessões às entidades sindicais e a determinadas camadas de trabalhadores rurais. Estas concessões vão desde o fornecimento de recursos para a recuperação das sedes das entidades, para a aquisição de equipamentos até a atuação do GETAT e da Comissão Estadual de Terras (CETER) nas chamadas desapropriações por interesse social<sup>45</sup>.

---

43 “No Maranhão, a Comissão Pastoral da Terra faz um levantamento e constata 128 áreas de conflito”. *O São Paulo*. São Paulo, de 25 a 31 de janeiro de 1980, pp. 6-7.

44 “Portella recebe denúncia sobre grilagem”. *O Imparcial*. São Luís, 23 de agosto de 1979, pp. 7.

45 Para um aprofundamento leia-se: Almeida, Alfredo Wagner B. de – “A Segurança Nacional e o

O governo federal em setembro e outubro de 1980 desapropriou cerca de 110 mil hectares no Maranhão beneficiando a quase 4 mil famílias de posseiros<sup>46</sup> em áreas consideradas de “tensão social”. Existe o propósito de neutralizar o movimento dos posseiros e de subordinar as lideranças sindicais à ação do partido oficial, engrossando assim as suas fileiras. Neste contexto é que o problema da autonomia dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Maranhão se coloca como um desafio atual aos dirigentes sindicais.



Revigoração do Poder Regional”. *Cadernos do CEAS*, Nº 71, janeiro-fevereiro de 1981, pp. 25-38.

46 Em 24 de setembro foi assinado um decreto pelo Presidente da República, desapropriando cerca de 50 mil ha numa área conhecida como Matinha, situada nos municípios de Pio XII, Olho D’Água das Cunhãs e Vitorino Freire. Nesta área vivem 1 mil e 500 famílias há 60 anos na condição de posseiros (*Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 1980).

Em 21 de outubro de 1980 uma área de quatro mil hectares denominada Data Piratinga situadas nos municípios maranhenses de Bacabal e São Luís Gonzaga foi declarada pelo Presidente da República de interesse social para efeito de desapropriação. (*Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1980).

O presidente autorizou o INCRA a desapropriar os imóveis rurais Santa Rosa II, Cana Brava e Bonito com área total de 53 mil 614 ha nos municípios maranhenses de Caxias, Matões e Timon para regularizar a situação de duas mil famílias de posseiros. (*Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1980).



# ANEXO I

## RELATÓRIO DA CONTAG

“CONTAG  
OFÍCIO Nº - AJ/2178/79  
Brasília (DF), 20 de agosto de 1979.

Exmo. Sr.  
Dr. PETRÔNIO PORTELLA  
DD. Ministro da Justiça  
Esplanada dos Ministérios  
Ministério da Justiça – 4º andar  
BRASÍLIA – DF  
Senhor Ministro,

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, órgão máximo de representação sindical, coordenação e defesa dos integrantes da categoria profissional dos trabalhadores rurais, vem, pelo presente, manifestar sua apreensão quanto ao estado de verdadeira beligerância, que vem causando intranquilidade a toda população rural do Estado do Maranhão, assolada por um clima de terror, violência e abusos, praticados por profissionais da grilagem, os quais contam, não raras vezes, com a conivência de autoridades policiais.

A violência domina todo o Estado do Maranhão, principalmente os municípios de Barra do Corda, Bom Jardim, Coroatá, Esperantinópolis, Imperatriz, Parnarama, Governador Eugênio Barros, Porto Franco, Santa Luzia e Timbiras, onde se localizam os conflitos conhecidos mais graves.

A Indústria e o Comércio de Terras desenvolvem-se intensamente. Comerciantes de terras públicas usam todos os meios possíveis e imagináveis para satisfazer seus desígnios, desde o mais escuso até o mais violento.

A ação criminosa de grilagem, em sua ânsia especulativa vai da falsificação ao homicídio, passando pela expulsão arbitrária de posseiros sem mandado judicial; queima de plantações e moradias; espancamentos; atentados, etc. Os conflitos se multiplicam, gerando uma caótica tensão social, onde a grilagem é praticada ao arrepio da lei e da justiça, favorecida pela conivência de autoridades e políticos que, devido ao seu comprometimento, assumem importante parcela de responsabilidade nos desmandos que são cometidos no meio rural.

Há um clima de guerra dominando a região, onde, a cada combate, as vítimas das violências, os trabalhadores, são, também, os únicos que sofrem a ação policial, pois somente eles são presos, enquanto os seus algozes continuam desfilando livre e impunemente pelas ruas, praticando novas violências e arbitrariedades.

Uma síntese rápida dos fatos relatados nos documentos anexos, que nos foram enviados pela FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO – FETAEMA e vários de seus Sindicatos filiados (BARRA DO CORDA, BOM JARDIM, COROATÁ, ESPERANTINÓPOLIS, IMPERATRIZ, PARNARAMA, PINHEIRO, PORTO FRANCO, SANTA LUZIA e TIMBIRAS) é suficiente, a título de exemplificação e amostragem, para informar a natureza e extensão do quadro de beligerância existente em todo o Maranhão.

## 1 – BARRA DO CORDA

1. São Pedro dos Cacetes e Arame (Grajaú/Barra do Corda). Conflito entre brancos e índios, no dia 02 de agosto de 1979, resultou em morte de 2 índios e 1 branco e vários índios feridos.

Os índios foram metralhados em suas aldeias, por pessoas armadas, de dentro de uma camioneta C-10. Como os posseiros não tem metralhadora nem C-10, é de se supor que haja grileiros interessados no conflito.

O Deputado Fernando Falcão teria ordenado, no povoado, que nenhum comerciante vendesse aos índios ou comprasse seus produtos de artesanato.

2. Santa Vitória, Alaguinhas e Anapurus. Cerca de 800 lavradores, 3.500 pessoas, estão ameaçados de despejo por grileiros, entre eles, os irmãos Raimundo de Carvalho e Luís de Carvalho, que estão movendo as ações na Justiça contra os posseiros.

Os irmãos, segundo o relatório do advogado do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais, “já estiveram na área com delegado de polícia e o capitão chefe do destacamento de Barra do Corda, que falaram em nome da Secretaria de Segurança do Estado e do próprio Vice-Governador, de quem diziam cumprir ordens, e suspenderam o trabalho de todos esses lavradores, ordem esta que o delegado já está desdizendo”.

## 2. BOM JARDIM

Na noite do último dia 06, um trabalhador rural, Firmino Guerreiro dos Santos, foi assassinado, e outro, Basílio Paulo Batista de Araújo, foi ferido pelo grileiro Antônio Abreu.

Os dois trabalhadores se encontravam na casa de Elizeu Alves Costa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim, quando o grileiro chegou num jipe acompanhado por pessoas, que não chegaram a saltar. Antônio Abreu advertiu o dirigente sindical para que não mandasse os trabalhadores “invadir suas terras”. Como Elizeu argumentasse desconhecer quais eram sua terras, o grileiro deu-lhe uma bofetada, derrubando-o no chão.

Quando Elizeu tentou levantar-se, Antônio sacou um revólver. Firmino segurou-o para defender o companheiro e levou um tiro no pescoço, morrendo imediatamente. Basílio procurou interceder e foi ferido nos testículos. O grileiro correu até o jipe, apanhou um rifle e voltou para matar Elizeu, tendo sido contido por um conhecido. Francisco das Chagas Conrado, que passava pelo local. Fugiu em seguida, anunciando que voltaria dentro de 15 dias para acabar com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Até agora, embora se sabia que se encontra em Bom Jardim, não há informação que tenha sido preso.

Há mais de 15 anos, 285 famílias moram no povoado de São João do Carú, às margens do rio Carú, município de Bom Jardim.

Em 1977, o Sr. Antônio Abreu, proprietário de uma usina de beneficiamento de arroz e temido na região por causa de 8 crimes que teria cometido e ficado impune, adquiriu as benfeitorias de um trabalhador num povoado vizinho a São João. Ao iniciar a demarcação de suas terras, Antônio Abreu tentou invadir as posses dos trabalhadores de São João.

Os trabalhadores reagiram através do Sindicato, e o grileiro sustou a invasão. No início de 1979, no entanto, voltou a investir contra os trabalhadores, exigindo que lhe pagassem a renda da terra que ocupavam. Em maio, período de colheita, enviou um primo para cobrar a renda e anotar o nome dos que se recusassem, que somaram 32. No fim de junho, o próprio Antônio Abreu, acompanhado

por seis capangas, foi ao povoado, ameaçou os posseiros com tiros, forçou quase todos a pagarem, embora estes reagissem, exigindo que o grileiro exibisse documentos que comprovassem a propriedade da terra.

Nessa ocasião, Antônio Abreu anunciou publicamente que mandaria surrar o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em virtude da orientação que vinha dando aos trabalhadores no sentido de continuarem plantando e não pagarem renda, porque as terras eram devolutas e pertenciam ao Governo do Estado do Maranhão. Já no início de junho, o Presidente do Sindicato recebeu uma carta de um pecuarista da região, advertindo-o de que Antônio Abreu estava lhe preparando uma cilada e que o mataria caso não mandasse os trabalhadores pagar a renda. Os fatos que se seguiram só fizeram corresponder ao aviso da carta.

Ocorre que o Sr. Antônio Abreu não é proprietário de nenhum imóvel em Bom Jardim, conforme atesta o Cartório da Comarca, nem tampouco requereu junto à Companhia de Colonização de Terras do Maranhão (COTERMA) a compra ou discriminação de nenhuma terra na região.

### 3. COROATÁ

1. Alto Alegre: Desde abril de 1977 que as famílias de Alto Alegre, que inclui 14 povoados, além do grande povoado de Alto Alegre, onde residem 4.500 pessoas, vêm sofrendo todo tipo de ameaças e violências do fazendeiro Antônio Carlos de Castro Marão, diretor superintendente da Companhia Cachucha e Pastoril, que se diz dono de mais de 13 mil e 500 hectares. Os moradores estão proibidos de quebrar babaçu e o fazendeiro quer impor-lhes contatos de arrendamento ilegais. Os despejos se sucedem, quase sempre acompanhados de violência: destruição com trator ou queimas de roças e casas, prisões ilegais e com o auxílio da polícia de São Mateus, Livramento e Coroatá.

Em abril do corrente ano, Dona Maria Brito Oliveira foi expulsa de sua terra, povoado de Matinha, indo se estabelecer em outro povoado, dentro da terras de Marão, Livramento. A polícia de Livramento tirou-a de sua casa, jogando-a fora das terras do fazendeiro. No final de junho, Antônio dentista, um dos prepostos do fazendeiro, botou fogo em duas roças. No dia 20 de julho, Hermiro de tal, encarregado do Sr. Marão, apropriou-se indevidamente de madeira destinada à construção da escola da comunidade. No dia seguinte ateou fogo à roupa de um trabalhador que tomava banho no Igarapé Andiroba. No mesmo dia, apropriou-se de madeira de outro morador e tentou derrubar casa no povoado de Matinha.

Ameaças seguidas são feitas ao delegado sindical e o Sr. Marão declarou

publicamente que não aceita o funcionamento da delegacia sindical em Alto Alegre.

No mesmo município de Coroatá, a polícia dá cobertura ativa a grileiros, em tentativas de desalojar pequenos agricultores, contando também com a conivência do juiz de Direito. Um dos grileiros do município é o subdelegado de polícia, Raimundo Claudino dos Santos.

#### 4. ESPERANTINÓPOLIS

1. 316 famílias dos povoados de São Raimundo, Jatobá, Lagoa Nova e Centro do Aureliano estão ameaçados de perderem terras para o grileiro Doca Bezerra, que se diz dono de 3 mil hectares sobre os quais está querendo usucapião, com a conivência de advogado do INCRA.

Capangas armados fazem ameaças às famílias. Polícia Federal chegou a apreender armas desses jagunços.

2. Lourival Manoel Martins (Louro) e João Martins, o primeiro dos quais colaborou com Doca Bezerra no caso anterior, estão tentando, a partir do povoado Centro do Roque, grilar mais 5 mil hectares de terras, ameaçando 319 famílias do povoado de Monte Castelo, Vão da Onça, Mumbuca, Três Rios, Surucaba, Tambuí e Centro dos Periquitos, cuja posses estão sendo invadidas.

Há no município um grupo de comerciantes de terras públicas que praticam a “indústria do usucapião” para a aquisição de terras com fins especulativos. Fazem transações ilegais em cartórios, cometendo violências contra famílias. Vendem as terras para grupos de fora do Estado. Os grileiros mais conhecidos: Miguel Fernandes Neto (Miguel Bento), José Pereira de Souza, Lourival Manoel Martins, Severino Fernandes Pimenta, João Martins, Zé Caiano.

3. No começo de junho de 79, oito homens armados, chefiados por José Gonçalves Neto, vulgo Gezon, investiram contra as famílias do povoado de São José (39 famílias), querendo cercar as casas, ameaçando incendiar as de quem reagisse.

No dia 24 de junho, prenderam um trabalhador e o levaram para a cidade. Este trabalhador acabou aceitando que cercassem sua posse.

4. Em 23 de junho de 79, o mesmo grupo investiu contra o povoado de “Ferro da Pipa”, invadindo a casa de dois posseiros, fazendo quebra-quebra de móveis e tentando estuprar a esposa de um dos moradores. Os posseiros fugiram para outro povoado. A polícia disse não ter força para intervir.

## 5. IMPERATRIZ (São Pedro Água Branca)

No dia 12 de agosto corrente, grileiro, depois de queimar roça de posseiro, quis levá-lo preso. Posseiro se defendeu dando facada no grileiro.

No dia seguinte, o grileiro invadiu a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz com a ajuda da PM, afirmando que o STR era acobertador de bandidos.

## 6. PARNARAMA

Eugênio de Sá Coutinho e seu filho, Ferdinando de Araújo Coutinho, disseminam o terror no município, praticando violências contra todos os que se recusam a atender suas exigências absurdas.

Nas localidades de Bacaba, Baixão Grande, Barro Preto, Brejelona, Centro dos Ferreiras, Guanandi, João Vito, Santa Clara, Santo Antônio, São Raimundo e Traguá, vivem cerca de 600 famílias de agricultores, num total de aproximadamente três (3) mil pessoas, que ocupavam posses mansa e pacificamente sem reconhecimento do domínio alheio.

A partir de 1977, os Srs. Eugênio de Sá Coutinho e Ferdinando de Araújo Coutinho, apareceram na região, exigindo de todos os pagamentos de arrendamento e exclusividade na venda da produção, sem comprovar a propriedade de terras, conhecidas como de domínio público. Aos que recusam, os Coutinho, pela força das armas, apoiados por capangas e jagunços, obrigam a atender suas exigências, praticando, entre outras, as seguintes violências:

1. Em 12 de outubro de 1977, com o auxílio de dez (10) capangas armados de rifles e revólveres expulsaram Luiz Ferreira dos Santos de sua terra;

2. Em 25 de outubro de 1978, com auxílio de capangas, obrigou Vicente de Raimundim a descarregar um caminhão de arroz, que esta havia comprado do lavrador Anselmo, que não lhe vendeu a produção. Descarregado o arroz, os Coutinho obrigaram que fosse novamente carregado, pagando preço inferior ao que anteriormente oferecera. Amedrontado, o lavrador Anselmo, foi obrigado a vender sua área aos Coutinho;

3. Em 10 de novembro de 1978, os Coutinho, auxiliados por capangas, invadiram a casa de Antônio Francisco Pires, subtraindo-lhe oito (8) sacos de coco babaçu e outras mercadorias;

4. Em 7 de maio de 1979, pela décima vez, invadiram a casa de Antônio

Genésio Veras;

5. Em 12 de maio de 1979, ameaçaram os lavradores do povoado de João Vito, afirmando que, se os mesmos não pagassem arrendamento, voltariam com 30 capangas para fazer a “cobrança”.

6. Em 19 de julho de 1979, voltaram à João Vito para cumprir a ameaça acima. Invadiram a quitanda de Raimundo Reis dos Santos, a quem amarraram e torturaram. Quebraram utensílios e destruíram mercadorias, além de dispararem cinco tiros no local.

## 7. GOVERNADOR EUGÊNIO DE BARROS

No último mês de outubro, um Coronel do Exército, Germano de Andrade Fontes, ameaçou 300 posseiros de recorrer ao Exército e à Polícia, caso insistissem em continuar plantando na terra que ele diz ser de sua propriedade. A ameaça está contida numa carta enviada ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Eugênio de Barros.

Há dezenas de anos, os posseiros vêm trabalhando nesta terra que hoje o Coronel Germano pretende transformar num grande curral, administrando-a através de preposto, uma vez que reside em Fortaleza.

Esse Coronel, que se vale de sua patente para intimidar trabalhadores, na defesa de seus interesses privados, teve acesso à terra de que se considera proprietário em condições, quando não, suspeitas. Trata-se de uma extensão de 8.100 hectares adquiridos em novembro de 74, pela irrisória quantia de Cr\$ 100.000,00 e hipotecados na Agência do Banco do Brasil de Caxias (Maranhão), sete meses depois, por Cr\$ 1.490.000,00.

## 8. PORTO FRANCO

No último dia 23 de julho, 15 posseiros foram presos pela polícia que os fez desfilar pelas ruas da cidade. Levados de volta ao povoado onde residem, esses posseiros assistiram a polícia saquear suas casas e levar tudo que lhes pertencia. No dia seguinte, a polícia voltou com o suposto proprietário das terras onde residem os posseiros e derrubou todas as casas, voltando no outro dia para incendiar o que havia sobrado. A situação é definida pelo Sindicato de Porto Franco como de calamidade e miséria: os posseiros perderam tudo, há mulheres e crianças doentes, já tendo sido registradas algumas mortes.

Desde 1915 os posseiros trabalham na região em terras que pertenciam à Prefeitura. Em 1974, apareceram os supostos proprietários da área apresentando documentos que afirmam serem legais.

## 9. SANTA LUZIA

1. Quilômetro 100 – 600 famílias ocupam uma área de aproximadamente 5.000 hectares, à margem da BR – 222, entre Santa Luzia e Açailândia. A área está sendo disputada pelo Senhor Lauro Ramos, que, no dia 13-07-79, compareceu ao local, acompanhado de militares do 50º Batalhão de Infantaria da Selva, que intimando o Delegado Sindical Edual Rodrigues Silva e alguns trabalhadores a comparecerem à sede do 50º B.I.S., onde os mesmos foram interrogados no dia 18-07-79. Não há notícia de inquérito instaurado contra eles. Insatisfeito, o Sr. Lauro Ramos, acompanhado de diversos elementos armados, no dia 05-08-79, voltou ao povoado, procurando o Delegado Sindical e os trabalhadores intimados, com a finalidade de espancá-los, não sendo encontrados na ocasião. Ao retirar, o Sr. Lauro Ramos, ameaçadoramente, anunciou que voltaria mais tarde. O fato foi denunciado ao Governador, Secretário de Segurança, Superintendente da Polícia Federal, Procurador Regional da República, Juiz Federal e outras autoridades.

2. Brejo do Parianal, lavradores, alguns com mais de 12 anos de posse mansa e pacífica, após sofrerem toda sorte de humilhações do Sr. Tarcísio Meira Lins, sem qualquer providências legal, foram agora despejados, mediante mandado liminar, concedido pelo Juiz da Comarca de Santa Inês. O cumprimento da medida judicial teve o apoio de policiais, que cometeram violências e arbitrariedades, humilhando os lavradores despejados.

3. Povoado Floresta – Também à margem da BR-222 a 30 quilômetros da sede do município. Residem cerca de seiscentos (600) famílias de posseiros que estão sendo ameaçados constantemente, pelo grileiro Classídio Teixeira Soares.

Com uso de jagunços vem invadindo as posses dos agricultores, destruindo cercas, queimando casas, botando gado nas lavouras, etc. Esse elemento adquiriu área de 350 ha e está grilando 2.600 ha dos posseiros.

## 10. TIMBIRAS

1. O prefeito do município, Sr. José Maria Frazão de Melo e Alvim, no dia 22 de janeiro de 1979, mandou desapropriar 6 posseiros (56 pessoas) que viviam na terra desde 1954, sem qualquer tipo de contestação e sem pagar qualquer renda, cultivando lavouras permanentes e temporárias, para passá-las, segundo o Sindicato, a pessoas de fora do Estado.

A polícia foi usada pelo prefeito para cercar as posses, que já tinham suas

próprias cercas, dos trabalhadores que tiveram suas lavouras danificadas. Havia ameaça de prisão a quem tentasse reagir. Houve, também, tentativa de intimidação ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

2. No dia 17 de junho de 1979, o sub-delegado de polícia do povoado de Santa Filomena, Sr. Raimundo Gomes de Almeida, interrompeu reunião da Diretoria do Sindicato com pequeno número de associados, entre os quais, o delegado sindical daquele povoado, Sr. Ademar da Silva Araújo, para destacar este último e avisar que não permite o funcionamento de delegacia sindical e nem que se faça qualquer reunião do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Santa Filomena, porque “Sindicato não é dono de terra”.

Uma constante na ação criminoso dos grileiros é a tentativa de intimidação à ação sindical, caracterizada nas ameaças, na tentativa e na prática de homicídios (caso de Bom Jardim); nas pressões contra o delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia e, até hoje, na inexplicável ação de policiais federais e militares do 50º Batalhão de Infantaria da Selva no mesmo município; no cerceamento das atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coroatá. Tudo isso, além de refletir violações aos arts. 197, I, 199 e 202 do Código Penal, configurando crimes contra a Organização do Trabalho, revelam, também, objetivos de desmoralizar e tolher a atuação dos legítimos órgãos de defesa da classe, mediante a pressão, intimidação e perseguição contra a liderança e trabalhadores sindicalizados.

Verificamos, ainda, uma estranha e não compreensível cobertura e/ou participação de autoridades, nos seguintes fatos:

Participação de militares do 50º batalhão de Infantaria da Selva, que se apresentaram como agentes federais nas ações do Sr. Lauro Ramos, que se arvora proprietário do imóvel situado no “Quilômetro 100”, no município de Santa Luzia, que pretendendo a desocupação de cerca de 600 famílias da área, sem entretanto, ajuizar qualquer ação judicial contra ocupantes, quando tramita na seção judiciária da Justiça Federal do Maranhão uma ação de anulação de escritura de diversos registros mobiliários, promovida pelo INCRA o que revela que a UNIÃO não reconhece a validade dos títulos de domínio apresentados por supostos proprietários de terras às margens da BR-222;

Os irmãos Raimundo e Luiz Carvalho, acompanhados do Delegado de Polícia local e do Capitão Comandante do destacamento de Barra do Corda, suspenderam o trabalho de posseiros no município, afirmando ser essa uma ordem do Secretário de Segurança e do Vice-Governador do Estado;

Policiais invadiram a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbiras, no dia 17-06-79, comandados pelo sub-delegado Raimundo Gomes de Almeida, tentando impedir realização de reunião com associados;

Policiais, autorizados pelo Delegado de Timbiras, Francisco Furtado da Silva, praticam violências contra posse e lavouras de trabalhadores, atendendo solicitação do Prefeito local, que pretende expulsar agricultores das terras;

Raimundo Claudino dos Santos, sub-delegado em Piranha-Coroatá, cobra arrendamentos de lavradores, acompanhado de elementos armados;

No dia 18-03-78, policiais da Delegacia de São Mateus tentaram, em vão, prender o trabalhador Antônio Pereira Santana, delegado sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coroaatá, para favorecer o grileiro Antônio Carlos de Castro Marão. No dia seguinte, acompanharam o irmão deste, Luiz Sérgio de Castro Marão, à sede do Sindicato, pretendendo concretizar a prisão do delegado sindical no que foram obstados pela diretoria da entidade;

Coronel Germano de Andrade Fontes ameaça usar Exército contra posseiros na defesa de seus interesses privados, comprometendo, com sua atitude, a dignidade das Forças Armadas.

Diante dos fatos acima expostos, alimentadores da tensão social que reina no Maranhão, onde a lei, a justiça e a ordem, não mais são respeitadas; onde a propriedade é adquirida pela violência e pelo terror, a CONTAG, preocupada com o estado de insegurança de seus representados, que começam a abandonar suas posses, desacreditando na Lei, na Justiça e no Direito, vem solicitar a V. Exa. enérgicas providências no sentido de garantia da ordem, da livre atuação sindical, garantindo-se inclusive a vida e a integridade física das pessoas ameaçadas, através de medidas imediatas, que permitam o retorno da tranquilidade e segurança ao meio rural.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, valemo-nos do ensejo para renovar a Exa. nossos protestos de distinta consideração e apreço.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES  
JOSÉ FRANCISCO DA SILVA  
PRESIDENTE  
FRANCISCO URBANO ARAÚJO FILHO  
SECRETÁRIO-GERAL”





## ANEXO II

# “AS SECAS DO NORDESTE E O MARANHÃO”

*Alfredo Wagner<sup>47</sup>*

Desde a conhecida seca de 1877-79, também chamada de “seca de 77”, a Amazônia e o Maranhão, em particular, constituíram-se em regiões que acolheram os denominados “flagelados” e “retirantes” nordestinos. Dispondo de passagens em vapores ingleses e nacionais, fornecidas pelo governo imperial, demandavam o Norte. Do sertão nordestino às barrancas do Acre, conforme apregoa a tradição livresca, estes “retirantes” dedicavam-se à atividade agrícola, com base no trabalho do grupo familiar e às atividades extrativas, notadamente, a do látex da borracha, nos vales do Madeira, do Purus e do Juruá.

Nas primeiras décadas do século XX com o contínuo deslocamento de nordestinos para a Amazônia, a determinância geográfica da periodicidade das secas ganharia relevo como elemento de sua explicação. Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo dela fariam uso, assim como todas as demais versões eruditas a respeito do problema. Do modo semelhante e sem questionar o regime de posse e propriedade da terra, o governo republicano reproduziria velhos esquemas e paliativos fornecendo passagens de segunda-classe na recém-construída Estrada de Ferro Teresina - São Luís. Os “retirantes” desembarcavam nas estações ao longo do Vale do Irapecuru e, posteriormente, transferiam-se para as regiões de terras disponíveis e florestas a Oeste, nos chamados “vales férteis” dos rios Mearim e Pindaré. A criação de “colônias agrícolas” pelo governo, em fins dos anos 30 e a distribuição de títulos de posse das terras públicas concorriam para o seu assentamento.

No decorrer da II Guerra Mundial, o Brasil havia assinado, em 1942, um

---

47 Texto que faz parte do relatório coordenado pelo antropólogo Moacir Palmeira e enviado à CONTAG para discussão sobre os efeitos das secas e das medidas aventadas pelo Congresso Nacional. Brasília, 1981.

acordo de fornecimento de matéria prima (látex – emulsão de borracha e resina-, castanha e amêndoa de babaçu) com os Estados Unidos, denominado de Acordo de Washington. Observe-se que, neste momento, os japoneses haviam tomado dos colonizadores europeus, na Indochina e na Malásia, as plantações de seringueiras para a produção do látex e da borracha. A economia extrativista na Amazônia encontrava-se numa prolongada crise e para reorganizá-la e assegurar um processo de produção permanente numa economia de guerra foi recrutada no Nordeste a força de trabalho necessária. Os trabalhadores recrutados tornaram-se conhecidos como “soldados da borracha”. A integridade física destes trabalhadores, antes mesmo de entrar diretamente no processo produtivo, mostrava-se essencial numa economia de guerra. Devido a isto é que os norte-americanos concentraram suas iniciativas técnicas de cooperação na área de saúde. No que concerne à economia do babaçu o sistema de aforamento foi reforçado porquanto o Maranhão recebeu grupos familiares e não exatamente trabalhadores recrutados. De igual modo foi reforçado o aviamento no caso da castanha. Cerca de 75% da produção de amendoa de babaçu foram exportados para os Estados Unidos, que deslocaram os interesses alemães que haviam comprado esta produção na Primeira Guerra Mundial. Durante cinco anos consecutivos o preço do babaçu se manteve elevado com as exportações, sobrepujando o da farinha e o do arroz, o que aumentou o poder dos latifundiários e lhes permitiu entrar na década de 50 fortalecidos e com o apoio creditício da SPVEA.

Nas secas do final dos anos 40 e, principalmente, 50, tantos foram os conflitos sociais e os deslocamentos de nordestinos adquiriram dimensão tal, que a SUDENE, criada logo após a grande seca de 1958, se empenhou em traçar diretrizes específicas a respeito da ocupação das chamadas “terras devolutas” do Estado do Maranhão. Numa análise apoiada na relação entre o registro de uma “elevada taxa de densidade demográfica” e a impossibilidade de absorção de amplas camadas de trabalhadores rurais pela estrutura agrária do Nordeste, considerada “arcaica”, a SUDENE definiu no seu I Plano Diretor, que o problema agrário deveria ser resolvido pela ampliação da oferta de terras<sup>48</sup>. À uma explicação geográfica sucedia-se uma de fundamentação econômica. Sob este ponto de vista o problema das secas, para além da inclemência de condições climatológicas, era representado segundo uma pretensa escassez de terra na região.

O propósito da SUDENE, em decorrência, era estimular a transferência para o Maranhão dos pequenos produtores agrícolas ligados à denominada “econo-

---

48 Cf. “Projeto de Povoamento no Maranhão”. In: *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1961-1963)*. Recife, SUDENE. 1966 pp.242-247

mia de subsistência”. Assumia a responsabilidade pelo pagamento do transporte das famílias desde o lugar de origem até o Maranhão. De maneira concomitante, além deste “povoamento dirigido”, pretendia controlar o movimento “espontâneo” rumo ao Maranhão sob a justificativa de que adentrando-se nas regiões de mata os pequenos produtores poderiam permanecer marginais ao mercado interno. Organizar a articulação deles com o mercado através de uma oferta constante de alimentos, destacava-se entre os planos da SUDENE. A colocação de sua produção de arroz no mercado deveria ser assegurada, estendendo-se os serviços de comercialização às áreas de povoamento recente.

Mantinha-se, pois, inalterável, o regime de posse e propriedade da terra no Nordeste. Cogitava-se tão só, de organizar e orientar a ocupação de novas áreas aliviando-se a propalada “pressão demográfica”. Como corolário desta proposição, tida como demonstrada, foi criado o Projeto de povoamento no Maranhão e se estimulou a abertura de novas frentes agrícolas.

### **Maranhão: “celeiro de arroz do Nordeste”**

Da ótica dos planejadores e técnicos governamentais abrandar-se-ia, assim, a pressão social sobre a estrutura agrária nordestina, intensificada, a este tempo, pela mobilização política de trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que reivindicavam, respectivamente, uma reforma agrária radical, com confisco de terras ociosas dos latifúndios, e uma reforma agrária democrática, com desapropriação dos grandes imóveis improdutivos. Quer dizer, uma distribuição das terras dos latifúndios aos trabalhadores rurais e aos lavradores sem terras ou proprietários de terras insuficientes face à dimensão de seu grupo familiar.

Ao lado do projeto governamental localizado no Alto Turi, noroeste do Maranhão, que se dedicava ao “assentamento dirigido”, verifica-se um movimento espontâneo de ocupação de terras disponíveis, que supera todas as estimativas. Multiplicaram-se os povoados nas regiões de mata alcançadas pelos nordestinos, que se utilizaram das picadas abertas pela Petrobrás e para a linha do telégrafo. Ultrapassaram o Mearim, o Pindaré e o Turi e, em fins dos anos 60, já estavam nas proximidades do Rio Gurupi, na fronteira com o Estado do Pará. Neste período a produção de arroz no Maranhão teve um crescimento vertiginoso, com destaque no Vale do Mearim<sup>49</sup>.

---

49 Cf. Andrade, Manuel Correia de - **Paisagens e Problemas do Brasil**. 2ª edição. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1969 pp.81-86

O Projeto Piloto de Colonização do Alto Turi, denominação que o GIPM recebe após 1965, através da Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE) – empresa da qual participam a SUDENE e o governo maranhense – não pode fazer frente às crescentes “invasões” 50 da área delimitada pelos denominados “espontâneos”. Estes eram oriundos não apenas do Nordeste, mas também de outras regiões do Maranhão, como o Vale do Itapecuru, onde estava em contínua elevação o preço dos aforamentos, face à demanda de terras pelos “retirantes”. A área da COLONE, com cerca de 939 mil hectares, foi inteiramente alcançada pelo movimento espontâneo. Novos recursos foram canalizados para o Projeto Piloto de Colonização e o Banco Mundial (BIRD) liberou para o governo brasileiro empréstimos para financiar a chamada “infraestrutura” do referido Projeto.

Em meados de 1972, após a grande seca de 1970, a SUDENE estimou em cerca de 900 mil o número de famílias do Nordeste Oriental, que constituíam força de trabalho agrícola por excelência e indicou a região da Pré-Amazônia Maranhense como área apropriada à absorção dos “excedentes demográficos”<sup>51</sup>.

O projeto de ocupação das terras disponíveis do Maranhão pelos pequenos produtores nordestinos foi reativado. A COLONE previu a fixação de 5 mil e 200 famílias. A Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão (SAGRIMA) em projeto entregue ao Ministério da Agricultura também planejava a “fixação de lavradores e migrantes nas áreas das matas pré-amazônicas maranhenses”<sup>52</sup>. Segundo as estimativas oficiais as “terras devolutas” no Maranhão ou terras livres à ocupação, correspondiam a aproximadamente 100.000km<sup>a</sup>. Mais uma vez a imagem do “lavrador nordestino fugindo da seca” era explicada pela “pressão demográfica”, mantendo-se um absoluto silêncio sobre possíveis modificações no regime de posse e propriedade da terra.

### **Maranhão: uma grande pastagem em formação**

A principal iniciativa de ocupação da Pré-Amazônia Maranhense ficou, entretanto, a cargo do próprio governo do Maranhão. A Lei Estadual n.3.230, datada de 06 de dezembro de 1971, autorizava o executivo criar a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) estruturada sob a forma de uma Sociedade Anônima de Economia Mista. Constituída a COMARCO, em ou-

---

50 Cf. Maury, P. & Droulers, Martine – “Colonização da Amazônia Maranhense”. São Luís, 1979 pp.15-20

51 Cf. “Maranhão fixa 40 mil na sua área de matas”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 05 de julho de 1972 p.46

52 *O Estado de São Paulo*. Ibid. p.46

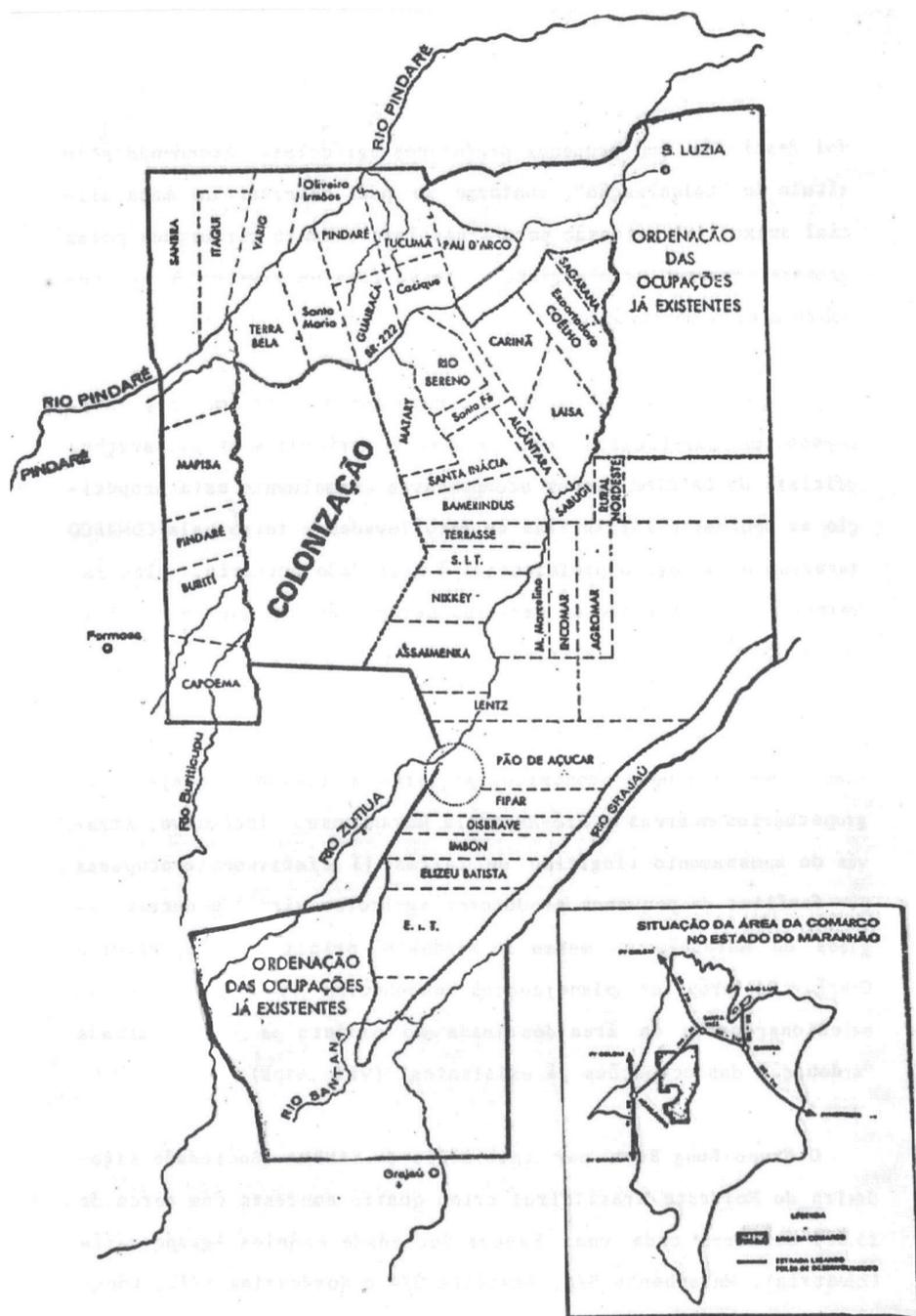
tubro de 1972, ela teve seus objetivos voltados fundamentalmente para a localização de grandes e médios empreendimentos agropecuários, na área que lhe foi destinada de dois milhões e cem mil hectares, nos municípios hoje correspondentes a Zé Doca e Buriticupu.

O Senado Federal em sua sessão extraordinária de 30 de novembro de 1973 aprovou o Projeto de Resolução, que autorizava o Governo do Estado do Maranhão a alienar terras públicas à margem da rodovia Açailândia-Santa Luzia para a implantação de um grande projeto de colonização. Foi relator da matéria o Senador José Sarney, que governara o Maranhão e promulgara a Lei n.2.979 de 1969, a “Lei Sarney de Terras”, que permitiu a venda de grandes extensões de terras para sociedades anônimas.

Em verdade, somente uma extensão de terra menos expressiva foi destinada aos pequenos produtores agrícolas. Atendendo pelo título de “Colonização”, conforme se pode observar no mapa oficial anexo, tal extensão permanecia inteiramente circundada pelas grandes empresas agropecuárias como se fora um viveiro de mão-de-obra a elas necessário.

Enquanto a SUDENE definia o Maranhão e a Pré-Amazônia Maranhense, em particular, como fronteira agrícola e as declarações oficiais da SAGRIMA também acompanhavam formalmente esta proposição, as medidas e iniciativas de fato levadas a termo pela COMARCO tornavam esta região preferencial para a atividade pecuária. Elas favoreciam a implantação de empresas agropecuárias, que se utilizavam de mão-de-obra assalariada.

Valendo-se simultaneamente dos incentivos fiscais do Fundo de Incentivo da Amazonia (FINAM) e do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e das demais facilidades creditícias e benefícios inúmeros grupos econômicos passaram a implantar projetos agropecuários em áreas da Pré-Amazônia Maranhense. Inclusive, através do apossamento ilegítimo de terras já efetivamente ocupadas por famílias de pequenos produtores agrícolas vindos de outras regiões do Maranhão ou mesmo do Nordeste, principalmente do Piauí e do Ceará. Os próprios planejadores reconheciam estas ocupações ao selecionar parte da área destinada ao projeto para a denominada “ordenação das ocupações já existentes”. É exatamente esta expressão que aparece no mapa oficial da COMARCO a seguir apresentado.



Acentua-se a articulação do governo estadual com empreendimentos industriais e financeiros forjando-se uma poderosa coalizão de interesses. O grupo Bung y Born por intermédio da SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro) criou quatro empresas com cerca de 25.000 hectares cada uma delas: SANBRA Sociedade Anônima Agropecuária Industrial, Maranhense S-A, Amazônia S-A e Nordestina S-A. Localizadas no Km 184 da rodovia BR-222, no trecho Açailândia- Santa Luzia.

De igual modo o grupo Cacique, do conhecido “Café Cacique”, também criou quatro empresas, a saber: Cacique, Tucumã, Pindaré e Guiracá. Cada uma delas com 25 mil hectares situadas a partir do Km 85 da BR-222. E ainda a Mesbla, com 18.650 hectares, a Bom Pastor com 48.440 hectares, a Florestal Maracassumé com 46.753 hectares e a Agropecuária Turiaçu com 24.961 hectares, todos instalados na região de Maracassumé<sup>53</sup>. No mapa oficial da COMARCO, que aliás não possui coordenadas e mais se trata de um “croquis” ou ilustração, verifica-se ainda, dentre outros, projetos pertencentes aos seguintes conglomerados econômicos: Varig, Grupo Pão de Açúcar e Bamerindus.

Em maio de 1973 os diretores da COMARCO debateram em São Paulo com membros de várias entidades patronais as “potencialidades” do “Projeto de Colonização”, principalmente com os pecuaristas da Associação de Criadores de Araçatuba<sup>54</sup>. Houve uma receptividade positiva. Acrescente-se que em 1976 os “paulistas” ou detentores de imóveis rurais naturais de São Paulo, já eram proprietários de 3,1% da área cadastrada pelo INCRA no Estado do Maranhão e que desenvolvem, sobretudo, atividades agropecuárias.

O apossamento ilegítimo destas regiões de floresta ombrófila tradicionalmente ocupadas por pequenos produtores agrícolas, nordestinos e de outras regiões do Maranhão, povos indígenas aumentou a tensão social e agravou os conflitos com os grandes conglomerados econômicos. Os pequenos produtores vão sendo forçados a abandonar suas benfeitorias e estabelecer seus ranchos ou áreas de cultivo, bem como suas moradias, cada vez mais no interior das matas, nos conhecidos “centros”. O Projeto tem propiciado, assim, uma difusão das formas de grilagem<sup>55</sup> em que se viu envolvido o próprio governo estadual.

Os pequenos produtores agrícolas, que há anos ocupam aquelas terras, mediante

---

53 Para um aprofundamento leia-se “As grandes empresas no “grilo Pindaré”. Resistência. Belém, dezembro de 1979. pp.7-8

54 Vide: “São Paulo vem investir”. **O Estado do Maranhão**. São Luis, 24 de maio de 1973.

55 Leia-se: Almeida, Alfredo Wagner B. de – “Conflitos de Terra no Maranhão” in Transformações econômicas e sociais no campo maranhense. Volume 6. São Luis.C.P.T., 1981 pp.8-10.

este fechamento artificial da fronteira agrícola<sup>56</sup> por parte do executivo estadual, apoiado na “Lei Sarney de Terras” de 1969, foram classificados de “invasores” e “posseiros” desprovidos de direitos. Acirradas disputas pela terra com inúmeros mortos e feridos se sucederam e sucedem em Santa Luzia, Bom Jardim, Imperatriz e outros municípios da região. O movimento sindical dos trabalhadores rurais foi e tem sido duramente atingido, pois, de maneira frequente a polícia e o judiciário encontram-se subordinados à ordem privada ou mais exatamente aos detentores do poder econômico. O estoque de terras públicas da Pré-Amazônia Maranhense está sendo objeto de uma privatização nos termos de atos de Estado absolutamente autoritários.

O Maranhão e, em especial, a Pré-Amazonia, que sempre foram definidos pelos planejadores oficiais como absorvendo a tensão social da estrutura agrária nordestina, passam a ser uma das regiões de mais intensos conflitos de terra em todo o país. E neste processo de pecuarização ao invés dos denominados “retirantes” e “flagelados” nordestinos, aos quais foi apontada agora a direção da rodovia Transamazônica, o Estado do Maranhão passa a incentivar e captar investimentos de empresários e grandes proprietários de terra do Nordeste. Disputando com os pequenos produtores agrícolas as terras de mata e as “capoeiras” ou “terras amansadas”, devidamente destocadas, eles aí instalam empresas agropecuárias. Mesmo que muitas vezes tal implantação seja nominal, iniciativas são adotadas para manter as áreas como reserva de valor.

Assiste-se, com as chamadas “paulistas” e “latifundiários nordestinos” a uma reprodução da estrutura agrária nordestina com imensos imóveis rurais e elevado grau de concentração da terra, denotando um processo geral de latifundiáriação.

No Km 125 da BR-222 os irmãos Tarcísio e Paulo Meira Lins, do Recife, instalaram a Companhia Vale do Rio Sereno, com 20.672 hectares, tal como consta do mapa da área da COMARCO. Compraram também propriedades rurais em Riachão, na região Sul do Maranhão.

A exportadora Coelho implantou-se no Km 60 da BR-222, com 52 mil hectares de propriedade de Silvio Roberto Coelho e Oswaldo Coelho, ex-deputado federal por Pernambuco. A Santa Fé, com 17.319 hectares, cujo proprietário é pernambucano e dono da empresa de ônibus Progresso, de Caruaru, também foi implantada na região. A Matary com 24 mil hectares de propriedade do grupo Fernandes, da Usina Matary, de Pernambuco, também pode ser visualizada no referido mapa, assim como a Faixa, que possui 24 mil hectares e pertence a Luciano Guedes Pereira e Dreyfus Cattan, de Recife. A E.I.T., do Ceará, possui duas empresas na região: a

---

56 Consulte-se Velho, Otávio – *Frentes de Expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro. Zahar eds. 1972.

Citama, com 24 mil hectares, e a Remasa com 9 mil hectares, uma é madeireira e a outra agropecuária<sup>57</sup>. Registre-se também que empresários e grandes proprietários rurais do Estado da Bahia vem implantando fazendas de pecuária de corte na região Tocantina da Pré-Amazônia, que tem Imperatriz como centro, desde a construção da rodovia Belém-Brasília<sup>58</sup>, devastando completamente os campos de caça dos Gaviões.

Semelhante processo de pecuarização, que também pode ser lido como processo de privatização de terras públicas e de disseminação de mecanismos violentos de expropriação de áreas de pequenos produtores agrícolas, veio intensificar as contendas motivadas pelas invasões sucessivas das áreas de plantio denominadas “roças” pelos rebanhos bovinos. A expressão “gado invadindo roça” assumiu uma proporção que supera qualquer estimativa. Em decorrência graves conflitos entre os pequenos produtores agrícolas e os prepostos de pecuaristas, geralmente pistoleiros e jagunços, tem se propagado por todo o Maranhão. Os conflitos aqui não correspondem a disputas ou competição pelas terras, como apregoa o tratamento midiático usual, mas a violação de direitos, consolidados pelo Estatuto da Terra.

Na região de Balsas, no Sul do Maranhão, pequenos proprietários da região de Carazinho e Passo Fundo, Rio Grande do Sul, a partir de 1974, começaram a adquirir imóveis rurais entre 500 e 3.000 hectares. Dispondo de maquinaria e apoiados no trabalho assalariado tem se dedicado ao cultivo de arroz em larga escala. Atualmente nesta região, que segundo os planejadores oficiais no futuro será destinada à sojicultura, registram-se também operações fraudulentas de apropriação da terra, notadamente nos Gerais de Balsas<sup>59</sup>, a exemplo do que ocorre nas regiões do Vale do Itapecuru e da Baixada Maranhense.

Neste processo de privatização de terras públicas verifica-se uma bem articulada coalizão de interesses que envolve, inclusive, o governo estadual dificultando as ações discriminatórias. Observe-se que as terras discriminadas pelo Estado do Maranhão tem uma extensão de 1,7 milhão de hectares e foram negociadas com cerca de 60 empresas. Em maio de 1976 a Promotoria Geral do Estado anunciou que pelo menos dez das grandes empresas que adquiriram terras no Maranhão não teriam suas compras confirmadas pelo Estado, que devolveria 25 por cento do valor total das terras, pagos no momento em que as transações foram efetuadas junto à COMARCO.

---

57 Cf. **Resistência**, *ibidem*.

58 Consulte-se: Keller, Francisca Isabel Vieira – “O homem na frente de expansão: permanência, mudança e conflito.” **Revista de História**, n.102. São Paulo, 1975.

59 Leia-se: Andrade, Maristela – “Gaúchos no Sertão” in: Transformações econômicas e sociais no campo maranhense. Volume 2. São Luís.C.P.T. maio de 1981. pp.17-24

“As empresas Matary, Santa Inácia, Nossa Senhora de Fátima (do grupo Bamerindus), Sociedade de Instalações Técnicas, Terrase, Nykkey, Lentz, Capoeira e Buriti são citadas, textualmente, como invasores da área do projeto pioneiro de colonização – 300 mil hectares destinados ao assentamento de pequenos colonos”. (**O Estado de São Paulo**, 07 de maio de 1976).

A décima empresa seria a CITEMA, que já foi mencionada anteriormente.

A grilagem quer seja com a expulsão imediata dos pequenos produtores ou com a instituição de uma cobrança de renda da terra tornou-se rotineira. Nem sempre os pecuaristas e grileiros pretendem uma expulsão imediata dos “posseiros”. Conjugam a expropriação gradativa da terra com a exploração do trabalho. Instituem uma renda apropriando-se ilegalmente do produto do trabalho dos pequenos produtores agrícolas. Após a colheita do arroz estes são obrigados a semear capim na área de seus roçados. O pagamento corresponde ao plantio deste capim. As pastagens vão sendo formadas a partir do aproveitamento direto das áreas “desmatadas” pelos pequenos produtores ou das capoeiras, em que a mata se regenera.

Para esta pecuária de base empresarial a terra é representada como possuindo um valor mercantil determinado e pressupõe necessariamente um cercamento. A lógica de apropriação privada dos meios de produção estimula a feitura de cercas de arame farpado, que não apenas isolam a área usurpada, mas também limitam o livre acesso a elas. Assim, são cercadas as pastagens naturais e as fontes d’água e demais recursos hídricos de uso comum. A interdição do acesso a rios e às reservas de mata é imposta aos pequenos produtores, inviabilizando sua reprodução. As estratégias de sobrevivência destes, que preconizam o uso comum das fontes, olhos d’água, rios e reservas de mata, para a extração de palha, cipó, talo, madeira e a amêndoa do coco babaçu; são desorganizadas com as proibições e a vigilância armada. Interdições à caça e a pesca completam tais medidas, que antecedem ao completo desmatamento das áreas para a implantação das pastagens artificiais. Novos conflitos emergem, pois os pequenos produtores muitas vezes, a despeito de expulsos da terra, vem sua reprodução, em termos físicos e culturais, inteiramente ameaçada.

Com este avanço da pecuária e da própria agricultura baseada no trabalho assalariado, como em Balsas, assiste-se a uma profunda transformação do Maranhão, qual seja: de local de absorção dos “excedentes demográficos” da estrutura agrária “arcaica” do Nordeste em região de expulsão massiva de pequenos produtores agrícolas. A pequena produção, que a SUDENE tentara extirpar no Nordeste, transferindo-a para o Maranhão, passa agora a ser eliminada no próprio Maranhão.

## Maranhão: “zona de refrigério” do rebanho bovino do Nordeste

Quanto à destinação das pastagens se, por um lado, são utilizadas para a criação de gado, visando o abastecimento dos mercados regional e nacional, por outro, tem funcionado também como “zona de refrigério”, como diriam os pecuaristas cearenses, para rebanhos provenientes do Nordeste<sup>60</sup>. Nas invernadas e estiagens, ou seja, nos períodos de seca, rebanhos bovinos da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e Ceará tem sido transferidos para engorda e recuperação nas pastagens artificiais formadas no Maranhão.

Na esfera da tributação esta complementariedade entre o Maranhão e o Nordeste tem adquirido foros legais. As barreiras alfandegárias para os rebanhos bovinos tendem a desaparecer na época das estiagens.

Em outubro de 1976 foi assinado em Brasília um Protocolo do Imposto de Circulação de Mercadorias, nº 44-76, entre os Estados do Maranhão e da Bahia, visando a suspensão deste imposto nas saídas de gado bovino. A assinatura deste Protocolo visa adotar medidas urgentes e inadiáveis, segundo seus signatários, com a finalidade de minimizar os efeitos da estiagem, que assola várias regiões do Estado da Bahia.

Os dois Estados acordaram em conceder a suspensão do ICM para a saída de gado bovino destinado a engorda em território um do outro. Pelo firmado seria exigida em ambos os Estados a entrega da primeira via pelo contribuinte à repartição fiscalizadora do local para onde se destina o gado, ficando a terceira via no primeiro Posto Fiscal da fronteira do Estado de origem. A repartição fiscal do Estado de destino onde o mesmo gado se encontrar em engorda emitirá, segundo os termos do tratado, a competente Nota Fiscal, da qual constarão as observações convenientes.

O referido Protocolo não é omissivo, quanto à possibilidade de comercialização destes rebanhos transferidos e reza que ocorrendo a venda do gado no Estado destinatário, competirá à fiscalização deste exigir o pagamento do ICM relativo à operação comercial levada a efeito, devendo a alíquota interna ser calculada sobre o valor a operação ou da pauta vigente, ficando assegurado o aproveitamento do imposto pago no Estado de origem à alíquota interestadual.

O prazo de vigência deste Protocolo foi de nove meses sendo, porém, facultado a

---

60 Consulte-se: Almeida, Alfredo Wagner B. ; Esterci, Neide – “Terras soltas e o avanço das cercas”. Rio de Janeiro. **Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste**. Vol.II. Museu Nacional – UFRJ. 1977 pp. 25-36

qualquer uma das partes propor sua denúncia com antecedência mínima de 60 dias.

No mesmo sentido, em março de 1981, alegando o agravamento da seca, o Governador do Rio Grande do Norte, assinou decreto isentando de cobrança do ICM a saída de gado em pé em direção a Estados onde existem pastagens. Como exemplo mencionou-se o Maranhão<sup>61</sup>.

De “celeiro de arroz do Nordeste” e de absorvedor de seus excedentes populacionais o Maranhão vai sendo transformado, por assim dizer, numa “imensa pastagem”, que acolhe o rebanho bovino do Nordeste nas estiagens e invernações. Foram alteradas as estratégias governamentais para a região a partir do golpe militar de 1964, que instaurou a ditadura, passando a prevalecer os incentivos creditícios e fiscais aos grandes empreendimentos.

Através da retórica dos efeitos da seca dois circuitos mercantis começam a ser reestruturados formalmente no Maranhão com trágicas consequências para a pequena produção de base familiar: o primeiro diz respeito ao mercado de terras, que se mostra aquecido com a ação de conglomerados econômicos beneficiados por incentivos fiscais, e o segundo concerne ao mercado de “gado em pé”, beneficiado pela suspensão de tarifas e pela livre circulação, indicando uma tendência de elevação do rebanho bovino a curto prazo.

## MARANHÃO: UMA GRANDE SÊCA?

Nestes primeiros meses de 1981 assiste-se a uma tentativa, de facções dominantes do poder regional (municipal e estadual), de redefinir o Maranhão como uma “região de seca” à semelhança do Nordeste. Prefeitos, deputados e demais mandatários, principalmente do partido do governo, P.D.S., tem se pronunciado de maneira favorável à inclusão do Estado no denominado “polígono das secas”. Reivindicam a inserção de municípios, seus redutos eleitorais, na lista das regiões beneficiadas pelos planos de emergência do governo federal<sup>62</sup>.

Para tanto recorrem às explicações climatológicas, reeditando as defasadas teorias do determinismo geográfico, de final do século XIX, e mencionam uma suposta desertificação de extensas áreas do Maranhão, como se fôra um fenômeno natural, omitindo a ação deliberada dos interesses pecuaristas, que estão desmatando prati-

---

61 Vide “Seca tem mais invasões e saques e ameaça chega até o Maranhão”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 e março de 1981.

62 Cf. Meirelles, Sérgio Campos – “Maranhão teme pelos prejuízos eleitorais”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1981.

camente toda a floresta dos vales férteis e da Pré-Amazônia. Valendo-se de possíveis dubiedades, que envolvem a “área de transição” entre biomas, na qual o Maranhão tem sido geograficamente classificado sob a designação de “Meio Norte”, e o fato de usufruir concomitantemente de benefícios da SUDENE e da SUDAM, “cortado quase ao meio que foi” pela definição de Amazônia Legal, tais mandatários descrevem uma trajetória contrária àquela dos anos 50, quando pleitearam a inserção do Maranhão na região amazônica, beneficiando-se das políticas creditícias da SPVEA. Numa visão apiedada dos pequenos produtores agrícolas falam de “fome”, de “sêde”, de “famílias que andam 10km para pegar água potável” ou “ficam uma semana sem tomar banho”<sup>63</sup>. Alegam que “as roupas se estragam no corpo em consequência do suor” e para compor sua visão catastrofista, que se esforça por traduzir uma “calamidade” digna de ser contemplada com “verbas”, alertam para as “ameaças de saque”<sup>64</sup>.

O tratamento midiático conjugado com os propósitos dos mandatários “nordetinizava” o Maranhão, como se fora uma tendência “natural” do “esgotamento do solo” e não faz referência às imensas áreas desmatadas para a implantação de pastagens, à ação criminosa das madeireiras, que agora começa a alcançar as terras indígenas próximas ao Gurupi, e ao cercamento arbitrário dos recursos hídricos. Silêncio completo, que permite indagações sucessivas.

A ocorrência de uma estiagem prolongada pode ser verificada nos próprios relatos dos dirigentes sindicais dos trabalhadores rurais remetidos à CONTAG em março de 1981. Tais ofícios, enviados pelos STRs de São Domingos, Joselândia e Parnarama<sup>65</sup> são enfáticos ao estimar os elevados percentuais de perda da produção de arroz e milho em virtude da estiagem.

Admitindo-se a ocorrência desta estiagem prolongada percebe-se, entretanto, que existe por parte dos mencionados políticos uma tentativa de conferir-lhe um aspecto trágico, manipulando-a em favor de seus próprios interesses, que são apresentados como se fossem de toda a sociedade, e não segundo as reivindicações dos trabalhadores rurais. Com base na explicação climatológica os prefeitos e deputados simplesmente solicitam “verbas”. Em sentido contrário, não obstante atentar para a gravidade da situação, o movimento sindical dos trabalhadores rurais denuncia os efeitos da concentração fundiária e reivindica soluções estruturais e mais permanentes, fora do emergencial. A curto prazo os trabalhadores rurais sem terra,

---

63 Cf. Meirelles, *ibidem*.

64 “Seca tem mais invasões e saques e ameaça chegar até o Maranhão.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de março de 1981

65 Consulte-se os seguintes ofícios: i) STR de Parnarama. Ofício n.13, de 07 de março de 1981; ii) STR de Joselândia. Ofício n.15, de 08 de março de 1981; e iii) STR de São Domingos. Ofício n.02, de 06 de março de 1981.

arrendatários e foreiros, reivindicam o não-pagamento da renda e do aforamento, dado que com a estiagem os roçados pouco ou nada produziram. Num plano mais largo reivindicam modificações profundas no regime de posse, uso e propriedade da terra. Desnaturalizam a tragédia descrita pelos mandatários e recolocam a pauta de problemas da ordem do dia da cena política. Em outras palavras, estas reivindicações tornam-se plenas de sentido porque se está diante de uma estiagem, que revela o quanto as condições materiais de sobrevivência, tradicionalmente ao alcance das famílias camponesas, tem sido aniquiladas. A estiagem revela um processo de desestruturação gradativa da farm camponesa, agravando o quadro de conflitos ao requerer novos modos de resistência.

Lendo-se o ofício do STR de Joselândia registra-se que os trabalhadores rurais do Maranhão

“não estão acostumados com esse tipo de problema e são desprevidos, pois confiam no inverno vindouro não guardando o necessário sequer para atingir a época da produção, seguinte à colheita”. (sic)

É lícito pensar que, usualmente, até o período da colheita os trabalhadores rurais desta região do Maranhão, mais próxima da fronteira com o Piauí, lançam mão de recursos complementares aos resultados do trabalho no roçado, que tanto podem estar associados ao extrativismo, quanto à caça e à pesca. A expropriação das fontes e olhos d’água, das reservas de mata e a interdição de acesso aos rios e pastagens de uso comum desorganizam seu cálculo econômico e suas próprias formas de resistência às estiagens prolongadas. Cabem, portanto, algumas indagações que recolocam a gravidade da situação.

A enorme distância da “água potável”, tão alardeada pela imprensa periódica, não seria devido ao cercamento e à privatização das fontes comunais, que impedem que as famílias de trabalhadores rurais a elas tenham acesso> Isto, principalmente, em áreas do Sudeste do Maranhão onde alegam ter ocorrido “invasões e flagelados”, como no município de Paraibano<sup>66</sup>.

A “falta d’água” para banho e lavagem de roupa e a “sede” mencionadas pelos políticos do partido oficial, não seriam devido ao cercamento dos grandes cursos d’água, que são perenes no Maranhão e cujo acesso foi interdito aos pequenos produtores pelos responsáveis pela implantação dos grandes projetos agropecuários?

A “fome”, falta de farinha, peixe-seco e caça, não seria devido ao cercamento das reservas de mata até então de usufruto comunal> A “fome” não seria devido à gri-

---

66 Cf. Meirelles, *ibidem*

lagem, que tem expulsado os trabalhadores rurais da terra, obrigando-os a viver nas chamadas “pontas de rua”, nos alagados e às margens das rodovias federais, espremidos entre as cercas laterais e a pista de acostamento> A “fome” não seria devido aos preços exorbitantes dos aforamentos, denominados rendas e foros, cobrados aos foreiros, rendeiros e agregados?

Pela leitura do ofício do STR de Parnarama nota-se que a alternativa das famílias de trabalhadores rurais para a complementação das necessidades elementares do grupo, tem sido a venda da força de trabalho de alguns de seus membros em outras regiões, as quais não foram especificadas textualmente. Dentre as ocupações acessórias destaca-se o trabalho assalariado nas grandes empresas agropecuárias. Estas parecem não se ressentir da estiagem prolongada, pois que, as fontes d’água que possuem e os cursos d’água, que cortam as terras das quais se apoderaram de modo ilegítimo, são perenes. Além do mais, em muitos casos, suas pastagens estão funcionando como “zona de refrigério” para o rebanho bovino oriundo do Nordeste.

Resta indagar se a gravidade do problema se resume à “falta de chuvas”, como querem fazer crer os mandatários do P.D.S. ou ao regime vigente de uso, posse e propriedade da terra?

De um lado, em verdade, o que está em jogo é uma manipulação política da definição do Maranhão como “região de seca”, inclusa no “polígono das secas”, semelhante ao Nordeste. Com isto o poder local visa recursos par reforçar os minguados orçamentos municipais e as “grandes realizações e obras” com vistas à eleição de 1982, capazes de sensibilizar o eleitorado de base, fundamentalmente rural. A imagem calamitosa da sêca se coaduna com estas necessidades eleitoreiras prementes, face sobretudo ao crescimento das forças oposicionistas e democráticas nos municípios do interior.

Num círculo vicioso, em que são manipuladas as explicações sobre a “sêca”, asentadas nos determinismos geográficos, só falta mesmo surgir uma proposição, a exemplo das convencionais, que defenda a concessão de passagens gratuitas para que os trabalhadores rurais embarquem para mais adiante. Resta saber para onde, pois, no Pará perduram conflitos de terra forçando os trabalhadores a demandar o Amazonas e o Acre. No Acre os “posseiros” e seringueiros tem sido forçados pelos pecuaristas, apesar de uma vigorosa resistencia sindical, a engrossarem os movimentos de população em direção às terras amazônicas da Bolívia. Em Rondônia, como afirma um membro do executivo local: “a porteira está fechada de maneira definitiva”. Os próprios pequenos produtores agrícolas maranhenses tem procurado o sul de Roraima, próximo a Caracará, e a região de Ciudad Bolivar, na Venezuela, onde segundo estimativas oficiais há cerca de 10.000 garimpeiros em sua maioria maranhenses.

Estes, periodicamente, são expulsos do território venezuelano e recambiados para o Território de Roraima<sup>67</sup>. Fica, portanto, a pergunta: embarcar para onde?

Sem se propor esta questão aventada acima, o movimento sindical dos trabalhadores rurais tem denunciado a concentração fundiária, tem insistido na reivindicação de modificações profundas no regime de posse, uso e propriedade da terra. De imediato, em particular, tem lutado pela baixa do preço dos aforamentos, nas áreas de ocupação antiga, e pela manutenção das posses dos trabalhadores rurais nas áreas de ocupação recente. O atendimento destas reivindicações não está em cogitação pelos detentores do poder regional, que preferem ficar manipulando a visão sempre falseada das “secas” inclementes colocando a questão em termos meramente geográficos sem se ater aos dispositivos que regem a relação dos trabalhadores rurais com a terra e, por conseguinte, às reivindicações de uma reforma agrária ampla e massiva.

---

67 Vide: - “Venezuela admite que expulsou brasileiros”. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 21 de novembro de 1979.

-“Garimpeiros expulsos da Venezuela revelam que há mil brasileiros presos”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 05 de dezembro de 1979.





## POSFÁCIO

*Helciane de Fátima Abreu Araujo*<sup>68</sup>

Como bem disse o Pe Victor Asselin, em sua Nota do Autor à 2ª edição do livro **Grilagem. Corrupção e violência em terras do Carajás** (2009) “Quem não tem memória do passado não pode ter criatividade para o futuro. É preciso fazer memória”. Outra assertiva instigante é a de Joël Candau (2012), em seu livro **Memória e identidade** (2012) de que “*a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada*”. A memória e a identidade, segundo esse autor, se conjugam para produzir uma história, um mito, uma narrativa.

A retomada da literatura que trata dessa relação complexa entre memória e identidade se apresentou como uma necessidade, desde que aceitei o gentil convite do Alfredo Wagner para a construção do Posfácio da terceira edição do livro **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão** de sua autoria. O “*livro do Prof. Alfredo Wagner sobre o movimento sindical*”, como é referido entre os alunos, inspirou gerações de pesquisadores e é hoje uma referência nos estudos das áreas da história e da sociologia política do Maranhão.

A iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Etnografia Social e Política, da UEMA e do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia de reeditá-lo é mais do que oportuna. Atende a um anseio antigo que amadureceu com os cursos da Escola Nacional de Formação da Contag (ENFOC-MA)<sup>69</sup>, dos quais o Prof. Alfredo Wagner tem sido um importante colaborador.

---

68 Socióloga (UEMA/PPGCSPA/PNCSA)

69 II MÓDULO: Eixo Temático História, Concepção, Estrutura e Prática Sindical; Eixo Pedagógico Pedagogia para uma nova sociabilidade e memória e identidade

Publicado em 1981, quando muito ainda se vivia de um regime de ditadura militar e quando muito da memória coletiva das lutas sociais havia sido apagada ou silenciada, a construção da memória impunha um trabalho de garimpagem de todas as formas de registro que sobreviveram aos violentos métodos de controle e vigilância oficiais.

O estudo é parte da pesquisa **Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense** solicitada pela Comissão Pastoral da Terra – Maranhão, entidade que, à época muito investiu na formação dos trabalhadores rurais. O esforço reuniu religiosos e pesquisadores que elegeram como temáticas para seus estudos as questões relativas à vida no campo maranhense.

Devido a dificuldades com a história oral, hoje uma prática de pesquisa tornada senso comum no mundo acadêmico, o estudo foi realizado por meio de informações coligidas em documentos, como: cartas, relatórios, estatutos, atas, abaixo-assinados, teses das conferências e informações veiculadas em jornais oficiais e dos movimentos de resistência. Revela uma política que operava à época, a despeito de toda a repressão e controle sobre o movimento sindical e evidencia a dinâmica das formas de organização dos denominados *lavradores e trabalhadores* rurais no Brasil e no Maranhão nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Destaca os eventos como estratégias de mobilização política, tais como: conferências, congressos, comissões, quando a reforma agrária foi inserida nas pautas reivindicatórias do conjunto das classes trabalhadoras, não se restringindo *aos trabalhadores rurais, já que ferroviários, estivadores, artistas (artesãos, ferreiros, carpinteiros e pintores)* também abraçaram a causa.

A leitura dos documentos e dos registros dos eventos, destacados no livro, revela, ainda, o investimento de entidades confessionais e das entidades de representação política dos denominados *trabalhadores rurais* em pesquisa e na formação de suas lideranças. Desde que chegou ao Maranhão, em 1972, juntamente com outros pesquisadores, o Prof. Alfredo Wagner tem sido um importante colaborador e incentivador desses processos de formação de lideranças e de agentes sociais. Nos anos 1980, participou de pesquisas e cursos junto a várias entidades de representação política dos movimentos sociais no Maranhão, como a Comissão Pastoral da Terra -CPT, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA, o Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB e o Movimentos dos Atingidos pela Base de Alcântara. Nos anos 2000, seu esforço tem sido no sentido de consolidar iniciativas de pesquisas que conjuguem o saber acadêmico com o saber tradicional, cujos resultados se expressam nos produtos do Projeto Nova Cartografia

Social da Amazônia e dos cursos de pós-graduação, a exemplo do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia na Universidade Estadual do Maranhão.

A releitura do livro nos remete, portanto, para aspectos estruturais da história política do Brasil, em especial do estado do Maranhão, com ênfase para situações e contextos históricos, sociais e político-ideológicos. Recupera a memória das lutas camponesas nos anos de 1944 e 1945, período em que o país esteve sob o regime da ditadura do Estado Novo e quando foi intensificada, sobretudo no nordeste e no Maranhão, a disputa pelo controle dos recursos naturais e nos anos 1964-1980, quando o país esteve sob o regime militar.

Mostra como, para sobreviver às situações de “precisão”, grupos camponeses recorriam às ações de solidariedade que se sustentavam por meio de laços de vizinhança, a exemplo dos mutirões. Outra forma de solidariedade foram as sociedades mutualistas que antecederam as associações e tinham uma perspectiva de autonomia, buscando oferecer aos associados benefícios, como auxílios doença, desemprego e invalidez, serviços funerários, pensão a viúvas e órfãos. Tais formas organizativas conjugavam ações assistencialistas com ações políticas, reforçando a mobilização dos trabalhadores rurais na luta por direitos.

Entre o final da ditadura do Estado Novo (1945) e meados dos anos 1950, paralelo às ações do Partido Comunista Brasileiro e da igreja católica no campo, surgiram, no nordeste, formas organizativas expressas nas Ligas Camponesas. Nesse contexto, no Maranhão, emergiram às associações de lavradores e trabalhadores agrícolas, dando visibilidade aos agentes sociais, que se autodenominavam lavradores e *trabalhadores agrícolas* e que incluíam, em suas pautas reivindicatórias, o tema da reforma agrária

Nesse momento, além de denúncias constantes e pressões junto às autoridades, os *lavradores* reagem com ações de defesa da roça da invasão do gado. Outra grande luta na região de Codó, Timon, Rosário e Itapecuru era contra a adulteração de documentos em cartórios, roubo de escrituras registradas, o que deu origem aos termos “grileiro” ou “ladrões de terras”, adotados pelos *lavradores*.

A partir de 1954, essas formas de solidariedade começam a ser institucionalizadas e a organização política passou a ter outra dimensão. Por deliberação da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, foi criada, em 1954, a Comissão Estadual de Reforma Agrária, que estimulou a organização das associações profissionais, particularmente nos vales dos rios Itapecuru e Mearim. Em 1956, durante a Conferência Estadual para Estudos de

Reforma Agrária, realizada em São Luís, foi fundada a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM<sup>70</sup>, vinculada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB.

Com relativa autonomia face aos órgãos governamentais, partidos políticos e igrejas, as Associações de Lavradores desenvolveram campanhas por uma “reforma agrária democrática”. Reivindicavam a entrega de títulos de propriedade aos que nela trabalhavam; o fim do latifúndio; contestavam o aumento dos preços dos foros e defendiam a liberdade da comercialização do coco babaçu.

O livro mostra, ainda, a dinâmica da luta social. Por meio das associações profissionais, os chamados lavradores, paulatinamente, deslocavam os mediadores tradicionais, como políticos locais ou regionais, recorrendo diretamente aos órgãos ditos competentes, como a justiça, para solucionar seus conflitos.

O caráter recreativo e assistencialista dessas formas organizativas, do final dos anos 1950, não estava dissociado do político organizatório. Pelo contrário, a ação voluntária lhes conferia autonomia face às estruturas das oligarquias – que os sujeitavam e os enquadravam politicamente – para atuarem como seus porta-vozes.

O movimento sindical surgiu tardiamente, na década de 1960, quando o regime militar sofisticava as técnicas de repressão aos movimentos sociais e sindicais em todo o país, tornando a tortura uma prática oficial do Estado e quando esse mesmo Estado passa a ser – por meio das políticas de desenvolvimento – um dos agentes do conflito no campo.

Os projetos de desenvolvimento, elaborados na década de 1960, baseados em informações econômicas, geológicas, morfológicas, hidrográficas e econômicas, privilegiaram a industrialização, apostando na integração nacional, via ocupação da Amazônia. A dinâmica do capital no campo intensificou os conflitos por terra, imprimindo, por outro lado, formas diferenciadas de resistências dos trabalhadores rurais. Nesse processo organizativo, foi decisiva a contribuição de outros agentes, inicialmente, da igreja católica, de partidos políticos que postulavam a posição de esquerda e, posteriormente, de organizações não governamentais. Assim, nos anos de 1950, a igreja católica, incluiu em sua pauta a questão agrária, passando a estimular, por meio do Movimento Intermunicipal Arqui-diocesano – MIRA, iniciativas cooperativistas e a organização dos denominados *pequenos proprietários, foreiros, meeiros e posseiros*. Depois, por meio do Movimen-

---

70 Em menos de dois anos esta entidade expandiu o número de associados, possuindo mais de 50 sociedades filiadas e mais de 20 mil lavradores associados.

to de Educação de Base – MEB<sup>71</sup> (1961/1962), incentivou o sindicalismo rural.

Na década de 1960, em Pindaré-Mirim, os lavradores tinham como principal problemática a criação do gado solto que invadia as roças, o que indicava que a prioridade da resistência deveria ser a defesa do roçado.

A mobilização política passava pela realização de grandes eventos, como o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas<sup>72</sup> que deliberou pelo reconhecimento imediato dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A partir de então, as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas foram transformadas em sindicatos dos produtores autônomos e outros sindicatos de assalariados agrícolas foram criados. Em 1963, a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM – auxiliou na criação de sindicatos de produtores autônomos, a maioria concentrada nas regiões do Mearim e Pindaré, para onde se deslocava a luta camponesa. Em contrapartida, aumentavam as pressões sobre os líderes dos trabalhadores rurais em Pindaré, São Mateus, Codó e Caxias.

Como expressão do avanço da organização dos camponeses, mais especificamente, dos sindicatos, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas – CONTAG<sup>73</sup>, em substituição à ULTAB, reunindo todos os sindicatos dos produtores autônomos. No mesmo ano, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural<sup>74</sup> que facilitou o crescimento da CONTAG. No entanto, com o reconhecimento e institucionalização da organização sindical no campo, a mobilização camponesa perdeu seu caráter autônomo e independente. Subordinados a uma legislação específica, os sindicatos passaram a depender do reconhecimento legal para existir, estando, portanto, vinculados aos aparelhos de Estado que passaram a interferir na definição das bases territoriais e no controle dos recursos repassados pelos órgãos públicos aos sindicatos.

A disputa eleitoral de 1965 contribuiu para a reativação do movimento sindical no Maranhão. A frente eleitoral, formada pela União Democrática Nacional - UDN e pelo Partido Social Progressista - PSP, na tentativa de derrotar o Partido Social Democrata - PSD, sob o controle de Vitorino Freire<sup>75</sup>, arregimentou forças entre os remanescentes das associações de *lavradores e trabalhadores agrícolas*, dos sindicatos autônomos e dos grupos de trabalhadores vin-

---

71 Ver Raposo (1962)

72 Em 17 de novembro de 1961

73 Em dezembro de 1963

74 No dia 2 de março 1963, por meio da Lei 4.214.

75 Líder de um grupo que controlou a política maranhense por quase 30 anos.

culados à igreja católica que se mantinham autônomos. Apesar das promessas de campanha contundentes do candidato da coligação oposicionista, deputado José Sarney, esses grupos não tiveram suas agremiações reabertas. Os lavradores de Pindaré-Mirim reabriram o denominado *sindicato clandestino*. Suas preocupações centrais eram defender a roça do gado solto que destruía as plantações e a criação de um instrumento que facilitasse o armazenamento da produção coletiva, por meio do paiol grande ou paiol coletivo.

A repressão do regime militar sobre o movimento sindical intimidou o processo de organização política dos grupos camponeses. Entre os anos de 1963 e 1972, no vale do Pindaré, os sindicatos dos produtores autônomos foram reprimidos, com violências física, psicológica e moral sobre suas lideranças. Algumas situações são conhecidas, como a da trajetória de Manoel da Conceição e outras permanecem no anonimato, como as do Sr. Antônio Lisboa<sup>76</sup> e de D. Maria de Lourdes Clementino de Souza<sup>77</sup>, ambos condenados a anos de fuga pelo interior maranhense e piauiense, como forma de proteger suas famílias.

Além deste brilhante trabalho reeditado pelo PPGCSPA e PNCSA, cuja leitura nos convida para uma viagem ao passado para compreendermos as dimensões do presente, o Prof. Alfredo Wagner nos brinda com outras importantes produções da época que também precisam ser recuperadas, a exemplo da publicação **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo**, publicado em 1976; O volume 7 da publicação **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense G.E.T.A.T. Segurança Nacional e o Revigoramento do Poder Regional** (1981), onde o autor analisa os embates entre o movimento sindical e as políticas governamentais designadas de “reforma agrária localizada”, “reforma fundiária” ou “áreas prioritárias para reforma agrária” que nortearam a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (GEBAM).

A construção dessa memória é importante para refletirmos sobre a dinâmica das lutas sociais e sobre as especificidades das formas autônomas de mobilização política que, no início dos anos 1980, o prof. Alfredo apontava. Já nesse momento, ele nos alertava para o significado da sindicalização entre os trabalhadores rurais naquele período, reflexão extremamente necessária para compreendermos as nuances e os rumos dos tempos contemporâneos.

---

76 Atualmente residente na cidade de Teresina-PI

77 Residente na cidade de Barra do Corda - MA





*“... Eles fecharam tudo e organizaram em cada povoado maior milícias ligadas à polícia militar e ao exército, milícias locais: comerciantes, farmacêuticos, sabe, que até então, ainda não havia ouvido nem falar em jagunço em Pindaré-mirim. Quem organizou, começou em Pindaré-Mirim a história da jagunçada, da pistolagem, começou com essa montagem de perseguição, porque além de ser montado essa estrutura militar, eles também deixaram como doutrina, na região todinha, a luta anticomunista.*

*Qualquer pessoa que falasse em sindicato era para ser preso, porque era comunista, era comunista, era subversivo.*

*Então, ninguém podia falar em sindicato abertamente, porque falar em sindicato, ser sócio de sindicato, sobre delegado sindical era proibido e ficou na ente uma coisa de bicho papão, ninguém podia falar naquele sindicato.” (Manuel da Conceição, 2009)*

